



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
Mestrado Acadêmico em História e Culturas - MAHIS

**O DISCURSO DO PROGRESSO E O DESEJO POR UMA OUTRA CIDADE:
IMPOSIÇÃO E CONFLITO EM IPU – CE (1894-1930)**

FORTALEZA – CE
2009

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ - UECE

ANTONIO VITORINO FARIAS FILHO

**O DISCURSO DO PROGRESSO E O DESEJO POR UMA OUTRA CIDADE:
IMPOSIÇÃO E CONFLITO EM IPU (1894-1930)**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Universidade Estadual do Ceará como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em História, sob orientação do Prof. Dr. Marco Aurélio Ferreira da Silva.

**FORTALEZA – CE
2009**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – UECE
MESTRADO ACADÊMICO EM HISTÓRIA E CULTURAS

TÍTULO DO TRABALHO: O DISCURSO DO PROGRESSO E O DESEJO POR UMA
OUTRA CIDADE: IMPOSIÇÃO E CONFLITO EM IPU (1894-1930)

AUTOR: ANTONIO VITORINO FARIAS FILHO

DATA DA DEFESA: ____/____/____

CONCEITO OBTIDO: _____

NOTA OBTIDA: _____

BANCA EXAMINADORA

PROF. DR. MARCO AURÉLIO FERREIRA DA SILVA – UECE
(ORIENTADOR)

PROF^a. DR^a. CHRISLENE CARVALHO DOS SANTOS - UVA
1º EXAMINADOR (A)

PROF.DR. FRANCISCO CARLOS JACINTO BARBOSA - UECE
2º EXAMINADOR

DEDICATÓRIA

À minha filha, Antonia Vitória Marques Vitorino.

AGRADECIMENTOS

À minha esposa, Maria Gilliane Marques dos Santos, que soube compreender as minhas ausências, durante o curso e a confecção deste trabalho.

Ao prof. Dr. Marco Aurélio Ferreira da Silva, pela orientação e sugestões indispensáveis e valiosas e por ter acreditado em nosso trabalho de pesquisa.

Ao amigo, Francisco de Assis Martins (professor Melo), que disponibilizou seu rico acervo, entre livros antigos, artigos, jornais e revistas, bem como inúmeras outras fontes indispensáveis a este trabalho.

Ao Dr. Thomaz Corrêa, por me receber tão bem em sua casa e, sobretudo, disponibilizar a sua coleção do jornal *Correio do Norte*, e depositar sua confiança no meu trabalho.

À ex-diretora da escola de Ensino Fundamental e Médio Auton Aragão, Danielle Taumaturgo, que disponibilizou as obras raras do *Gabinete Ipuense de Leitura*, hoje pertencente ao acervo da Biblioteca Francelina Martins, daquela escola.

Aos amigos e companheiros do Grupo Outra História, Raimundo Alves de Araújo, Reginaldo Alves de Araújo, Jorge Lima, Iramar Miranda e Petrônio Lima, pela força, incentivo e discussões propostas.

Ao Francisco das Chagas Lira (Petinha), pelas boas conversas que tivemos e por disponibilizar alguns documentos raros, pertencentes a seu acervo particular.

RESUMO

Este trabalho analisa como se constituiu em Ipu, no início do século XX, um dado discurso do progresso, e como ele foi capaz de gerar práticas de intervenção no espaço urbano local, de informar ações e condicionar o comportamento de indivíduos e segmentos sociais, mormente, daqueles que o professavam (seus agentes), isto é, daqueles fascinados pelos signos do novo. No caminho de dotar a cidade de signos do progresso, isto é, de afirmar os seus foros de “terra adiantada”, os agentes do progresso, unidos em torno de um projeto, adotaram práticas efetivas de intervenção no espaço urbano ao fundar novos espaços de sociabilidades para seu deleite. A representação de que a cidade vivia os ares do progresso foi capaz de informar ações e práticas de intervenção na realidade ipuense, como forma de dotá-la de seus signos. Nas primeiras décadas do século XX, os defensores do progresso - a partir da idéia de que os verdadeiros ipuenses e a cidade eram dotados de “foros de civilizado” - empreenderam uma luta contra todos os costumes da população, ditos “arcaicos”, já que eles eram vistos como o lado oposto da busca pelos ares progressistas e civilizadores, portanto, que deveriam ser banidos. Diante da tentativa de impor uma definição de mundo e um projeto excludente para a cidade, as classes populares resistiram e lutaram tenazmente na defesa de seus valores e do direito de também usar os espaços públicos da cidade. O discurso do progresso está estampado nas fontes legadas do período: jornais, revistas, almanaques, livretos, documentos oficiais (do poder) etc., todos produzidos pelos “agentes do progresso”.

Palavras-Chave: discurso - progresso – cidade - representação

ABSTRACT

This work analyzes as it was constituted in Ipu in the early 20th century, a speech of progress and it was capable of generating, practices intervention in urban space, to inform local actions and make the behavior of individuals and sectors, especially, those who professed it (its agents), that is, of those fascinated by the sings of the new. In the path to give the city of progress, that is, of affirming its forums of “earth advanced”, the agents of progress, united around a project, adopted practices effective intervention in urban space to found new space of sociabilities for its delight. The representation of the city lived the airs of the progress has been able to inform actions and practices of intervention in the ipuense reality, as a means to acquire their signs. In the first decades of 20th century, the defenders of progress – starting from the idea that the true ipuenses and the city were endowed with “civilized forums” – they undertook a fight against all the habits of the population, said “archaic”, since they were seen as the opposite side of the search by the progressive airs and civilizing, therefore, that should be banned. The attempt to impose a definition of the world and a project for excluding the city, the popular classes resisted and fought firmly in defence of their values and the right to also use the public spaces of the city. The speech of progress is printed in the delegated sources of the period: newspapers, magazines, almanacs, booklets, official documents (of the power) etc., all produced by “agents progress”.

Keywords: speech – progress – city - representation

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
CAPÍTULO 1 - O Discurso do Progresso: O Caso de Ipu.....	27
1.1 A década de vinte e o discurso da materialidade do progresso.....	27
1.2 O discurso do progresso e a cidade de Ipu no entre séculos.....	32
1.3 O entre séculos: o discurso do progresso como devir.....	37
1.4 A ferrovia ou o “Prometeu desacorrentado”: o trem como grande marco do discurso do progresso.....	45
1.5 Os jornais como veículos do discurso: o <i>Correio do Norte</i> e <i>O Besouro</i>	56
CAPÍTULO 2 - Os Agentes do Progresso: perfil, práticas sociais, sociabilidades, projeto.....	60
2.1 Perfil dos agentes do progresso.....	60
2.2 Do perfil ao espaço do clube.....	69
2.2.1 Grêmio Recreativo.....	70
2.2.2 Gabinete de Leitura Ipuense.....	77
2.2.3 Palacete Iracema.....	86
2.2.4 Centro Artístico.....	87
2.2.5 A Euterpe Ipuense.....	91
2.2.6 “Avenida Ipuense” ou o <i>Jardim de Iracema</i> : “saraus” e “retretas”	92
2.3 Projeto Político.....	96
CAPÍTULO 3 - Cidade do Progresso: Imposição, Contradição e Conflito.....	100
3.1 A luta contra a “barbárie”	100
3.2 O meretrício e as meretrizes	102
3.3 Os jogos populares.....	111
3.4 Namoros “indecorosos” e os “pasquins”	115
3.5 O reverso da <i>Cidade do Progresso</i>	123
3.6 Contradições e Conflitos.....	129
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	138
FONTES.....	141
BIBLIOGRAFIA.....	143

INTRODUÇÃO

O interesse pelo tema desta pesquisa sobre a construção do discurso do progresso em Ipu, surgiu quando conclui minha monografia de graduação em 2002, na qual abordei a administração colonial na perspectiva das câmaras municipais, tomando como exemplo principal o Senado da Câmara do Rio de Janeiro. Queria continuar pesquisando sobre as Câmaras Municipais e o poder local. Passei, então, a buscar a documentação da Câmara Municipal da Vila Nova D'El-Rey, criada em 1791 com sede em Campo Grande, hoje Guaraciaba do Norte. A Vila Nova D'El-Rey está na raiz da história da cidade de Ipu, onde nasci, uma vez que o antigo povoado, fundado no século XVIII com o nome *Fazenda Ipu*, esteve subordinado politicamente àquela Vila.

Em síntese, queria continuar pesquisando sobre o período colonial a partir do exemplo das Câmaras Municipais e desenvolver uma pesquisa que tomasse como espaço de estudo a minha cidade natal.

Até consegui alguns documentos, mas no final, a decepção foi geral: não reuni fontes suficientes para desenvolver uma boa pesquisa. Mas nem tudo estava perdido. Em quase três anos seguindo o rastro da documentação da Câmara, outras fontes iam se insinuando e chamando minha atenção. Naquela busca, juntei uma boa quantidade delas que dava conta de um movimento interessante: elas diziam explicitamente que a cidade de Ipu estava passando por um processo de crescimento econômico, estava mesmo chegando ao “progresso” e à “civilização” no início do século XX.

Pronto, diante daquela quantidade de documentos, estava ali um novo objeto de pesquisa, e pensava em um título para ela como: “A ferrovia e a chegada do progresso em Ipu”; “Progresso e modernidade em Ipu”.

A minha paixão pelo tema foi tal que estava embarcando no discurso da documentação. Um pesquisador apaixonado pela pesquisa, com pouco rigor metodológico, via nas fontes um testemunho incontestado da verdade. Elas me diziam, e não contestava, que a cidade de Ipu vivia, no início do século XX, a modernidade e o progresso, tal qual alguns centros urbanos do período. Busquei um referencial, o da *Belle Époque*, e sem perceber, procurei nas fontes a correspondência do que queria que elas me dissessem e, pronto, estava feliz: escrevi um projeto.

Veio mais uma decepção: quando o coloquei ao crivo de meus pares eles, em sua grande maioria, o destruíram utilizando-se de uma “artilharia pesada”. Diziam-me que o que

estava fazendo não passava de uma transposição de modelos e referenciais de uma outra realidade. Decepcionado, pensei em abandonar tudo. Mas o desafio me levou adiante.

Os rumos da pesquisa mudaram totalmente quando chegamos à conclusão de que o documento é, antes de tudo, um “monumento”. A leitura de Le Goff, sobretudo o artigo *Documento/monumento*, abriu nossos olhos para tal questão. A noção de que o documento é o resultado de uma montagem da história, consciente ou inconsciente, da sociedade que o produziu e que é o resultado de uma relação de forças, do esforço das sociedades históricas para impor sua visão de mundo ao futuro, e que cabe ao historiador não fazer papel de ingênuo,¹ contribuiu para que despertássemos de nosso encantamento com o que as fontes diziam, foi mesmo uma “bofetada na cara”.

Era preciso, adotar uma outra postura em relação às fontes, e o primeiro passo neste sentido seria “desconstruí-las” e seguir o que Le Goff dizia, isto é, desvendar as formas de produção do documento e fazê-lo despir-se de sua roupagem.

Pudemos avançar com a pesquisa ao entrarmos em contato com a noção de representação e de imaginário. Estes dois conceitos carregam a noção de que a realidade que pesquisamos chega-nos por meio das representações construídas pelos atores sociais em um determinado período histórico. As fontes são elas mesmas construções representativas e simbólicas, conjuntos de imagens que têm como baliza a realidade que lhe dão suporte.

O poder da idéia de representação, portadora do simbólico, não se dá pelo seu valor de verdade, isto é, o da correspondência entre os discursos e imagens com o real. Seguir nesta perspectiva implica a eliminar – o que Chartier² chama de -, a tradicional clivagem entre o real e o não-real, na medida em que a representação tem o poder de se substituir à própria realidade que representa.

A idéia de representação é um conceito central da chamada “história cultural” ou da “Nova História Cultural”, e é importante posto que, por meio dela, se busca decifrar a realidade do passado mediante o campo do simbólico. Por meio das representações se tenta chegar “às formas discursivas e imagéticas pelas quais os homens expressaram a si próprios e o mundo”.³

Tal noção abriu nossos olhos para o fato de que as fontes, os documentos, da mesma forma que são uma construção do passado, resultado de uma relação de forças, são também, uma representação dele (o passado). Isso não leva, absolutamente, a desconsiderar a realidade,

¹ LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. IN: *História e memória*. 5ª ed. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2003, pp. 525-541. p. 102, 103.

² CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. 2ª Edição. Lisboa: Difel. 2002.

³ PASAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p. 42.

mas que esta chega-nos por meio das representações construídas a partir delas pelos atores sociais. Aqueles que trabalham com o conceito de representação entendem que ele é parte integrante daquilo que se chama realidade.

O mais importante é que as representações sociais do mundo, construídas pelas agentes ou atores, na perspectiva de Chartier, permitem-nos entendê-las não como discursos vazios, inocentes e isentos de poder. As representações são parte, mesmo, de um campo de tensões que se enunciam em termos de dominação e poder. Produzem estratégias e práticas sociais que buscam legitimar ou justificar escolhas e, ainda, tenta impor uma elaboração de mundo sobre outras elaborações, isto é, outras representações.⁴

Nesta perspectiva, as representações permitem articular, segundo Chartier, três modalidades de sua relação com o mundo social:

a) “o trabalho de classificação que produz as configurações múltiplas, através das quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos.” Em tal perspectiva parte-se da noção de que o objetivo do historiador é identificar “o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”.⁵ O que parece interessar é saber ou investigar a partir dos sentidos conferidos ao mundo por grupo, como a “realidade” é socialmente “construída” ou “produzida”;⁶

b) “as práticas que visam reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição”. Aqui, a representação entendida como um modo particular do conhecimento real, compartilhado por uma comunidade de indivíduos que, por meio de símbolos e signos constroem e dão sentido à sua realidade, remete ao conceito sociológico de *habitus* proposto ou reformulado por Pierre Bourdieu. O *habitus*, na perspectiva de Bourdieu, permite demonstrar a importância das formas geradoras dos sistemas de classificação e de percepção. Essas formas geradoras de identidades coletivas ou coesão social configuram-se como verdadeiras “instituições sociais” incorporadas sob a forma de representações sociais que pautam as ações ou práticas de indivíduos ou grupos na configuração ou construção do mundo. Segundo Chartier, as práticas geradas pelas representações sociais têm como objetivo fazer reconhecer uma identidade coletiva. E;

⁴ CHARTIER, Roger. *A história cultural.*, op. cit., p. 17.

⁵ Idem, p. 16-17

⁶ Segundo Peter Burke, o conceito de representação “parece significar que imagens e textos simplesmente refletem ou imitam a realidade social. No entanto, vários praticantes da NHC há muito se sentem desconfortáveis com essa implicação. Em decorrência, tornou-se comum pensar e falar em ‘construção’ ou ‘produção’ da realidade (de conhecimentos, territórios, classes sociais, doenças, tempo, identidade e assim por diante).” BURKE, Peter. *O que é História Cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005, p. 99.

c) “as formas institucionalizadas e objectivadas graças as quais uns representantes (instâncias colectivas ou pessoas singulares) marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou da comunidade”.⁷ Aqui, o enfoque caminha no sentido de mostrar que as lutas sociais resultam do embate entre as representações impostas por aqueles que detêm o poder de dizer, fazer crer, classificar e nomear a realidade e as posições hierárquicas e aquelas outras representações construídas pela própria comunidade de forma passiva ou resistente.

Em resumo, o conceito de representação é central em nossa análise porque permite aos agentes sociais: a) conferir um sentido ao mundo; b) produzir, quando articulado ao conceito de *habitus*, coesão social no seio de um grupo; c) capaz de informar práticas sociais;

O que entendemos como imaginário está muito próximo do que entendemos como representação. É ele um sistema de idéias e imagens de representação coletiva que os homens, em todas as épocas, construíram para si, dando sentido ao mundo.⁸

Mas, mesmo tendo avançado na pesquisa não conseguíamos extrair das fontes senão generalizações, isto porque a pergunta inicial, a problemática, não havia sido formulada ainda, ou, pelo menos, não como deveria. Tínhamos as fontes, mas elas não falavam. Hobsbawm ajudou-nos na medida em que, segundo ele, as fontes só existem quando as perguntas são formuladas.⁹ Qual era o problema ou a problemática que queríamos responder? No início do trabalho foi ela mal formulada, por isso tivemos de ler as mesmas fontes mais de uma vez, mesmo tendo-as catalogadas e selecionadas. Por outro lado, às repetidas leituras das fontes associadas às leituras bibliográficas sempre revelavam novas nuances não percebidas mesmo numa primeira leitura mais detida.

A partir, portanto, das leituras já avançadas das fontes e da bibliografia a problemática central foi reformulada e neste sentido coube à documentação revelar novos caminhos e levar-nos a estradas que inicialmente não pensávamos percorrer.

⁷ CHARTIER, 2002, op. cit., p. 23.

⁸ Pensar o imaginário como sistema nos remete à compreensão de que ele constitui um conjunto dotado de relativa coerência e articulação. O imaginário enquanto sistema que remete a representações coletivas tanto dá a idéia de que se trata da construção de um mundo paralelo de sinais que se constrói sobre a realidade, como aponta para o fato de que essa construção é social e histórica. Nos apoiamos, portanto em Bronislaw Baczko, que assim define o imaginário e atribui a esse conceito características de historicidade e abrangência. O imaginário é histórico e datado, ou seja, em cada época os homens constroem reações para conferir sentido ao real. Essa construção de sentido é ampla, uma vez que se expressa por palavras/discursos/sons, por imagens, valores, é construtor de identidades e exclusões, hierarquiza, divide, aponta semelhanças e diferenças no social. Ele é um saber fazer (*savoir-faire*) que organiza o mundo, produzindo coesão e conflito. BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. IN: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. (Antropos/homem, v. 5), pp. 291-332.

⁹ HOBBSAWM, Eric. J. *Sobre História*. São Paulo. Cia. das Letras, 1998.

É objetivo desta pesquisa, analisar a construção de um dado discurso do progresso em Ipu, construído nas primeiras décadas do século XX e desvendar as condições sociais e históricas de sua produção e difusão.

Nas primeiras décadas do século XX, um grupo de pessoas, ligado diretamente ao poder político local, e tido como pertencente às famílias “ilustres”, mais destacadas da sociedade, construiu um discurso de que o progresso estava chegando à sua cidade.

Esse discurso é, de fato, um dizer sobre a cidade. Ele está presente em um conjunto de textos produzidos por um grupo de pessoas - que denominamos de “agentes do progresso” local - em Ipu nas primeiras décadas do século XX. Esse conjunto de textos é composto por discursos oficiais (do poder), artigos e livros de cunho historiográfico e literário (poesias), almanaques, estatutos de algumas agremiações, revistas e, principalmente jornais, de onde sobressai como fonte privilegiada o *Correio do Norte*¹⁰. Este é o grande veículo onde o discurso analisado aparece em cores bastante nítidas.

Pensamos, também, o discurso não como algo encerrado em si mesmo, isto é, que tem existência fora da realidade que o produziu. Nem tampouco o entendemos como uma cópia fiel do real, como se, em seus enunciados se pudesse ler uma dada realidade, pura, absoluta. É ele mesmo resultado da construção de uma representação social que tem a realidade como suporte. Dito de outra forma, é ele histórico.

A construção de uma imagem de Ipu como cidade progressista, foi capaz de gerar práticas efetivas de intervenção na realidade urbana (ou espaço urbano), mudar atitudes e comportamentos no seio daqueles que enxergavam tal imagem. E é por isso que denominamos aqueles que criaram tal imagem de os “agentes do progresso”: “agentes” (aqueles que agem), porque de fato, adotaram práticas efetivas de intervenção no espaço urbano e buscaram moldar sua conduta social para adequá-la a imagem buscada; “do progresso” porque, também, construíram uma noção (idéia) daquilo que entendiam por progresso.

A idéia de progresso, para os seus agentes em Ipu, apresenta-se nitidamente em duas vertentes: uma “material” e outra “espiritual”: a) na vertente material, pensa-se a idéia de progresso muito próxima daquela dominante no Brasil na segunda metade do século XIX e nas primeiras décadas do século seguinte. Ela está relacionada, fundamentalmente, ao

¹⁰ O *Correio do Norte* foi fundado por Abílio Martins, Thomaz de Aquino Corrêa e Eusébio Néri de Sousa (três dos principais “agentes do progresso”). Era um hebdomadário (semanário). Circulou de 1º de janeiro de 1918 até 30 de março de 1924. No entanto, só dispomos das edições que vão de janeiro de 1920 até março de 1924. Cópias digitalizadas se encontram em nosso poder, obtidas a partir do acervo do médico Ipuense, Dr. Thomaz Corrêa, neto de Thomaz de Aquino Corrêa.

desenvolvimento da técnica e ao crescimento econômico. Tem ela, um pé fincado no desenvolvimento capitalista desde, pelo menos, a Revolução Industrial inglesa, passando pela “grande expansão” econômica do período de 1848-1870.¹¹ Tal idéia é aquela que se torna dominante na história ocidental no século XIX, como mostra Jacques Le Goff. Para este autor, o oitocentos é o grande século da idéia de progresso e isso está ligado aos desenvolvimentos científicos e técnicos e a expansão do liberalismo, ao conforto para as elites, ao avanço da alfabetização, da democracia.¹²

A chagada do trem em Ipu, nos idos de 1894, ao mesmo tempo em que contribuiu para tirar a cidade de seu “secular isolamento”, igualmente concorreu para criar no seio de um grupo, essa noção de progresso; b) na vertente que chamamos de espiritual, a idéia de progresso se relaciona também com um refinamento dos costumes, a busca por aquilo que se chama civilizado. O “ser civilizado”, nas representações construídas pelos agentes do progresso em Ipu, era aquele dotado de conhecimento, das luzes, capaz de reconhecer na técnica e na ciência valores superiores, observar as “regras de civilidade”, ser comedido nas atitudes, ter uma educação superior, observar as regras do “bem viver”.

Por outro lado, os vários grupos e indivíduos fazem suas próprias leituras sobre esses conceitos fechados. Elas revelam suas aspirações, desejos e contradições. Na verdade, fazem uma releitura da realidade a partir de suas próprias representações que têm a ver com o contexto da época, com a realidade local, com o grupo social a qual fazem parte e o lugar social que ocupam. Por exemplo, se para os grandes centros urbanos do período o progresso pode se traduzir no crescimento industrial e aumento da circulação de capitais e a modernidade se transladar na Cidade, seu palco, com suas ruas largas e limpas, suas amplas avenidas, em Ipu, o simples fato de passar o trem e ter um prédio “elegante” e “imponente” como o da Estação, ou ter uma praça ajardinada ou ainda um “simples” jornal, ou uma tipografia, podem se traduzir, para parte das pessoas da localidade, em progresso e modernidade. A parte toma o lugar do todo, ou o todo se traduz em uma parte. Os símbolos podem ser outros, ou os mesmos em menor escala, a percepção da realidade também.

As práticas sociais dos agentes do progresso informadas pela idéia de que a cidade prosperava caminhou em pelo menos dois sentidos: a) intervenção no espaço físico da cidade dotando-o de signos materiais do progresso; foram empreendidas construção de praças,

¹¹ Cf HOBBSBAWM, Eric J. *A Era do Capital*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996; Ver ainda HOBBSBAWM, Eric J. *Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo*. 5ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000 (capítulo 6); e LANDS, David S. *Prometeu desacorrentado. Transformação tecnológica industrial na Europa ocidental, desde 1750 até nossa época*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

¹² LE GOFF, Jacques. Progresso/Reação. IN: *História e Memória*, op. cit., pp. 235-281.

pontes, avenidas e novos prédios na área urbana central; ruas foram alargadas e os animais soltos pelas principais vias foram proibidos de circular, sob pena de seus donos sofrer penalidades. Uma série de ações foi defendida, ainda que não realizada (em sua totalidade), tais como a reforma de prédios públicos da região mais central da cidade, como o do mercado público, para transformá-los em algo esteticamente mais “moderno”. Tais ações tinham o objetivo de dotar a cidade de ares progressistas, e revelar a imagem de uma *urbe* desejada; b) foram instituídos, pelos agentes do progresso, espaços de sociabilidades, informados pela necessidade de instituir um padrão de comportamento mais condizente com o espírito do progresso defendido. Foi uma prática levada a cabo a instituição de agremiações para a reunião e sociabilidades dos agentes do progresso. A fundação do *Grêmio Recreativo Ipuense*¹³ e do *Gabinete de Leitura*¹⁴ são dois exemplos disso.

Estas duas agremiações se prestaram a uma dupla função: a) reunir pessoas com uma condição econômica e social semelhante, com idéias e aspirações comuns e com desejos de se distinguir da maior parte da população local, isto é, das camadas populares ou menos abastadas; b) de ser espaços de sociabilidades para aqueles que eram seus sócios, entendendo os espaços de sociabilidades, como aqueles em que um grupo de pessoas, com afinidades diversas, se reúne e estabelece redes ou ligações que fazem circular informações, idéias, valores etc., que expressam seus interesses, gostos, paixões e opiniões.¹⁵

O Grêmio e seus salões e o Gabinete eram espaços sociais de reunião de seus sócios que o buscavam como locais, também, de diversão. Podiam ser usados para bailes (o Grêmio realizava oficialmente seis *soirées* anuais), para conversas, partidas literárias e para diversões e discussões diversas (sobre as notícias estampadas em jornais e revistas, como foi o caso do Gabinete). Eram espaços formais, instituídos juridicamente, com estatutos e regras que impunham condições para a aceitação de seus sócios.

Uma dessas condições era pertencer aos círculos dominantes locais, isto é, ter certa condição social e financeira e comungar com os mesmos valores defendidos por seus membros. Uma vez seus membros, os sócios deveriam apresentar traços comuns no que diz

¹³ O Grêmio Recreativo foi um clube fundado ainda na década de 1910 como o nome de *Associação Recreativa Sociedade 7 de Setembro*. Depois mudou para *Grêmio Recreativo Sociedade Dançante e Teatral* ou simplesmente *Grêmio Ipuense*. Era esta agremiação uma sociedade anônima cuja função principal era servir para o lazer de seus sócios e para os *soirées* do “escol social”.

¹⁴ O Gabinete de Leitura era uma espécie de “Centro Literário”, com sede própria e estatutos, onde se reuniam os “intelectuais” de Ipu, os agentes mais destacados que defendiam o progresso local. Possuía um grande acervo de livros, jornais e revistas que circulavam na época, vindos principalmente da capital do país. Era também um espaço reservado às sociabilidades de seus sócios.

¹⁵ BAECHLER, Jean. Grupos e Sociabilidades. In: BOUDON, Raymond (Dir). *Tratado de Sociologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995, pp. 65-106.

respeito ao comportamento social. Dito de outra forma, tais agremiações cobravam de seus associados a observância das “boas maneiras” e dos bons preceitos, de regras sociais, de relacionamentos que denotassem características próprias de uma sociedade ou grupo que se distingue pelo bem trajar, bem se portar, bem falar ou falar de certa maneira, ter modos e atitudes educadas.

A isso denomino de civilidade. Era essa civilidade, isto é, uma maneira distinta de estar no mundo e em dado círculo social (distinta porque tida como superior) que garantia uma identidade aos membros de um mesmo grupo.¹⁶

A civilidade era buscada por aqueles que tinham um desejo de parecer, aos olhos de seus pares e da população ipuense, como alguém distinto. Pertencer aos quadros do Grêmio e do Gabinete de Leitura, principalmente, significava acumular ganhos simbólicos neste sentido.

Mas, os espaços agremiativos, principalmente o *Grêmio* e o *Gabinete*, foram importantes não apenas como locais de sociabilidades com características mais condizentes com a representação construída da cidade como um local do progresso. Foram importantes também, porque capazes de manter coeso, em torno de seus valores e símbolos, um grupo de pessoas ou os agentes do progresso.

A integração do grupo era reforçada pela constituição, entre seus membros, de certo *habitus* de classe. *Habitus* aqui, entendido na perspectiva de Bourdieu, que o considera como um sistema subjetivo de estruturas interiorizadas, esquemas de percepção, de concepção e ação, comum a todos os membros do mesmo grupo ou classe. Princípio gerador de práticas sociais e da unicidade da visão do mundo (representação).

O *habitus* é entendido por Bourdieu como um sistema de esquemas de percepção e avaliação; como estruturas cognitivas adquiridas por meio da experiência durável de uma posição do mundo social. As representações construídas pelos agentes sociais variam segundo seu *habitus*. Este “é ao mesmo tempo um sistema de esquemas de percepção e apreciação de práticas”,¹⁷ e constitui o fundamento mais sólido da integração dos grupos ou classes.

É o *habitus* que explica, em nosso caso, o grau de coesão e a constituição de uma visão de mundo singular ao mesmo tempo em que informa as práticas sociais dos agentes do progresso ou dos freqüentadores do *Grêmio* e do *Gabinete*. Esse *habitus* é resultado de uma relação dinâmica entre o passado (ou a cultura), que cada pessoa herda em seu processo de

¹⁶ Id. Ibidem.

¹⁷ BOURDIEU. Pierre. *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 158.

socialização, incorporado como estruturas cognitivas que organizam a percepção do mundo, o pensamento e, portanto, as práticas dos agentes sociais em sua vida cotidiana.

A visão de uma cidade progressista, apresentada pelos “agentes do progresso” nos textos produzidos por eles, revela uma leitura, ou mais precisamente, uma representação de seu mundo ou realidade, mediada pela cultura (*habitus*), própria do grupo.

Mas, se o processo de socialização foi capaz de criar entre os agentes do progresso certa visão de mundo, isto é, uma maneira singular de perceber e elaborar o mundo, ou ainda, uma dada representação social da realidade em que viviam, por outro lado, foi ela (a representação) objeto de imposição. É aqui que fica bastante evidente as práticas sociais dos “agentes”.

A elaboração da idéia de que a cidade vivia o progresso acabou informando práticas de intervenção na realidade ipuense, como já demonstramos. Igualmente já dissemos que tais práticas caminhavam no sentido de dotar a cidade de signos do progresso capazes de revelar a sua imagem desejada ou representada. Tal intervenção acabou gerando conflitos entre os agentes do progresso, que pretendiam fundar uma cidade ideal, objeto de desejo, e os grupos populares, alvos de controle, e que usavam a rua e os logradouros públicos da “cidade real”, em seu cotidiano.

A ânsia progressista e a idéia de fundar uma cidade moderna, levaram os agentes do progresso a uma tentativa de banir da área central da cidade os animais soltos, as meretrizes e algumas práticas populares, como a dos jogos, associadas à “barbárie”. Os grupos populares resistiram tenazmente para continuar usando a cidade e lutaram contra os estigmas que os associavam a vagabundagem, à ociosidade, à barbárie.

O interessante é que, embora as fontes que possuímos sejam aquelas legadas por uma cultura dominante que tenta silenciar sobre os vencidos, são elas mesmas que dão visibilidade àqueles que eram objeto de controle e imposição de uma visão de mundo excludente. Mostra ainda como grupos populares souberam usar, por exemplo, as mesmas páginas do jornal *Correio do Norte* para defender-se, quando ele era um veículo de divulgação, propaganda, imposição e de convencimento quanto à necessidade de se fundar uma cidade ideal, uma nova cidade, sobre outra, aquela dos populares.

Como consequência, advém uma outra questão, talvez tão importante quanto a anterior. O discurso do progresso que aparentemente se mostra coeso e que foi capaz de unir pessoas em torno de seus símbolos, apresenta-se como contraditório. É no Jornal *Correio do Norte*, que ele aparece de maneira muito nítida e professada com certo fascínio. Ao mesmo

tempo em que mostra as transformações no espaço urbano e tenta convencer que o progresso é evidente, revela, porém, o seu lado oposto.

Animais soltos pelas ruas, logradouros sujos, ruas esburacadas, falta de higiene dos estabelecimentos comerciais, a prática da prostituição, as diversões populares, as práticas culturais das classes menos abastadas, a “falta de instrução” e de “modos civilizados” de sua população, aparecem nas reclamações daqueles que escrevem no periódico. Elas revelam que, embora os agentes do progresso defendam que o ipuense é um povo dotado de “foros de civilizado” e a cidade dotada de ares progressistas, mostram, por outro lado, uma face oposta da mesma moeda, ou seja, o quão distante parecia estar a cidade de uma dada imagem buscada.

Porém, isso não anulava a crença de que a cidade era progressista e caminhava neste sentido.

Sobrevém, ainda, mais uma questão, relacionada com o discurso do progresso e que tem a ver com a nossa motivação para a pesquisa. Ainda hoje algumas famílias ipuenses guardam uma memória mítica de seus antepassados que se confunde com a história do Ipu. Essa história falada e impressa em alguns livros, mostra que alguns “homens ilustres”,¹⁸ aqueles que viveram no início do século XX, foram os verdadeiros “baluartes” que lutaram pelo progresso da cidade, pelo seu engrandecimento, que construíram prédios, pavimentaram ruas, fundaram escolas, grêmios, jornais etc. São homens que aparecem na documentação como verdadeiros heróis, que sacrificaram sua própria vida em nome do progresso da *Terra de Iracema*, que esculpiram e transformaram o pequeno povoado numa “grande cidade”, no sentido de importante.

Ora, a documentação que reunimos para a pesquisa jazia inerte nos fundos de baús ou em estantes empoeiradas em algum cômodo escondido de um casarão, onde quase não era freqüentado. Toda essa documentação, que servia de alimentos aos cupins e as traças, foi produzida pelos “homens ilustres” que viveram no início do século XX, homens que exerciam funções políticas. Elas tentam silenciar as vozes dissonantes, aquelas que se colocavam como obstáculos aos seus projetos e criam uma memória de que, se a cidade de Ipu prosperou, isso se deveu aos seus “filhos ilustres”, aqueles que freqüentavam o grêmio e o gabinete, aqueles que assumiam as funções públicas, que exerciam as funções de intendente, que estavam na Casa de Câmara, que escreviam no *Correio do Norte*.

¹⁸ Aparece constantemente na documentação a expressão “homens ilustres”, no sentido de pessoas destacadas, respeitadas, superiores em contraposição aos “homens comuns”, “sem expressão”, “prestígio”.

Nas ruas principais da cidade, logradouros e em cada esquina estão estampadas, em suas homenagens e como reconhecimento, os nomes daqueles que “lutaram pelo progresso de Ipu”: Rua *Leonardo Mota*, Rua *Eusébio de Sousa*, Avenida *Abílio Martins*, Avenida *Chagas Pinto*, Praça *Thomaz Corrêa* e outras mais.

A construção de uma memória mítica em torno dos “agentes do progresso” foi apenas uma das estratégias exitosas em torno do discurso do progresso. Foi apenas um dos pontos importantes de um projeto mais amplo, que consistia em contar, dizer, e fundar uma outra cidade, objeto de imposição de um grupo e que ia de encontro a seus interesses. Teremos a oportunidade de discutir tal projeto ao longo dos três capítulos.

Toda a discussão feita acima em torno da construção de um imaginário ou de uma representação social sobre a cidade, lavada a cabo por um grupo social, está diretamente relacionada com a nossa questão central. Mas como?

O nosso objetivo não é apenas mostrar que existiu um dizer sobre a cidade, um discurso do progresso e nem apenas analisá-lo, isto é, perceber as suas características centrais (capítulo I), as suas contradições, mas desvendar, por meio dele, quais eram os significados conferidos ao mundo pelo grupo de pessoas que analisamos. Mas devemos colocar uma pergunta: como é, ou foi possível chegar a estes significados?

Os agentes do progresso, ao construir uma elaboração de seu mundo, queriam responder para si e para outros “quem somos”. Não apenas isso, mas também: “o que é a sociedade ipuense”; “o que é a cidade”. A resposta para a primeira pergunta era a de que, em resumo, “somos civilizados”, “superiores”. As respostas para as outras perguntas tinham como parâmetros os mesmos referenciais, mas conferia à apenas um grupo (o dos agentes) um papel central para resolver os problemas. Se a cidade, por exemplo, embora possuísse todos os atributos necessários para atingir o progresso, a idéia era de que, sozinha, ela não chegaria a ele. O papel dos agentes seria levá-la (a cidade) ao devir desejado por eles.

Tais perguntas não eram colocadas, senão implicitamente. As respostas é que se consubstanciavam em práticas sociais. É através de tais práticas que se pode chegar às questões que uma sociedade, em um determinado período histórico e lugar, põe ao seu mundo. Tais questões têm como parâmetros os significados que cada sociedade confere ao mundo ou ao seu mundo.

À construção de uma visão de cidade como progressista e moderna, uma série de problemas foram aparecendo: a) a *urbe* não dispunha de equipamentos que uma cidade progressista deveria possuir. Então era preciso construí-los. Quem deveria construí-los? b) a “cidade real” contrastava com a cidade “imaginada”. Esta deveria ser limpa, ter praças limpas

e ser iluminada. Nas vias centrais da cidade não poderiam circular animais soltos para não sujá-las, também porque esteticamente era feio, daí adveio o controle e, como conseqüências os conflitos entre visões de mundo diferentes; c) mas também, seu povo precisava ser civilizado, ter boas maneiras, então, se assim ele não fosse, era preciso ensinar-lhe a ser assim. Não sendo isso também possível porque os grupos populares resistem, deveriam ser, portanto, controlados no uso dos espaços (centrais) da cidade e ter suas práticas culturais vigiadas e inibidas. Foi assim com os namoros, os jogos populares e com a prostituição, todos alvos de controle.

Tais problemas só se transformaram em problema porque iam contra uma elaboração de cidade, uma construção representativa de um grupo que conferia sentido a seu mundo. O grupo se propôs a resolvê-los a partir de novos referenciais que se chocavam com outros referenciais, aqueles da maior parte de sua população. Os novos referenciais (a luta por uma outra cidade – as práticas sociais) respondiam aos anseios, vontades e projetos de um grupo de pessoas que, em seu tempo, vislumbrou a possibilidade de vivê-los.

Em resumo, é a partir das práticas sociais dos agentes que se pode chegar aos significados que eles conferem ao mundo. Portanto, a análise do discurso do progresso não se resume a constatar que, de fato, ele existiu, mas responder: por que ele existiu, ou melhor, quais as condições históricas de sua emergência? Que estratégias ele comporta? E, principalmente, que significados ele confere ao mundo daqueles que o defendia?

Finalmente, ao analisar um dado discurso do progresso a partir de fontes diversas ficou bastante claro, desde cedo, que dificilmente se poderia analisá-lo sem se referir à idéia de moderno e de modernidade. Progresso e modernidade são dois conceitos, pelo menos para o nosso caso, indissociáveis. Analisá-los de um ponto de vista particular, isto é, de uma dada realidade, não é tarefa fácil. Sempre há o risco de se perder em generalizações e deixar as especificidades em segundo plano.

A idéia do moderno, como mostra Le Goff, está presente em todos os tempos, o que muda é o seu sentido.¹⁹ No entanto, nem todas as pessoas ou grupos entendem o moderno ou o representam da mesma forma em um determinado tempo. Se a consciência do ser moderno é histórica e subjetiva, sem dúvida, é com os tempos ditos modernos, aquele que emerge da Idade Média, que se intensifica. As discontinuidades, rupturas com o passado são aí, mais evidentes. Tais rupturas estão ligadas ao advento dos movimentos que se convencionou chamar Renascimento Cultural, Reforma Religiosa e Revolução Científica, principalmente.

¹⁹ LE GOFF, Jacques. Antigo/moderno. IN: *História memória*, op. cit., pp.173-206.

Ao colocarem em xeque velhos dogmas e negar um passado relativamente recente em termos históricos, buscaram fundar um novo homem em seu modo de ser, pensar, agir e se relacionar com Deus e o mundo.

O fascínio pela razão, pela técnica, ciência e a consciência ainda que dúbia da idéia de progresso mediante o controle do homem sobre a natureza, contribuíram, sem dúvida, para acelerar as mudanças ou, pelo menos, as percepções destas.

Se o início da Idade Moderna, século XVI, o moderno se opõe ao medieval e ganha uma conotação de novo, mais tarde ele ganhará uma concepção mais ligada à idéia de progresso. O novo vai se opor ao velho e não apenas ao medieval.

O século XVIII é o grande período que dará maior impulso às idéias do moderno e de ruptura com o velho. As revoluções burguesas, produto (em parte) da ideologia das luzes, se fizeram sob a égide de romper com o antigo sistema ou antigo regime e quebrar as amarras que uniam os pés e as mãos dos homens ainda às concepções medievais. Ao lado disso surgia, com uma nova concepção, a idéia de progresso, que acreditava no avanço da sociedade, da ciência e da técnica numa marcha linear rumo à felicidade humana.

Henri Lefebvre, em sua obra clássica *Introdução à Modernidade*, usando o método dialético, mostra que o conceito de modernidade, ao longo do tempo, ocorre em oposição entre o novo e o “antigo”. Dialética que se acentua com a chegada do século XVIII e o transcorrer do século XIX, sobretudo em sua fase final.²⁰

Filósofo de tradição marxista, ele entende o moderno e a modernidade como o terreno do contraditório e que só há um método para se conhecer as suas contradições, qual seja a dialética. A modernidade torna-se para o homem um drama, por trazer consigo a inquietude, o vazio, a solidão, o desejo, a velocidade do tempo, a dessacralização de tabus, ante um mundo em permanente transformação.²¹

Marshall Berman,²² em trabalho que já se tornou um clássico, também analisa a modernidade enquanto o império da contradição. A modernidade para ele é um mundo do paradoxo, do contraditório. Este autor, de tradição marxista, também se vale da dialética como forma de analisar as contradições da modernidade, fazendo uma releitura de textos clássicos, obras historiográficas e literárias. Segundo ele, voltar ao modernismo do século XIX, talvez seja uma forma de avançar e entender o modernismo do século XX.

²⁰ LEEBVRE, Henri. *Introdução à modernidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

²¹ Id. *ibidem*.

²² BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

Mas, mais importante para a nossa análise é a sua noção de que a modernidade, no século XX, parece englobar todos os recantos do mundo e que ela, para muitos lugares e por vezes, se consubstancia em poucos ou apenas um elemento. É isso o que faz os perstesburgueses ou parte deles viverem a modernidade a partir do projeto Nevski. Este projeto, consubstanciado na construção de uma rua larga, retilínea e em perspectiva e que passou a congrega lojas abertas ao consumo de produtos ocidentais, um espaço cosmopolita, uma janela aberta para a Europa Ocidental, se traduziu ou cumpriu o papel de representação simbólica da modernidade.

Esta perspectiva é crucial para a nossa pesquisa, uma vez que apresenta o fato de que as pessoas podem viver e sentir a modernidade sem que ela tenha, necessariamente, uma correspondência com a modernização. A chave da questão reside no fato de perceber a modernidade como uma representação simbólica, um conjunto de imagens que as pessoas constroem para dar sentido àquilo que desejam.

Os autores que há muito tempo têm se debruçado sobre a análise da modernidade, sobretudo aquela de fins do século XIX, enfatizam a sua estreita relação com a modernização. Em todo lugar onde houve um processo de crescimento econômico associado ao desenvolvimento das forças produtivas, no entre séculos, ocorreu um movimento em defesa da modernidade, pelo menos entre os grupos dominantes, a qual a maioria dos pesquisadores denomina de elite, sobretudo econômica e intelectual.

Os estudiosos têm mostrado que assim como ocorreu na Europa e em grande parte do mundo ocidental, Paris traduz-se no grande modelo a ser buscado. A *belle époque* francesa é o paradigma por excelência da modernidade buscada pelas elites periféricas.

Daí que nas décadas de 1980 e 1990 tenham surgido no Brasil dissertações e teses sobre a modernidade brasileira em cujo título é possível divisar os caminhos teórico-metodológicos percorridos e as principais conclusões. Os conjuntos de palavras *belle époque*, *modernidade* e *modernização*, *Haussmann Tropical*, etc., são escolhidos para constar em seus títulos.

As conclusões parecem caminhar no sentido de mostrar que a modernidade ou o seu desejo se impôs nos locais onde houve pelo menos um processo de modernização incipiente. Daí que a maioria desses estudos apresente a modernidade como um fenômeno *sui generis* das grandes cidades ou metrópoles: Paris, Londres, São Paulo, Rio de Janeiro, Buenos Aires.

Daí também a resistência ou certa desconfiança nos programas de graduação ou pós-graduação em história, em aceitar os projetos de pesquisa que queiram analisar a modernidade em cidades de pequeno, e mesmo médio porte, uma vez que nunca foi acompanhada por um

processo de modernização. Foi de certa forma o caso desta pesquisa. É, verdade, no entanto, que em qualquer lugar seria, muito provavelmente, rejeitada uma vez que entendia ou deixava transparecer que a modernização tinha chegado ao Ipu, a exemplo da modernidade. Foi preciso reformular a questão central. O programa que aceitou a proposta desta pesquisa se mostrou aberto – não podemos deixar de enfatizar – a aceitá-la mediante reformulação na proposta inicial.

Se se enfatizou que a modernização trouxe ou traz em seu bojo o desejo pela modernidade, tal desejo nem sempre acompanha a modernização, o que explica, por exemplo, o fato de até pessoas ou grupo delas, em pequenas cidades e mesmo vilarejos, querer ou desejar a modernidade e vivê-la ao nível do campo simbólico.

Poderíamos mudar os termos da explanação para uma melhor compreensão. O que defendemos - e talvez essa seja a maior contribuição desta pesquisa - é que o desejo pelo progresso e pela modernidade não necessariamente acompanha o processo de modernização. Talvez o contrário seja verdadeiro. Isso nos habilita a afirmar que pessoas e grupos em cidades como Sobral e Ipu, no norte do Ceará, viveram a seu modo a modernidade. Os referenciais de modernidade dessas sociedades podem não ser os mesmo que de outros lugares ou podem, em alguns casos, ser os mesmos em escala reduzida. O trem, a estação ferroviária, o clube, a posse do livro, a moda ou vestuário, o falar diferente dos outros, podem traduzir-se como símbolos do ser moderno, embora não se tenham grandes avenidas ou projetos arquitetônicos, ruas limpas e iluminadas, crescimento econômico acentuado, mudanças radicais.

O título desta dissertação “O discurso do progresso e o desejo por uma outra cidade: imposição e conflito em Ipu - CE (1894-1930)”, foi pensado porque traz em seu bojo algumas problematizações discutidas: a) pois nas primeiras décadas do século XX foi constituído, por um grupo de pessoas, em Ipu, um discurso de que a cidade chegava ou chegaria ao progresso; b) pois do discurso adveio o desejo de viver o progresso, o que gerou práticas de intervenção na realidade ipuense; c) tais práticas acabaram gerando conflitos entre aqueles que queriam uma outra cidade (objeto de imposição) e aqueles que usavam os espaços da cidade em seu cotidiano.

É no período que vai da chegada da ferrovia (1894), o grande símbolo do progresso local, à década de 1920, que o discurso do progresso apresenta-se de maneira mais nítida e contundente nas fontes reunidas. Não queremos dizer com isso, que antes da chegada da ferrovia e depois da década de 1920 ele não fosse professado, apenas que, segundo nossa

leitura, é com a chegada do trem que a cidade de Ipu passa a estar ligada a outros centros urbanos, permitindo a circulação de pessoas e mercadorias, idéias, livros e jornais, tirando o pequeno povoado de seu “secular isolamento”.

Foi a partir da chegada da locomotiva que um grupo de pessoas passou a acreditar no “progresso” e quis vivê-lo como em outros locais.

A década de 1920 é aquela em que as práticas dos agentes do progresso em prol da construção de uma nova cidade são mais contundentes. São construídos prédios, estradas, pontes; ruas são alargadas, praças são construídas; e é, também, nesta época que o controle aos grupos dos indesejados é levado a cabo com maior empenho.

As fontes utilizadas em nosso estudo foram produzidas pelo grupo que construiu o discurso que estamos analisando. Isso traz, para o pesquisador, alguns problemas, às vezes, de difícil solução. O primeiro deles diz respeito ao fato de que são elas portadoras de uma visão de mundo de grupos dominantes que, na maioria das vezes, tentam silenciar as vozes discordantes e outras visões de mundo. Segundo, corre-se o risco de tomar a visão de um grupo como aquela fruto de uma vontade coletiva (de todos os grupos sociais) ou de um projeto vencedor.

Essas e outras questões foram dissipadas com aquele que acreditamos ter sido nosso “grande achado”, qual seja o jornal *Correio do Norte*, que indiscutivelmente deu novos rumos à pesquisa.

Grande achado, em parte, porque foi ele o veículo divulgador da visão de mundo, das representações e dos projetos do grupo que analisamos. Em parte, também, porque a coleção deste jornal não se encontrava microfilmada em nenhuma instituição de pesquisa que se tem conhecimento no Brasil, a não ser três edições que pertencem a Biblioteca Meneses Pimentel, insignificantes para o que buscávamos.

Embora o *Correio* tenha sido escrito pelos agentes do progresso e veículo importante para dar visibilidade à sua visão de mundo, idéias e projetos políticos, ele acabou sendo um canal privilegiado que deu visibilidade à cidade, o seu cotidiano e deu voz aos grupos e às práticas culturais dos populares, objeto de controle. Se de um lado, buscava mostrar uma cidade que estava se modernizando, se civilizado, por outro, desvendou um espaço urbano precário frente ao desejo de transformá-lo em uma nova cidade.

Aqui ajudou-nos Carlo Ginzburg²³ com o seu paradigma indiciário. Com seu método procuramos ler nos jornais os “sintomas”, “indícios” e “pistas” que permitissem fazer

²³ GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. IN: *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, pp. 143-179.

deduções. Não procuramos ler apenas as evidências manifestas, mas buscamos prender-nos, também, aos pormenores, aos sinais ocultos e elementos aparentemente de menor importância, “residuais”, que permitissem decifrar enigmas. Foi aí que passamos a perceber as vozes dissonantes que se colocavam contra um projeto dominante. Passamos a perceber aqueles que eram alvo de sanções e controles. Mais do que isso, as “resistências” e “táticas” do “homem comum”, para viver a seu modo e ter direito à cidade e a seus espaços públicos.

O *Correio* deu visibilidade aos “jogadores de jogos de azar” objeto de sanções morais uma vez que era uma prática que aviltava o trabalho, este atributo daquele que é civilizado. As mesmas páginas que atacavam a “velha cidade” foram usadas e deram voz aos populares que lutaram para manter suas práticas sociais, arraigadas desde longa data e que, até aquele momento, não incomodava ninguém. Prostitutas, “namoradores” que usavam o espaço público para seus romances, criadores de animais soltos nas vias públicas, feirantes, açougueiros e outros, aparecem nas páginas dos jornais como aqueles indesejados. Mais do que isso, como aqueles que resistiram e criaram táticas para burlar o controle do qual foram alvos.

O mesmo veículo que buscou uma outra cidade, novos espaços, novos modos de ser, agir e pensar, objeto de uma cidade ideal, revelou uma outra imagem invertida, ou seja, a “cidade real” que, não obstante, estava muito distante daquilo que se buscava. Foi a partir daí que passamos a perceber e analisar as contradições próprias do discurso e os embates ou lutas entre representações distintas e conflitantes.

Mediante essa imagem invertida, é que foi possível analisar os conflitos sociais que tiveram como palco a rua, ou o espaço da cidade, objeto de desejo, de um projeto, mas também o espaço privilegiado de convívio, circulação dos indivíduos em seu cotidiano.

O surgimento de uma incipiente cultura impressa, por meio, principalmente da publicação de folhas com destaque para o *Correio*, vozes ausentes conquistaram um canal de expressão. Mesmo aqueles que eram alvos de sanções apareciam nas entrelinhas dos periódicos da época e, por meio deles, foi possível percebermos os embates sociais.

O jornal, veículo de difusão de um projeto e construção de uma memória para a cidade, foi também o espaço que deu voz aos “excluídos”. Por meio de suas páginas foi possível olharmos mais de perto, portanto, o cotidiano da cidade.

Por meio do *Correio* foi possível percebermos também a busca pela instituição de novas sociabilidades a partir da fundação e difusão dos salões, os usos de novos espaços restritos a pequenos grupos, os projetos para uma nova cidade, os conflitos entre grupos e gerações, os embates sociais e o movimento em prol de uma nova cidade.

Se o jornal deixava transparecer uma imagem invertida daquela que se queria construir, e uma outra memória objeto de controle, as representações construídas por seus redatores eram a de que, não obstante, o progresso chegava à cidade e esta estava se civilizando. Cabia a eles, enquanto desejosos de uma cidade ideal lutar para que a urbe, espaço da representação e construção de novas imagens, fosse dotada de equipamento e signos do progresso.

Ainda sobre as fontes e, também, sobre a nossa trajetória de pesquisa, é importante discutir as dificuldades encontradas no percurso. Talvez a maior delas tenha sido reunir as fontes que permitiram a conclusão deste trabalho. Toda a documentação que juntamos jazia inerte em “arquivos” e coleções particulares, servindo de alimentos para as traças. Reuni-las e salvá-las tem sido um trabalho que já dura mais de cinco anos.

Ao pesquisador de uma pequena cidade do interior do Ceará que a escolhe como objeto espacial de sua pesquisa e um período recuado, tem um trabalho árduo pela frente não percorrido sem decepções. Não há arquivos públicos, algumas instituições públicas queimam sua documentação quando ela passa a ser um empecilho ou quando possa representar problemas para os seus administradores.²⁴

Diante do descaso, recorreremos aos memorialistas locais e famílias tradicionais que guardavam (e ainda guardam) documentos de seus antepassados. Na maioria das vezes para se ter acesso aos arquivos particulares, leva tempo. É preciso estabelecer com o seu dono uma relação de confiança mútua até que as fontes estejam em nossas mãos. Elas sempre vêm muito lentamente e, em grande parte dos casos, não sem desconfiança. O pesquisador em uma cidade como Ipu é visto com desdém, uma vez que se tem o medo do uso de um documento para outros fins que não o da pesquisa.

Muitos documentos importantes (para a nossa pesquisa) não estão em nossas mãos por citar nomes de pessoas de famílias tradicionais, cuja memória deve ser resguardada. Também por questões e rixas entre famílias e grupos políticos. Muitas vezes o pesquisador é um ser desprezível. Na visão de muitas pessoas ele tem algum interesse por trás de uma “mera e insignificante pesquisa”.

²⁴ Dois casos ocorridos em Ipu exemplificam muito bem essa questão. Um deles ocorreu quando funcionários da prefeitura se desfizeram de toda a documentação da Vila Nova D’El-Rey dos séculos XVIII e XIX, jogando-a no lixo. O historiador Antonio Iramar Miranda Barros conseguiu um dos inúmeros livros ao comprá-lo por R\$ 1,00 de um menino que o encontrou na lata do lixo próxima à prefeitura da cidade. Eram documentos de 1797 a 1816, sob o título “Cópias do que se contém no Livro de Registro de Documentos da VILA NOVA D’EL-REI (Ceará), existente no arquivo da Prefeitura Municipal de Ipu. - De 1797 a 1816”. O segundo caso ocorreu na década de 1950, quando foi eleito como prefeito de Ipu, Dr. Rocha Aguiar. Para marcar um “novo tempo em Ipu”, ele mandou que queimasse toda a documentação da Câmara Municipal que havia sobrevivido às intempéries.

Muitas portas se abriram ao pesquisador, mas não aquela do quarto dos pertences antigos. A conversa terminava na sala. Porém, nos casarões e pequenas casas em que a conversar começou na sala ou alcova e chegou ao quarto das “quinhilarias”, sempre conseguimos extrair documentos valiosos, e esta pesquisa deve-se a isso.

Os pesquisadores que vivem em grandes cidades, que possuem arquivos e políticas de preservação dos documentos, ainda que precários, e contam com instituições que fomentam e financiam pesquisas, talvez não imaginem a dificuldade que é ser um pesquisador que tem nos arquivos particulares os seus “informantes”.

Após a coleta das fontes, sua leitura crítica associada às leituras historiográficas, veio à fase da escrita. A dissertação foi dividida em três capítulos, levando em consideração as questões levantadas e os caminhos percorridos.

No primeiro capítulo, analisamos a constituição, nas primeiras décadas do século XX, do discurso do progresso e as condições históricas de sua produção, bem como analisamos algumas de suas características. Aqui a intenção é dar voz ao discurso.

No segundo capítulo, apresentamos um perfil dos agentes do progresso de Ipu, isto é, daqueles que o divisaram como um devir na década de vinte. Aqui, mostramos que no caminho de dotar a cidade de signos do progresso, isto é, de afirmar os seus foros de “terra adeantada”, os agentes, unidos em torno de um projeto, adoram práticas efetivas de intervenção no espaço urbano ao fundar novos espaços de sociabilidades para seu deleite. A intenção é mostrar que a percepção de que a cidade vivia os ares do progresso foi capaz de informar ações e práticas de intervenção na realidade ipuense como forma de dotá-la de seus signos.

Finalmente, no terceiro capítulo, analisamos os conflitos entre a tentativa de imposição de uma nova cidade, objeto de desejo dos agentes do progresso, e as práticas cotidianas de sua população menos abastada, que usava os logradouros públicos da “cidade real”. A intenção é mostrar que, diante da tentativa de controle e imposição de normas sociais, os populares resistiram tenazmente para continuar usando os espaços públicos da cidade e manter suas práticas culturais.

CAPÍTULO 1

O Discurso do Progresso: O Caso de Ipu

1.1 A década de vinte e o discurso da materialidade do progresso

Este capítulo analisa como se constituiu em Ipu, entre fins do século XIX e as primeiras décadas do século XX, um discurso que apontava para a chegada do progresso à cidade de Ipu.

Aqui não abordaremos as contradições do discurso e nem as práticas sociais de seus agentes, informadas pela vontade em querer fundar uma cidade que tinha como parâmetros a idéia de progresso. Faremos isso nos capítulos seguintes. O que interessa-nos, agora, é mostrar as condições de sua produção e difusão, suas peculiaridades e características.

Teremos que percorrer um longo caminho para entendermos como foi possível a um grupo de pessoas, dizer que a cidade estava chegando ao progresso. O ponto de chegada é a década de 1920, pois é lá que os *agentes* enxergam a materialidade do progresso. Este se consubstancia em equipamentos associados ao novo. Mas que equipamentos eram esses?

Voltemos nossos olhos para o ponto de chegada, isto é, próximos à década de 1920, e vejamos como os *agentes* entendem o progresso da cidade. A transcrição que se segue, foi publicada no jornal *O Bezouro*, escrito por homens desejosos de fundar uma outra cidade. Adiante discutiremos esta fonte:

Graças às iniciativas do nosso povo e o desenvolvimento das nossas compreensões as cousas vão tomando incremento dia a dia, os homens não desprezando os atrasados costumes da antiguidade, o progresso vae penetrando pouco a pouco em nosso meio, advindo dahi gloria para o nosso nome.²⁵

(...) Referimo-nos ao Ipú onde presentemente se demolem os velhos casebres que afeiam as ruas, projecta a construcção de uma avenida e de um theatro. Mau grado, ainda existem em nossa terra velhos troncos do systema regressivo representados em patricios que deviam antes cooperarem com seu esforço no lolvavel tentamen (sic) de modernisarem-na.

(...) Já temos uma typografia, a qual grandes serviços nos ha prestado. Temos o 'Centro Artístico', sociedade beneficente de futuro lisongeiro inaugurado ha meses. Temos finalmente o 'Gremio Recreativo ipuense' sociedade dançante e theatral e o 'Gabinete de Leitura' (...) estas instituições todas dignas dos maiores applausos; significam que folgamos de vermos nossa terra procurar civilisar-se e expelir do seu seio os rotineiros costumes do tempo de 'dom gemmas' (sic) (...) Congratulamo-nos com os distintos patricios Drs. Abílio Martins e Chagas Pinto, Thomaz Corrêa, José Aragão, Manuel Dias".²⁶

²⁵ Array!! *O Bezouro*. Ipu, p. 1-2. 1º jan. 1919.

²⁶ Idem.

O momento mesmo em que circulava *O Besouro*, estava sendo construído na *Terra de Iracema*, um teatro, por iniciativa de Abílio Martins e com recurso previsto no orçamento da Câmara Municipal.²⁷ Em um de seus salões seria instalada uma sala de “cinema”.

Estava projetada, pelos homens citados na transcrição acima, a construção de uma “avenida” em estilo “moderno”, com dividendos particulares, dado à escassez de verba do erário. O terreno já havia sido doado pela prefeitura.

Em 1918, havia sido fundada a *Tipografia do Campo*, onde foi impresso *O Besouro*. De lá também saía o *Correio do Norte*. No mesmo ano, era erguido o *Centro Artístico Ipuense* e o *Gabinete de Leitura Ipuense*. Outras agremiações eram fundadas por “homens distintos”, como o *Grêmio Recreativo Sociedade Dançante e Teatral*. (Ver segundo capítulo).

O progresso local, na visão daqueles que escrevem no *O Besouro* se traduzia em todos os equipamentos citados. Eram eles identificados com o “moderno” em contraposição ao velho, arcaico. E os “homens” responsáveis por erigi-los, apareciam como os seus grandes agentes. Abílio Martins, Chagas Pinto, Thomaz Corrêa, José Aragão e Manuel Dias, citados na transcrição, são apenas alguns daqueles homens fascinados pela idéia de progresso e que lutavam por ele.

Mas, deixemos para adiante uma discussão mais detalhada em relação a que fizemos acima. Vejamos, então, como os redatores do Jornal *Correio do Norte* vêem o progresso da cidade no início de 1920 e qual o papel de seus agentes neste sentido.

O *Correio*, em 1º de janeiro de 1920, dia de seu segundo aniversário, fez uma espécie de balanço dos esforços de seus colaboradores em prol do “progresso da cidade”. Eles se posicionam como “heroes”, como guerreiros, em prol do programa que defendiam, dizendo: “A esta fileira de lutadores está coeso o corpo redatorial do ‘Correio’, o qual considero um punhado de heroes, uma pleiade de espartanos que se empenham em manter o Ipu em o nível das cidades modernas e civilizadas”.²⁸

O *Correio do Norte* é o grande veículo em que o discurso do progresso aparece em cores bastante nítidas. Seus redatores são aqueles que lutaram para erguer na cidade equipamentos que eles identificavam como necessários a uma cidade progressista. Mais do que isso, acreditavam que cabia a eles levar a cidade ao progresso e se arrolavam como seus agentes.

²⁷ O orçamento da Câmara reservava para o ano de 1920, 2:000\$000 (dois contos de reis) como “Auxílio a construção do teatro nesta cidade”. Orçamento da Câmara Municipal de Ipu. *Correio do Norte*, p. 4. Ipu, 8 jan. 1920.

²⁸ *Correio do Norte*, Ipu, p. 2, 1º jan, 1920.

À medida que nos aproximemos da década de 1920 e do seu transcorrer, o discurso de que o progresso já é uma realidade local torna-se ainda mais evidente e enfático. Isso se explica por dois fatores principais: o primeiro diz respeito à fundação de agremiações “elitistas” (discutidas no segundo capítulo), citadas acima, ao lado de um movimento em prol da construção de novos espaços e equipamentos para a cidade, marcados pelos signos relacionados ao novo.

O segundo diz respeito à construção de grandes obras como são os casos do *Açude do Bonito*²⁹ e da *Estrada de Rodagem Ipu-São Benedito*. Obras conseguidas pelo então deputado estadual Abílio Martins, junto ao presidente do Estado, João Thomé, que as solicitou ao governo Federal.

Abílio, líder do Partido Democrata no município, deu suporte, ele e seu grupo, à candidatura em 1920 de Justiniano de Serpa à presidência do Estado. Foi por intermédio do jogo político que ele, com seus correligionários, que gozavam de prestígio junto ao governo estadual, conseguiram a liberação de obras contra a seca para a sua cidade. Essas obras iniciadas, foram entendidas como um grande momento em prol do progresso da cidade, encetado por seus agentes.

Logo após o início dos trabalhos de construção da estrada de *Rodagem Ipu-São Benedito*, o editorial (matéria de capa) do *Correio*, de 29 de junho de 1920, dizia:

Ipuense como eu sou não posso deixar de me regozijar com melhoramentos e progresso de minha terra (...)

Depois das estradas de ferro, as de rodagem são as vias de comunicação mais rápidas e mais vantagens trazem às populações rurais e urbanas no intercâmbio de todos seus produtos agrícolas e industriaes.³⁰

Em agosto de 1920, o mesmo periódico publicou um longo artigo sob o título *Estrada de Rodagem Ipu-são Benedicto*, outra das grandes obras, evidenciando a chegada da “civilização”, “em nosso longiquo sertão”. Inicialmente lança um olhar sobre o seu traçado para concluir com elogios ao engenheiro responsável pelos trabalhos:

(...) Fecha a tangente uma graciosa curva, que também limita o grande passeio publico em vias de construcção. Quem vê por ali transitar o elegante automóvel da direcção, já sente que a Civilisação não é inteiramente um mytho em nosso longiquo sertão. A busina do automóvel e o apito da locomotiva, despertam animos incentivam, intelligencias, fazem vibrar os

²⁹ O Sítio Bonito está situado a 12 km da sede do município.

³⁰ E. de Rodagem Ipu-S. Benedicto. *Correio do Norte*. Ipu, p. 1. 29 jun, 1920.

nervos de nossa Ipu, lembrando a futura apoteose do progresso e suficiente aproveitamento de nossas riquezas (...).³¹

Embora na década de vinte já seja possível perceber alguns signos que permitem aos redatores do *Correio* divisar o “progresso” da cidade, é ele ainda visto como um devir. É como se a cidade precisasse ainda se aparelhar das técnicas capazes de aproveitar todas as riquezas naturais de que dispunha, na visão dos agentes do progresso.

O automóvel e a locomotiva como artefatos produto da técnica, são vistos como equipamentos capazes de trazer a civilização à localidade. Progresso e civilização parecem ser sinônimos da técnica. Esta é capaz de trazer a riqueza material, é produto daquele que trabalha e serve como importante instrumento de exploração e produção de riqueza, é também resultado do trabalho humano.

Em 1921 o jornal *A Tribuna*, do Rio de Janeiro, publicou uma matéria sobre a construção da *Estada de Rodagem Ipu-São Benedicto* e do “movimento progressista que toma a cidade de Ipu”. O *Correio* em sua edição de 13 de janeiro de 1921 reproduz parte dele. Sob o título original de “Uma Iniciativa Grandiosa no Interior do Ceará”, diz a matéria:

Segundo aquele organ da imprensa cearense [referindo-se ao *Correio*], a nova estrada tem todos os attractivos e entre eles o que é motivo de orgulho para os filhos do logar é a idéia de progresso, com o deslizar do automovel que, com a sua buzina, parece annunciar uma nova da civilisação ali onde tudo antigamente era sertão, e nem a mais longiqua esperança havia de que viesse a ser o que é hoje.

Desde o início da construção das obras contra as secas, no município, inúmeros artigos foram publicados no *Correio*, dando conta do “momento de progresso vivido pela cidade”. Além das duas citadas “grandes obras” construídas pela Comissão de Obras Contra as Secas, foram feitas uma ponte sobre o riacho Ipuçaba,³² permitindo a ligação da região central ao bairro *Alto dos 14*³³ e duas “avenidas”, que na verdade são estradas: uma na localidade da *Mina*³⁴, e a outra seguindo na direção da *Bica do Ipu*. Uma delas recebeu o sugestivo nome de *Boulevard*.³⁵ Estes trabalhos não estavam previstos no projeto inicial. Todo esse movimento é entendido como progressista.

³¹ *Correio do Norte*. Ipu, p.1, 13 jan. 1921.

³² O Riacho Ipuçaba corta a cidade no sentido oeste-leste. Nasce de um lençol freático sobre a serra da Ibiapaba, no sítio São Paulo. Suas águas despenham de uma cachoeira que os ipuenses chamam de *Bica do Ipu*, que pode ser vista de todos os pontos da sede do município.

³³ O bairro *Alto dos 14*, fica pouco antes da ladeira que liga a cidade a serra da Ibiapaba, no sentido oeste.

³⁴ A região chamada hoje assim, *Mina*, está situada logo após o bairro *Alto dos 14*.

³⁵ *Boulevard* São Carlos. Terminologia que mantém até hoje.

Para os redatores do *Correio*, portanto, a Cidade já vivia um momento de progresso e isso se justificava pelos diversos equipamentos que a cidade vinha sendo dotada, mas não só por isso. Também pelos esforços de alguns “homens esclarecidos” e “comprometidos” com os novos ideais e com a “modernização” local.

Abílio Martins era tido como aquele que mais lutava, juntamente com seus companheiros, pela construção daqueles melhoramentos e que, portanto, contribuía para o engrandecimento local, como escreveu o *Correio*, quando ele seguiu para Capital do Ceará para “tomar parte nos trabalhos da Assembléia Estadual”, pois havia sido eleito Deputado Estadual: “O nosso querido companheiro é o ipuense que mais há trabalhado pelo incremento de sua terra natal, que ele deseja ver na vanguarda das mais adeantadas cidades do interior. D’ahi o esforço, que de 2 annos para cá se fazem em nossa urbs”.³⁶

As representações construídas pelos redatores do *Correio* e do *O Besouro*, que analisamos, giravam em torno da noção de que a cidade de Ipu já vivia, na década de 1920, os ares progressistas.

Façamos uma pausa e perguntemos: o que permitia a um grupo de pessoas dizer que a cidade de Ipu chegava ao progresso na década de 1920? Em que ele se assentava, ou melhor, quais as suas origens e referenciais? E os jornais *Correio do Norte* e *O Besouro*, eram escritos por quem, onde, quando e por que foram fundados? Quem escrevia neles? E os agentes do progresso, quem eram?

Responder a estas perguntas ajuda-nos a entender como foi possível a construção de uma imagem de cidade moderna e a construção da idéia do progresso.

Acima mostramos apenas alguns exemplos de como parte da população entendia o progresso que, em sua visão, vivia a cidade. Nos jornais que circulavam na década de 1920 e um pouco antes, em revistas publicadas no mesmo período, em documentos oficiais, na literatura (poesias), a visão de que a cidade chegava ao progresso se avoluma. Seria impraticável, para não dizer redundante, querer fazer muitas citações tentando provar isso. O objetivo não é esse. O mais importante é entender como foi possível à construção de uma idéia do progresso.

As citações feitas acima, tiradas de dois jornais, aparecem como tendo sido colocadas ali de forma aleatória, sem nenhum critério. Vistas como frases soltas, são assim que nos afiguram.

³⁶ Dr. Abílio Martins. *Correio do Norte*. Ipu, p. 1, 24 jun. 1920.

Tentemos agora colocá-las em seu tempo, isto é, em seu contexto. Para chegar até elas teremos que recuar até fins do século XIX e às primeiras décadas do século XX, para desvendar o que estava ocorrendo em Ipu. Devemos responder a pergunta: o que era a cidade de Ipu naquele momento?

Respondê-la se justifica porque permite-nos mostrar como a construção da idéia de progresso, em Ipu, é histórico e tem como chão a cidade. Mais ainda, como ele se funda sobre referenciais que já aparecem bem antes. Mas que referenciais são esses?

1.2 O discurso do progresso e a cidade de Ipu no entre séculos

No âmbito local a percepção e a construção discursiva em torno da idéia de progresso, acompanharam uma trajetória de crescimento econômico contínuo, ainda que não de forma acentuada, associada às mudanças ou condições de ordem política. Estamos nos referindo a um processo de transformações à qual sofreu a cidade de Ipu desde, pelo menos, meados do século XIX, sentida por seus habitantes de modo bastante singular.

De 1722, com a ocupação por meio da pecuária bovina da região que mais tarde viria a ser a cidade de Ipu³⁷ até o início do século XIX, não há nenhum indício de que ela tivesse qualquer importância econômica ou política ou que nela tenha havido qualquer crescimento econômico significativo. O povoado que viria a ser mais tarde a cidade, esteve subordinado religiosamente à Freguesia da Serra dos Cocos, desde sua criação em 1757,³⁸ da qual fazia parte, e politicamente à Vila Nova D'El-Rey,³⁹ com sede em Campo Grande, (hoje Guaraciaba do Norte) desde 1791.

Pode ser indicador de crescimento econômico em meados do século XIX o fato de a localidade ganhar em importância política e religiosa em toda a região da Serra dos Cocos.

³⁷ No início do século XVIII, o Coronel Francisco Alves Feitosa e mais sete companheiros, inclusive o capitão Luiz Vieira de Sousa, que ficou as terras onde hoje fica a cidade de Ipu, enviam ao Capitão-mor do Ceará Manuel Francez, uma petição solicitando a concessão de três léguas de terras para cada um dos requerentes, nas “cabeceira do Rio Acarahú”, com o objetivo de serem utilizadas para a criação de gado. O registro da data de sesmaria é 17 de julho de 1722, Cf DATAS DE SESMARIAS. Fortaleza: Typographia Gadelha, 1926. Vol. 10º e 11º.

³⁸ Por provisão de 30 de agosto de 1757 o bispado de Pernambuco dividiu o extenso Curato da Ribeira do Acaraú em quatro freguesias: A de Nossa Senhora da Conceição de Amontada; Santo Antônio de Pádua do Coreaú; Nossa Senhora da Conceição da Caiçara (Sobral); e São Gonçalo da Serra dos Cocos. Esta última compreendia as vertentes do Acaraú, da barra do Macaco para cima, o sertão e Serra da Ibiapaba. Provisoriamente foi destinada para Matriz da Freguesia a capela de São Gonçalo do Amarante, onde se chama Serra dos Cocos. Ver: ARAÚJO. Francisco Sadoc. *História Religiosa de Guaraciaba do Norte*. Fortaleza_Ce: Imprensa Oficial do Ceará, 1988.

³⁹ A Vila Nova d'El Rey foi criada pelo Alvará de 12 de maio de 1791, com sede em Campo Grande. Foi instalada pelo Ouvidor Manuel de Magalhães Pinto e Avelar de Barbedo, a quem coube dar posse a primeira Câmara de vereadores, cujo primeiro Juiz Ordinário foi Antônio Barbosa Ribeiro. ARAÚJO. Idem, p. 15.

Primeiro em 1840 é elevada à condição de Vila, recebendo a Casa de Câmara, passando, portanto, a ser sede do poder político de toda a região da Serra dos Cocos e a se chamar *Vila Nova do Ipu Grande*.⁴⁰ Em 1844 passou a ser sede, de fato, da Freguesia, e de direito em 1883⁴¹. Em 1848 foi elevada à cabeça de Comarca desmembrada de Sobral⁴² e, por fim, em 1885 à condição de cidade.⁴³

Isso nos leva a crer que na segunda metade do século XIX a região passou por um crescimento econômico em função, principalmente, da produção algodoeira, o que explicaria a sua nova situação jurídico-política e religiosa.

O algodão passou a figurar como o principal produto da economia local já em fins daquele século e mais ainda no início do seguinte. Antonio Bezerra de passagem por Ipu, em 1885, anota em sua obra *Notas de Viagem*:

Admirei a quantidade de algodão em caroço que entrava continuamente dos pontos vizinhos, e que oferecia serviço incessantemente ao locomóvel do Sr. José Liberato de Carvalho, e às inúmeras máquinas no descaroçamento e arrumação em sacas desse valioso produto, a fim de serem transportados aos centros consumidores.

Não é somente algodão que se cultiva com vantagem no município, mas o açúcar, a guardente, a rapadura, os cereais, e porção de gado no sertão.⁴⁴

Vários documentos dão conta de que a cidade de Ipu era grande produtora de algodão no Início do século XX, se destacando na região Norte do Estado como uma das maiores exportadoras daquele produto. Era o Cel. José Lourenço de Araújo o maior algodoeiro local, dono de duas fabricas de descaroçar algodão (uma em Ipu e outra em Ipueiras, onde tinha filial) e pelo menos, de outras duas de beneficiamento do produto.

Em 1921, segundo o jornal *Correio do Norte*, “baseado em assentamentos da Estrada de Ferro”

⁴⁰ Pela lei nº 200 de 26 de agosto era suprimida a Vila de Campo Grande, transferindo a sede do Município para o núcleo de Ipu Grande e elevando-a a Vila com a denominação de Vila Nova do Ipu Grande. Pouco menos de seis meses depois em 1 ou 12 de janeiro de 1841 pela lei provincial nº 230 a era suprimida a Vila Nova do Ipu Grande sendo transferida de volta ao Campo Grande. Mais foi restaurada pela lei provincial nº 161 ou 261, de 3 de dezembro de 1842. Dados extraídos da SINOPSE ESTATÍSTICA DE IPU. Rio de Janeiro. IBGE. 1948.

⁴¹ O vigário colado da freguesia da Serra dos Cocos, nomeado em 10 de julho de 1842, tomou posse em janeiro do ano seguinte. Em 1844, de acordo com Pe. Sadoc, a Matriz de São Gonçalo ameaçou ruir, o padre Correia conseguiu licença para transferir as imagens e alfaias para a capela de Vila Nova do Ipu Grande, onde passou a morar. A Vila Nova do Ipu Grande ganha, de fato, foros de sede da Freguesia, mas somente em 1883 foi criada a Freguesia de São Sebastião de Ipu pela lei provincial nº 2. 037, de 27 de outubro de 1883. Idem, p. 3.

⁴² Foi criada a Comarca de Ipu, desmembrada de Sobral por lei provincial de 31 de agosto. *Revista dos Municípios*, op. cit., p. 16.

⁴³ Pela lei provincial nº 2 098, de 25 de novembro de 1885. *Sinopse Estatística*, op. cit., p. 3.

⁴⁴ MENEZES, Antonio Bezerra de. *Notas de Viagem*. Fortaleza: Imprensa Universitária - UFC, 1965. p. 202.

o Ipu exportou 298 mil kilos de algodão beneficiado (...) não se falando na grande porção de algodão em rama, que a casa J. Lourenço, d'esta cidade enviou para Ipueiras onde possui uma fábrica de descaroçar e que d'ali foi remetida para Camocim (...). Serra da Matta e Ipu são os dois centros de maior produção e exportação de algodão d'esta zona.⁴⁵

A chegada da ferrovia a cidade em 1894, concorreu para acelerar as mudanças e muito contribuiu para o incremento da produção algodoeira no município, uma vez que permitia o seu escoamento até o porto de Camocim e daí para os centros consumidores. Da mesma forma contribuiu para o surgimento de estabelecimentos comerciais em atacado nas primeiras décadas do século XX, como os vários armazéns ou *firmas*, que compravam em atacado o algodão dos produtores locais.

Em 1917 foi fundado o *Armazém Dias, Aragão & Cia*. Em anúncio de 1929 lê-se: *Armazém de fazendas em grosso. Compram algodão, pelles, cêra, cereaes, mamoma, café etc.*⁴⁶ Em outro anúncio: *J. Lourenço & Cia. Fazendas, miudezas, ferragens e materiais de construção, algodão, couros, compram pelles, mamonas e [cafeaes]. Filial em Ipueiras Praça Municipal - Ipu-Ceará.*⁴⁷

Surgiram ainda, vários estabelecimentos que comercializavam produtos importados. Em 1901 é aberta a *Loja do Povo de Leocádio Ximendes & Cia* que em anúncio dizia: *Agentes da the Texas Company S. A LTD, vendedora do especial kerosene estrela, de poderosa gasolina 40,0 e do prodigioso óleo mabob...*⁴⁸

Chegaram também à cidade os *revendedores dos produtos da the Goodyear Tire & Rubber Co. of South América* e também *Agentes vendedores dos afamados productos da Standart Oil Company of Brazil.*⁴⁹

Muitos outros estabelecimentos importadores e exportadores apareceram nesse período, como por exemplo, Odupho Carvalho e Cia, *Loja de fazendas, miudezas e ferragens*, F. Soares e Brandão, *loja de Fazendas nacionais e estrangeiras*, Mercearia e Bilhar, *loja de gêneros de exportação, Fabrica de beneficiamento de algodão*, a Loja Lima & Cia *Estabelecimento de sortimentos variados em fazendas nacionais*, a loja Anastácio Corsino de Mello *Estabelecimento de ferragens, louças, miudezas, tintas óleos, conservas, bebidas, estivas...*, Aguiar & Assis *Fabrica de calçados para homens, senhoras e creanças com variado sortimento*, A Protetora da Silva Mourão *Loja de fazendas, miudezas e estivas a*

⁴⁵ Algodão. *Correio do Norte*. Ipu, p. 1-2, 3 agos. 1922.

⁴⁶ *Revista dos Municípios*, Fortaleza-Ce, ano I, nº 1, fev. 1929, p. 17.

⁴⁷ Idem, p. 18.

⁴⁸ Idem, p. 31.

⁴⁹ Idem, p. 59.

retalho, Francisco Soares de Paiva, loja *de fazendas, miudezas e estivas*, Leonardo B. de Araújo *Loja de fazendas, miudezas e ferragens*, J. R. Aragão Filho, loja *de Fazendas, miudezas e ferragens*, a *firma* Barbosa Aragão & Cia, e outras.⁵⁰

Fruto do crescimento comercial da cidade foi criado em 1922 a *Associação Commercial de Ipu*,⁵¹ órgão representativo dos interesses dos comerciantes associados e porta-voz da classe dos mercadores e produtores agrícolas junto aos poderes públicos. Essa congregação reuniu grandes comerciantes e produtores de algodão do município, grupo de homens abastados, como o Cel. José Lourenço de Araújo, Joaquim de Oliveira Lima, da firma *Lima & Cia*, Dr. Ubaldino Maciel Souto Maior, Juiz de direito da Comarca na ocasião, Abdoral Timbó, da firma *Barbosa Aragão & Cia.* e muitos outros.

Ainda como consequência do crescimento econômico da cidade, surgiu nessa época instituições bancárias essenciais ao crédito e fomentadoras do desenvolvimento econômico. Em 1921 é fundada a *Casa Bancária S/A*. Mais tarde é a vez do *Banco Rural de Ipu*, em 15 de janeiro de 1929, bastante significativo e necessário ao crédito agrícola e comercial.

Finalmente, podemos apontar ainda como mudanças significativas ocorridas no início do século passado com o advento da ferrovia, o crescimento demográfico da cidade,⁵² o surgimento de novos bairros⁵³ e o incremento das feiras.⁵⁴

⁵⁰ Além desses estabelecimentos ligados diretamente ao comércio, surgiram outros como farmácias, oficinas mecânicas, uma metalúrgica a “primeira da região norte”, clínicas cirúrgicas, “photos” e hotéis. Estes, sobretudo na praça da estação ferroviária, como o *Hotel Maroca*, mais conhecido como *Redez-vous des Amis*.

⁵¹ A *Associação Commercial do Ipu* foi fundada em sete de setembro de 1922. Seus fundadores foram “grandes” comerciantes e produtores agrícolas da cidade, com grande influência política local, como os Martins, os Lima, os Corrêa e os Araújo. Nomes como Dr. Ubaldino Maciel Souto Maior, José Oswaldo de Araújo, Abdoral Timbó, Joaquim Oliveira Lima, Thomaz Araújo Corrêa e Sá, Vicente Ferreira Maia, Manuel Dias Filho, José Maria Sabino, Raimundo Martins Jorge, José Raimundo de Aragão Filho, Gonçalo Soares de Oliveira, Francisco Soares Sampaio, Gonçalo Soares Sobrinho, Anastácio Roberto Leitão, Oscar Marinho, José Ribeiro Mello, Dr. Francisco das Chagas Pinto Silveira, Manoel Ribeiro Dias e Francisco Soares de Paiva. Ver, *Revista dos Municípios*, op. cit., p. 46-47.

⁵² Em 1890 foi feito o primeiro recenseamento no Brasil (não muito confiável) e computava para o município de Ipu uma população de 11. 216 pessoas. Dez anos depois foi feito novo recenseamento (também não muito confiável) na qual apontava para o município ipuense, uma população de 13. 263 habitantes. Um crescimento, portanto, de aproximadamente 18% para um período de uma década. Já em 1915, Eusébio de Sousa apresentava para o município de Ipu uma população de 20. 000 habitantes. Ora, se se considerar esses números pertinentes e o crescimento população ipuense tivesse seguido a cifra de 18% em cada 10 anos, a população de Ipu em 1915 deveria ter sido de aproximadamente 17. 000 almas. Se considerarmos os números de Eusébio de Sousa, em apenas 15 anos - os 15 primeiros anos do século XX - apresentava a cidade de Ipu um crescimento populacional em torno de 50%, uma cifra excepcional em termos percentuais. SOUSA, Eusébio. Um pouco de história (Chronica do Ipú). *Revista do Instituto do Ceará*. Tomo XXIX Ano XXIX, 1915, p. 219.

⁵³ Em 1899, de acordo com Herculano José Rodrigues, contava a cidade de Ipu, além da região central, com dois “subúrbios”: *Reino de França* e *Alto dos Quatorze*. RODRIGUES, Herculano José (Dir) *Almanaque Ipuense para o ano de 1900*. Manuscritos datilografados. Editado em 1899. Já em 1915, de acordo com Eusébio, apenas dezesseis anos depois, o Ipu já contava com quatro arrabaldes: além daqueles três a *Alagoa* ganhara esse status. SOUSA, Eusébio. Um pouco de história, op. cit., p.198. O Corte e os Pereiros, regiões abertas pela ferrovia e que margeiam seus trilhos, embora em processos de expansão contínuos só seriam elevados à categoria de bairros tempos mais tarde. Estas regiões de fato ainda não haviam sido reconhecidas enquanto tal, embora apresentassem um número crescente de habitantes. *Pedrinhas* (local que também margeia os trilhos) igualmente

Esse conjunto de mudanças se comparadas àquelas vividas no mesmo período nas grandes cidades, se afiguram como bastante tímidas. Mas, para parte daqueles que as viveram num até então “pequeno povoado”, devem ter sido sentidas com entusiasmo.

O momento vivido pela cidade foi entendido por um número significativo de pessoas como o início da chegada do progresso material à localidade. A experiência da mudança, isto é, do crescimento, levaram-nos a entender que o desenvolvimento estava chegando ao seu lugar.

Quanto mais avançamos em direção à década de 1920, tanto mais o discurso da mudança torna-se enfático. Neste momento, para um grupo de pessoas, agora ligadas diretamente ao poder local, já era possível perceber a materialidade do progresso da cidade. Na década de vinte ele se manifestava em algumas “transformações” pelas quais vinha passando a pequena urbe, em sua visão, desde pelo menos os últimos anos do século XIX. Estas mudanças se traduziam pelo incremento econômico a partir, principalmente, da chegada da ferrovia e do telégrafo (1894) que a acompanha, pelas “transformações” no espaço físico, com a construção de praças e “avenidas”, estradas, ligando a cidade às regiões da Ibiapaba, pavimentação de ruas, construção de novos prédios, abertura de novas ruas, pela fundação de associações ou agremiações de cunho literário, dançante e musical, de uma tipografia e, pelo menos, um jornal, como vimos acima.

Os agentes desse discurso estiveram diretamente ligados ao controle do poder local, em sua maioria. Desse grupo fazia parte Abílio Martins - da extensa família dos Martins que controlou a cena política local – maior líder político desde pelo menos a década de 1910 até sua morte prematura em 1923, quando exercia o cargo de Chefe de Polícia do Estado no governo de Justiniano de Serpa. Eusébio Néri de Sousa, Juiz de Direito da Comarca no período de 1913-1918,⁵⁵ e Thomaz de Aquino Corrêa, farmacêutico prático e influente nas

apresentava um crescimento significativo. Crescia principalmente às margens da ferrovia e às margens do riacho Ipuçaba.

⁵⁴ Os relatos dão conta de que as tradicionais feiras de Ipu surgiram e cresceram “vertiginosamente” nas primeiras décadas do século XX, relatos sobre elas, podem ser lidos em MARTINS, Francisco Magalhães. *Ídolos, Heróis e Amigos. Ensaios e Críticos*. Fortaleza: Gráfica Editorial Cearense, 1982, p. 54-55; em MARTINS, Francisco Magalhães. *O Coronel João Martins da Jaçaná*. Fortaleza: Henriqueta Galeno, 1997, p. 13; e PAZ, Francisco das Chagas (Direção). *Almanaque Ipuense*. Nº 2, Ipu: Oficinas Gráficas da Escola Profissional de Ipu, 1963, p. 79.

⁵⁵ Ao que tudo indica Eusébio permaneceu morando em Ipu até 1920. Neste ano assume o cargo de Juiz de Direito de Russas. Os fortes laços de amizade e “negócios” construído em Ipu fizeram com que frequentemente retornasse a essa cidade como o atestam as páginas do jornal *Correio do Norte*. Sempre que se encontrava na Cidade aquele periódico o reverenciava. Eusébio foi juiz municipal de Icó (1908-1909), de Quixeramobim (1908-1912), Assaré (alguns meses), Ipu (1913-1918), Russas (1920-1922) e Quixadá (1922-1927). Informações obtidas de: MAGALHÃES, Josa. Recepção de Novos Sócios. [Discurso da posse de] Josa Magalhães. In: *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Tomo LXII, 1948, p. 375.

decisões políticas locais, embora não tenha exercido cargo de grande monta, cuidando de seus negócios, mas indicando parentes para exercerem funções no poder.

Eram eles os mais destacados - daquilo que chamo - agentes do progresso. Em torno deles, girava um número significativo de pessoas influentes na cena local, com destaque para os bacharéis em direito - como Abílio Martins e Eusébio de Sousa – (Augusto Passos, Oswaldo Araújo, Apolônio de Barros, Ubaldino Maciel Souto Maior, estes dois últimos sucessivamente juizes de Direito da Comarca após Eusébio); médicos (Francisco das Chagas Pinto, Francisco Araújo); professores (Antonio Marrocos de Araújo, Leo Martin, Francês que veio para o Ipu, Leonardo Mota, este permanecendo na cidade até a segunda década do século XX); grandes comerciantes locais, cujos estabelecimentos surgiram após a chegada da ferrovia (Cel. José Lourenço de Araújo, Emygdio Barbosa, Cel. João Bessa Guimarães, Manuel Bessa Guimarães, Cel. João Raimundo Aragão Filho, Joaquim de Oliveira Lima, Manuel Dias Filho, Odulpho de Carvalho, Auton Aragão, José de Farias, Abdoral Timbó, José Gentil Paulino, Francisco das Chagas Paz, Anastácio Corsino de Mello, Osório Martins e outros).

Muitos dos nomes citados acima aparecem nas primeiras décadas do século XX como proprietários de terra, oriundos de famílias aristocráticas e ao mesmo tempo, como políticos destacados, dominando a cena local. Muitos deles aparecem também, como proprietários de estabelecimentos comerciais. Difícil seria enquadrá-los em apenas uma categoria. Todos, sem exceção, exerceram mais de uma função na sociedade ipuense (ver 2.1, do capítulo 2).

Eram eles que escreviam no *Correio do Norte* e no *O Besouro*. Estes jornais traduziam a sua visão de mundo, seus desejos e vontades. Eles externam o seu fascínio de viver em uma cidade que crescia. Que agora passava o trem, que tinha o telégrafo e um comércio mais dinâmico.

Além disso, os agentes do progresso controlavam o poder político local e achavam, por isso, que deviam lutar para transformar a cidade, dotado-a de equipamentos novos. Daí que se rogavam no direito de apontar qual cidade queriam.

1.3 O entre séculos: o discurso do progresso como devir

Mas o discurso do progresso na década de 1920 se assentava sobre quais referências?

Ora, este discurso se fundamenta sobre referências construídos ainda nos fins do século XIX, embora não seja possível apontar sua origem. Mas, nossa preocupação não é essa. Ali já existe um discurso, cujas características apareceram nitidamente bem depois.

Discutiremos apenas duas dessas características, mostrando que o discurso do progresso: a) sempre aponta para um devir; b) o que permite antever um futuro progressista para a Cidade é sua “imensurável riqueza” natural.

No discurso a natureza que circunda a cidade é mostrada como “uberosa”, fecunda, “exuberante”, que esconde riquezas ao alcance das mãos de qualquer pessoa. Bastaria apenas o braço operoso do trabalhador para explorá-la. As riquezas naturais da comarca de Ipu e o trabalho humano, são a chave que permitirão revelar o “futuro promissor” da cidade.

Tais características aparecem de forma bastante claras no *Hino Ipuense*, cuja letra e música são de Thomaz de Aquino Corrêa, um dos agentes mais engajados na defesa do progresso local, na década de 1920. O hino cantado pela primeira vez em 1º de julho de 1886, na solenidade que se realizou no *Gabinete Ipuense de Leitura* (de 1886), em comemoração à elevação de Ipu de Vila à Cidade, sintetiza a visão de uma cidade que esconde riquezas incalculáveis, o que permitia prenunciar um devir de glória.

Ipuenses alegrai-vos
Vossa terra se engrandesce
Entre a coorte das grandes
O seu nome já floresce.

Salve Ipu! Salve cidade
Da Ibiapaba princesa!
Salve terra nova cidade
Que desponta com grandeza!

Resta, pois que, jubilosa
Do seu futuro cuideis
Que lhe rendais culto e honra;
Em troca mil dons tereis

Unidos em doce braço,
Trabalhai por vossa terra,
Cultivando esse tesouro
Que no seu seio encerra

Vossos Campos são tão férteis
Ocultam riquezas mil;
Farão dessa grande terra
Uma cidade gentil.

Nesses bosques tão sombrios
Onde o índio livre era,
Reinam frescor e uberdade

E perene primavera.⁵⁶

A letra do hino é um atestado de louvar à *Terra de Iracema*. Na primeira estrofe está presente a idéia de que a cidade se apresenta em pleno “florescimento”. Está presente na 4ª e 5ª estrofes, a idéia de que existe uma riqueza abundante e fácil. Embora esteja oculta pelos seus “campos tão férteis”, ela parece estar ao alcance da mão do ipuense. O que permite prever seu futuro grandioso é o fato de existir uma natureza que esconde riquezas incalculáveis. O trabalho é a grande chave para levar a cidade a um futuro promissor, de “progresso” material. Resta, pois, apenas trabalhar no sentido de explorar “esse tesouro” que se encerra em seu seio.

Thomaz de Aquino Corrêa era ainda um jovem naquele momento (1886). É tomado por Eusébio de Sousa, seu futuro companheiro, como fazendo parte da “primeira intelectualidade ipuense”, surgida no final do século XIX, como um dos agentes mais destacados na luta pelo progresso da cidade e responsável, ele e seus pares, pela “difusão das letras” e das “luzes” na localidade ao fundarem associações, principalmente, de cunho literário e dramático.

Eusébio se refere à criação, por Thomaz Corrêa juntamente com amigos (os “intelectuais do período”),⁵⁷ da *Sociedade Dramática Ipuense*,⁵⁸ do *Gabinete de Leitura Ipuense* (1886), *Cassino Ipuense*, *Recreio Ipuense* e *Recreio Dramático*. Por fim, esses

⁵⁶ HINO IPUENSE. Letra e música de Thomaz de Aquino Corrêa. Cópia cedida por Francisco de Assis Martins.

⁵⁷ Eusébio cita todos os “intelectuais” do período, um a um. São eles: Farias Brito, nascido em São Benedito. Segundo Eusébio, veio para o Ipu “em tenra idade, e nesta cidade teve os seus primeiros ensinamentos”; Theodureto Carlos de Farias Souto; Felix Cândido de Sousa Carvalho, então desembargador do Tribunal da Relação do Estado; Thomaz de Aquino Correia e Sá, farmacêutico prático, tido por Eusébio como um cultor das letras, sempre em volta de livros nas horas vagas, “Nas horas que sobram dos affazeres quotidianos não é difficil vê-lo sempre em sua banca de trabalho de livro aberto, absôrto em suas páginas, talvez tendo em mira o *fugit irreparabile tempus* dos romenos”; Abílio Martins, bacharel em direito e deputado estadual; Ubaldino Maciel Souto Maior, também bacharel em direito; Herculano José Rodrigues, bacharel e tido como historiador; Manuel Coelho, aparecendo como estudante; Júlio Cícero Monteiro, poeta e despontando, segundo Eusébio, como escritor; Augusto Passos, bacharel em direito e promotor de justiça da comarca até 1914, sendo deposto do cargo pelo governo do Estado após a queda de Franco Rabelo, retornado a posição em 1922; Leonardo Mota, então bacharel em direito, tido por Eusébio como um dos nomes que pertence a “essa pleiade illustre de litteratos cearenses, essa brilhante geração de moços que tem como representantes Antonio Salles, Frota Pessoa, Cruz Filho, Julio Maciel, Mario Linhares, Padre Antonio Thomaz, Américo Faço, Irineo Filho, Rodrigues de Andrade, Soares Bulcão e outros muitos”; Arquimedes Memória, então estudante de arquitetura na Escola de Balas Artes no Rio de Janeiro; Raul de Souza Carvalho, “bacharel formado em sciencias juridicas e sociais”; Antonio Marrocos, também bacharel em direito, que “cultiva a poesia, não sendo pequeno o número das suas produções publicadas em jornaes e revistas do paiz”; Oswaldo Araújo, mais tarde formado em direito e filho do então deputado estadual e grande comerciante, Cel. José Lourenço; José Liberato Filho, falecido aos 22 anos “como acadêmico de direito”. Todos eles com produção literária, segundo Eusébio. SOUSA, Eusébio. Para a Historia, op. cit., p. 228-241.

⁵⁸ Eusébio não diz a data, apenas que essa sociedade foi fundada antes do Gabinete de Leitura Ipuense.

“intelectuais”, foram aqueles que deram impulso à imprensa local “a bella manifestação do progresso de um povo”.⁵⁹

Quanto ao Hino, deve-se levar em conta o contexto em que foi cantado e que diz respeito, como mostramos, à elevação de Ipu de Vila à condição de Cidade. Este fato em si, já é analisado por parte de seus filhos como um momento de mudança rumo ao progresso da localidade. É ele, pois, um atestado de louvor que busca evidenciar o futuro “progresso” local. Alia-se a isso, o surgimento de instituições literárias e de periódicos, com grande destaque para os jornais. Os “intelectuais” que apareceram naquele momento, no dizer de Eusébio, se arrolavam como agentes da mudança.

No momento em que escrevia Thomaz Corrêa, a cidade vivia, como mostramos, um período de crescimento econômico e de mudanças significativas. Passava pela experiência de tornar-se, juridicamente, cidade e sede da freguesia, de ser elevada à condição de cabeça de Comarca. De receber novas instituições jurídico-políticas e religiosas.

Thomaz Corrêa viveu plenamente este momento. Começava ali, também, uma articulação que permitiria ao seu grupo, mais tarde, dominar a cena política local (ver 2.3, do capítulo 2). Tendo visto, vivido e sentido todas as mudanças do período acreditava em um futuro de progresso para a sua terra. Isso era justificado porque, aos seus olhos, a cidade estava aparelhada de grande riqueza natural. Não demoraria, para que fosse explorada.

O Hino escrito por Thomaz Corrêa, parece ter se transformado numa espécie de “Bíblia” para os ipuenses do período, e posteriormente. Escolhido como o Hino da cidade, escrito em um momento tão singular, deve ter se transformado na “música”, “lida” e cantada nas escolas do período, nas comemorações cívicas, no seu aniversário (26 de agosto). Aquela noção presente em sua letra encerra parte da visão do “grupo progressista” do Ipu, durante todo o período de nosso estudo.

No *Correio do Norte* é uma constante na década de 1920. Em um de seus números, tal visão é reafirmada quando defende que Ipu é “terra uberosa, cidade talhada para risonho futuro, com um povo predestinado a grandes cometimentos”.⁶⁰ Assertiva tantas vezes repetida.

⁵⁹ Idem, p. 226. Sobre a imprensa diz Eusébio: “Foi esta imprensa aqui representada em diferentes fases: primeiramente pelo *O Sol*, tendo como redactores Thomaz Correia e Felix Candido, *O Ipuense*, de Thomaz Correia, Felix Candido e Manoel Marinho, seguindo-se-lhe *A Brisa*, ainda da responsabilidade de Thomaz Correia, Felix Candido e José Candido; *O Espelho*, de Eduardo Saboya, actualmente deputado ao Congresso Federal, jornalzinho que durou mais de um anno; e o *Paladino*, órgão da sociedade litteraria PALADINOS DO PROGRESSO, de Julio Cicero Monteiro, Felix Porfirio de Souza, Herculano José Rodrigues e Manoel Coêlho”. Idem, p. 227.

⁶⁰ Idéia feliz. *Correio do Norte*. Ipu, p. 1, 5 mai. 1921.

A idéia acima, de que a cidade estava predestinada ao progresso foi levada ao extremo por Eusébio de Sousa. Parece tê-la tomado de empréstimo a Thomaz Corrêa, a quem conhecia muito bem.

Eusébio escreve sobre o Ipu em 1915 e seu pensamento é a esse respeito bastante contraditório. Oscila entre apresentar o progresso local naquele momento e ao mesmo tempo mostrar o quão distante estava a Comarca daquele adjetivo. Mas o que interessa é que, para ele, não havia nenhuma dúvida de que o progresso da Cidade era um devir inexorável.

Eusébio Néri Alves de Sousa nasceu em Recife em 1883 e graduou-se em direito pela Faculdade de Direito de Recife em 1907. Filho de um major do exército, veio para o Ceará em 1908, onde se radicou. Em 1913 torna-se Juiz da Comarca de Ipu, exercendo o cargo até 1918. Nesta Cidade se uniu à parentela dos Martins, grupo político que controlou o poder local desde fins do século XIX até, pelo menos, 1930. Foi um dos membros mais destacados na luta pelo “progresso” local, fundado com seus pares, algumas associações de cunho “elitistas”. Foi também um dos que ajudaram para a fundação do Jornal *Gazeta do Sertão*⁶¹ em 1913, ao lado de Leonardo Mota, e um de seus principais colaboradores. Foi ainda um dos fundadores e redatores do *Correio do Norte*, em 1918. Paralelamente à magistratura exerceu o jornalismo, foi inspetor escolar e escreveu vários trabalhos de cunho historiográfico.

O trabalho historiográfico de Eusébio sobre o Ipu só pode ser devidamente entendido se se buscar compreender as suas reais intenções, o seu pensamento e o lugar social que ele ocupa na sociedade Ipuense. Primeiro, ao chegar à cidade, se junta a um grupo de pessoas que controla a cena política local e os principais cargos de mando. Passou a circular nos espaços sociais reservados aos homens do poder.

Como Juiz da Comarca, portanto, exercendo um alto cargo do poder, e enquanto membro do grupo que controla a cena política local, tinha poder de decisão e de influência no jogo político. Seu prestígio social se evidencia não apenas por sua posição como magistrado, ou como membro de um grupo político, mas também por sua posição como intelectual, homem das letras e homem da *sciencia*. Sua extensa bagagem cultural, de conhecimentos jurídicos e históricos o habilitava como um homem cuja voz se fazia ouvir.

O magistrado levou ao extremo a noção de que o progresso em Ipu era um devir. Diz ele em sua *Chrônica do Ipú*: “A cidade de Ipu é uma terra predestinada a grandes

⁶¹ Jornal fundado por Leonardo Mota (Leota) e os intelectuais de seu círculo do período, como Eusébio, Abílio Martins e outros. Circulou de março a novembro de 1913 sob a direção de Leota. Ver a respeito. ARAÚJO, Oswaldo. Imprensa de Ipu. IN: *Revista do Instituto do Ceará*. Tomo LXXX, ano LXXX, 1966, pp. 162-165.

commettimentos, futuramente”,⁶² proposição bastante repetida no *Correio*, tempos depois. Para justificá-la e sendo um “homem da ciência” empreende um estudo “minucioso” das “riquezas naturais” do município, da geografia e do clima locais.

Um dos fatores que justificam o desenvolvimento futuro da Comarca, segundo ele, é a sua grande riqueza produtiva que “estende-se a todos os ramos naturaes”, pela “uberidade espantosa” de seu solo e a existência permanente de água:

A riqueza productiva da comarca estende-se a todos os ramos naturaes, por que o seu solo, em regra, empanado de mattas e entrecortado de ribeirões, alguns dos quaes de agua permanente, é de uma uberidade espantosa. Encontra-se por ahi uma variedade immensa de productos indigenas e extranhos mesmo, que a sciencia, explorando-os, poderá facilmente aclimatal-os, além dos que já existem neste estado e fazem objecto da criação e cultura.⁶³

No reino animal a localidade dispõe de “uma variedade de raças”, umas já “aclimatadas”, outras prontas para isso, como “o gado vaccum, cavallar, muar e miúdo, uma das fontes de riqueza da comarca.”⁶⁴

No reino vegetal, verifica-se também uma riqueza incalculável:

No reino vegetal tem esta comarca tambem uma rica e variada flóra, onde se distinguem muitas plantas uteis e proveitosas a construcção, ao paladar e a medicina, e tantas outras cousas que não cabe aqui individuar, mas que com o estudo da flóra chegar-se-á admirar. Assim, entre as de construcção temos - o angico, a aroeira, o cedro, o gonçalo-alves, o páo d'oleo, o páo d'arco, o piquia, o páo ferro, a peroba, etc.; entre as resinosas, jatobá, angico, aroeira e o cajueiro; entre as leitosas, gamelleira, páo de leite, inharé, velame, tatajuba, pinhão e outras; entre as oleosas - oiticia, copahyba, pitiningui, piquy, araçás, cajú, suspiro, que são alimenticias; entre as medicinaes distinguem-se pelo uso frequente que dellas faz o povo em diversas applicações e padecimentos a ipeca, jalapa, betónica, quina, avenca, gitó, carnahúba (raiz), jaborandy e muitas outras, além das aclimatadas como - o ortelã, malva, agrião, etc. Tem, por conseguinte, este reino productos sufficientes para, com o estudo e industria enriquecer a comarca.⁶⁵

⁶² Idem, p. 205. Esclarecemos que a palavra *commettimento*, usada por Eusébio, tem para a época o significado de desenvolvimento, progresso.

⁶³ Idem, p. 205.

⁶⁴ Idem, p. 205.

⁶⁵ Idem, p. 206.

Quanto à análise do reino mineral parece exagerar quando diz: “Penetrando-se, porém, no reino mineral, é que se ha de encontrar productos não para enriquecer simplesmente um individuo, um determinado nucleo, mas a um paiz mesmo (...)”.⁶⁶

Basta apenas, segundo Eusébio, empregar capital e trabalho adequado para a exploração deste fausto. A riqueza existe, falta apenas à empresa, o braço operoso de seu povo.

Para finalizar, faz menção às diversas minas existentes no interior da comarca, esperando apenas a sua exploração. Cita as minas de prata, ferro, salitre, “pedra-hume”, “oca ou tabatinga”, “pedra cal”, “pedra de louza”, “caparroza”, “cimento”, com grande destaque para as minas de ouro, fazendo destas, uma descrição pormenorizada de sua existência e das tentativas de sua exploração.⁶⁷

Depois de analisar “essas imensas riquezas” naturais de que dispõe o município, o Juiz chega à conclusão de que “Apparelhado de taes elementos, um futuro promissor está reservado ao Ipu”.

O que explica, então, o fato desta fartura ainda não ter sido devidamente explorada? Para ele, toda a riqueza natural de que dispõe a Comarca está à margem da “ignorância” de seu povo, talvez de “sua pobreza” e até de sua “indolencia”:

“(...) toda essa riqueza de productos naturaes espalhada pelo territorio da comarca parece escarnecer da ignorancia ás vezes, outras da pobreza e até finalmente da indolencia mesmo de seus habitantes, pois *que, em regra, a fauna, a flora, os mineraes, poem-se ahi ao alcance do braço de cada qual*”.⁶⁸ (Grifos do autor)

O que falta, segundo o nosso “cronista”, é apenas o braço forte da indústria.⁶⁹ Nesse caminho deve ter papel de destaque o auxílio do poder instituído, do Estado. Assim, em âmbito local, tal empresa caberia aos “filhos nobres” dessa terra. Estes teriam, talvez, papel fundamental a cumprir na sua exploração:

O que se conclúe é que rica como é a comarca dos productos naturaes descriptos, tem material abundante para sua perfeita felicidade faltando-lhe apenas o braço forte da industria posto em acção com o auxilio official do poder competente que, a nosso vêr, deve lançar sobre ella as suas vistas

⁶⁶ Idem, p. 206.

⁶⁷ Idem, p. 206-207.

⁶⁸ Idem, p. 211.

⁶⁹ Certamente a palavra indústria tem, no contexto, o sentido de trabalho.

protectoras. A questão é de energia, de força de vontade, uma comunhão de idéas, talvez, de seus nobres filhos.⁷⁰

Se a população da comarca é constituída de “ignorantes” e/ou de “indolentes”, em sua grande parte, caberia aos “filhos ilustres” da terra, aos seus “nobres filhos”, explorar as vantagens naturais que “poem-se ahi ao alcance do braço de cada qual” e colocar a cidade nos trilhos do progresso.

Destarte, para Eusébio, já se vêem esforços de seus filhos nesse sentido. Ele faz alusão a dois projetos de lei votados pela Assembléia Legislativa do Estado do Ceará. A lei nº 1.128 de 19 de setembro de 1913, do cel. José Lourenço de Araújo, então deputado estadual, que autoriza a comarca de Ipu a abrir contrato, pelo prazo de 20 anos, para o serviço de iluminação elétrica da cidade. O segundo projeto é de Abílio Martins, também deputado estadual, autorizando a contratação de serviço de canalização de água da cidade.

Assim conclui:

O chronista não regateia applausos á attitudo dos dignos parlamentares ipuenses, curando de melhoramentos da futura urbs sertaneja, mas não póde deixar de os estimular a que olhem para os elementos contribuidores da riqueza da comarca, onde, sem duvida, encontrarão meios para justificativas de novos projectos, mais praticaveis e demonstrativos e de utilissimos effeitos.⁷¹

Em 1914, quando escreveu sua *chronica*, publicada no ano seguinte, Eusébio estava costurando amizades e alianças com o grupo progressista ipuense. Logo passou a integrar o poder local com grande força de decisão. Juntamente com seus pares fundou, depois disso, diversas associações agremiativas, jornais, e passou a pensar e escrever sobre a realidade em que vivia.

Fazendo parte do grupo que fundou e consolidou um discurso de que o progresso chegaria à cidade em um futuro não tão distante, sua escrita deveria justificá-lo. Deveria mostrar uma cidade viável, a sua relevância em atingir o progresso. Para isso defendia o empenho daqueles que estavam, aos seus olhos, predestinados a levar a cidade à prosperidade: os homens de poder.

Resumindo, segundo ele a Comarca possuía riquezas incalculáveis, porém inexploradas. A tarefa de arrancá-las do seio da natureza cabia a seus pares, uma vez que

⁷⁰ Idem, p. 211.

⁷¹ Idem, p. 212.

eram eles “homens esclarecidos”, conhecedores da ciência, dos benefícios da técnica, portadores do poder enquanto agentes representativos do Estado em nível local, capazes de divisar o futuro. Afinal, segundo ele, a maior parte de seus habitantes era composta, ainda, de “bárbaros” (“indolentes”, “pobres”, “ignorantes”). Mostrar o caminho do progresso era uma forma de civilizar o seu povo. Essa tarefa deveria ser sua e de seus pares.

O discurso do progresso, na década de 1920, da mesma forma que tinha um pé sobre a cidade, isto é, sobre uma realidade de mudança, assentava-se sobre referenciais construídos ainda no entre séculos.

A idéia de que o progresso era um devir e de que a cidade possuía uma natureza cuja riqueza era incalculável, continuava aparecendo no discurso dos agentes da década de 1920. O que era novo refere-se ao fato de que a cidade estava se aparelhando da técnica e da ciência capazes de explorar as suas riquezas. Daí já ser possível vê a materialidade do progresso. E mais, existia um grupo de pessoas que reconheciam na ciência e na técnica, valores superiores. Estavam unidos e eram capazes de levar a cidade ao tão sonhado progresso. Eram eles que escreviam nos jornais e se autodenominavam, os agentes da mudança.

1.4 A ferrovia ou o “Prometeu desacorrentado”: o trem como grande marco do discurso do progresso

Aqueles que viveram no entre séculos estiveram imersos em um mundo marcado pelo avanço tecnológico. No âmbito local, viveram um momento ímpar de crescimento econômico, embora tímido. Divisaram um futuro em que os avanços tecnológicos chegariam à cidade, em que a “ociosidade” e a “pobreza” de seu povo dariam lugar ao trabalho, a grande chave para o desenvolvimento.

Aparelhado da técnica, todas as riquezas naturais do município seriam exploradas. A partir desse dia, o tão sonhado progresso chegaria. É por isso que todos os artefatos como a locomotiva, o telégrafo, o automóvel e tudo aquilo ligado à inventividade humana, foram vistos como signos relacionados ao progresso e à civilização no âmbito local, porque artefatos de um povo progressista e civilizado.

Daí porque a chegada da ferrovia a cidade é tão festejada. Daí porque ela é associada a um monstro, um titã, ao Prometeu. Daí porque ela passou a ser o grande símbolo do progresso local nas primeiras décadas do século XX. Aqueles que a viram chegar à cidade não tinham dúvidas de que o progresso, que até então era visto apenas como um devir, a partir dali passaria a ser também uma realidade.

Como produto da técnica e da inventividade humana, auxiliaria o seu povo e a cidade no caminho de produzir e explorar as riquezas da Comarca. Para muitos daqueles que viveram nas primeiras décadas do século XX em Ipu, o “progresso” vivido pela cidade fora, em parte, trazido pelo trem.

A chegada da ferrovia à cidade de Ipu, em 10 de outubro de 1894, contribuiu para a percepção de que as riquezas naturais da Comarca poderiam ser exploradas. Para a noção de que tiraria a população de sua “indolência”, uma vez que teria a capacidade de ensinar-lhe o trabalho.

O trem enquanto um artefato produto da técnica passou a ser visto como um grande símbolo capaz de auxiliar a população local no caminho de produzir e explorar riquezas, de incentivar o trabalho ao mostrar ao povo os seus benefícios, de despertar a inventividade, de estimular a arte científica, de tirar a localidade de seu “isolamento” em relação ao Brasil e ao mundo, de tirar-lhe do “atraso”.

A partir da chegada da locomotiva, cria-se também a noção de que teria início um processo de transformação material da cidade, da negação de um passado marcado pela não exploração de suas riquezas fáceis, em detrimento de um futuro de prosperidade material.

No plano simbólico a ferrovia foi associada a um monstro, porque capaz de trazer riquezas para a cidade, de incentivar o trabalho, de explorar recursos, de mudar as percepções de tempo e espaço, de servir como marcador de tempo, de mudar, também, a percepção da realidade.

Antonio Ibiapina, um importante ipuense, ao discursar na solenidade de inauguração da Estação Ferroviária de Ipu e saldar a chegada do trem, associa-o a um monstro, a um Deus, dizendo que o “Trem de ferro” é “esse audacioso Prometeu que roubou ao céu a centelha creadora para inflamar e vivificar aquela extrutura pesada”.⁷²

A associação entre a locomotiva e o Titã Prometeu não é gratuita. O trem, assim como aquele gigante em relação aos homens, permitiria a Cidade atingir o progresso e a seu povo civilizar-se. O trem é e seria como que um Deus primitivo que traria ao Ipuense a centelha do fogo divino, roubado aos Deuses. Se o fogo está relacionado à origem da metalurgia e ao trabalho e, por seguinte, a vida civilizada, ele exerceria em Ipu, no plano simbólico, esse mesmo papel na medida em que ensinaria o trabalho a seu povo e o permitiria explorar as riquezas naturais do município.

⁷² Discurso pronunciado pelo Dr. Antonio Ibiapina, em 10 de outubro de 1894 por ocasião da inauguração da Estação Ferroviária de Ipu.

Por que a associação da ferrovia com o Prometeu? Por que na fala de Ibiapina o trabalho humano é a grande chave para a Cidade atingir o progresso?

Prometeu é o herói cultural do trabalho penoso, da criatividade, da produtividade, do progresso. Simboliza o constante esforço em dominar a vida. “Prometeu é o herói arquétipo do princípio da performance”,⁷³ do desempenho, da arte científica etc.

O homem, com o fogo roubado dos Deuses a quem Prometeu entregou, foi capaz de explorar os segredos da natureza: suas riquezas. O fogo ensinou ao homem o trabalho. Foi por meio dele que se gerou o progresso da humanidade.

O trem representava, naquele momento para o Ipuense, na fala de Ibiapina, a quebra das correntes que o atrelava ao rochedo, ao “atraso”, também a liberação da criatividade, da inventividade do povo para o trabalho e para a exploração da natureza.

O ipuense tinha a riqueza posta à sua mão, mas faltava-lhe o “movimento”. Inaugurada a Estação o relógio marcava naquele momento o destino da Cidade que se consubstanciaria em “mutação”, “transmutação”, transformação, mudança, “regeneração”, “progresso”:

Em volumosos acorde, a mesma exclamação de incorrecível entusiámos, fez-se ouvir em seguida aquelas palavras que declarando inaugurada a estação de Ipú, produziam o efeito das horas com que o relógio do destino anunciava lenta e solenemente a esse povo a hora suspirada da sua transmutação.

Sim, eu estou assistindo a uma dessas mutações belas como um diloculo, admiráveis como um prodígio, solenes como uma regeneração. O povo ipuense a quem oferecia-se [prodigiosa] natureza tinha vitalidade, mas dificultava-se-lhe o movimento; tinha futuro, mas não saía do passado. Mas sua organização econômica, havia folha que sujeitava a contingência análoga a daquele condenado de balde tentava desaltecar (sic) as da fonte em cujo cristal refletia-se a sua imagem.

Observemos que o discurso de Ibiapina não rompe com a idéia de que a natureza ipuense possuía “prodigiosa” riqueza, mas não conseguia sair do passado. Com a chegada da ferrovia tal passado representado por uma natureza “uberosa”, “exuberante”, “rica”, “cheia de vitalidade” e, no entanto, ainda intacta, ficaria apenas no passado. Olha-se, agora, para o futuro. Este é movimento, trabalho, riqueza, exploração econômica. Nega-se o passado em nome de um futuro promissor.

⁷³ MARCUSE, Eros and civilization: a philosophical inquiry into Freud. Apud. BERMAN, Marshall, op. cit., p. 144.

O texto de Ibiapina é rico por suas metáforas. O trem é associado a um exército que, ao som das trombetas, anuncia a vitória do progresso, a hora da redenção de um povo. Que é capaz de rasgar quaisquer obstáculos em sua marcha incessante rumo ao progresso:

Hoje como outrora, ao som das trombetas do exercito sitiante desabavam os muros da cidade hebréia, hoje ao grito pronunciante da locomotiva que no percurso dá assédio ao deserto para conquistá-lo em nome da industria, hoje naquela muralha Chinesa que na sua cinta de pedra constringia as energias de um povo e este, escalando aqueles escombros que se-lhe assemelhava a fragmentos de secular cadeia, n'uma abroxoleante manhã de seu progresso, acujos e efluvios retempera-se para, o aspecto de suas montanhas, das suas veigas, sentir-se na altura de mais longe [...].⁷⁴

Uma outra metáfora ricamente explora no discurso é aquela que associa a ferrovia com personagens da mitologia grega, como já, inicialmente mostramos. O trem é associado a um monstro, a um Titã e a Pegasso:

O trem de ferro, que, visto em sua marcha afigura-se-nos um monstro, um leviata colocal, que conleia entre baforadas e silvos enroscando a cauda no flanco dos montes, examinando em suas pegadas [...] que notavel florescencia assiná-la, parece-nos, não aquele Atila que esterelizando o terreno onde pisava. Mas, um gênio descendente daquele pegasso que com um golpe de pé fasia a fonte jorrar dos rochedos, o trem de ferro é ineludivelmente um dos maravilhosos inventos da ciencia, esse audacioso Prometeu que roubou ao céu centelha creadora para inflamar e vivificar aquela exstructura pesada, que tomando-se resfolegente artéria levipede, move-se docilmente ao mando do homem nesse serviço de transporte vertiginoso, o único que corresponde as exigências da fabril atividade humana, modernamente desdobrada em inumeraveis círculos concentricos. Dentro em pouco, diz V. Hugo, o profeta da civilização, homem percorrerá a terra em três passos, com os deuses de Homero percorria o Céu.⁷⁵

Ibiapina pronuncia seu discurso num momento em que a cidade passava por mudanças significativas. A chegada do trem era apenas o seu coroamento. O traçado da Estrada de Ferro de Sobral foi pensado para atingir a cidade de Ipu por dois motivos principais, relacionados às questões econômicas: primeiro, pela fertilidade e riquezas naturais da Serra da Ibiapaba; segundo, por já ser uma região rica na produção de algodão.

Ibiapina vivia um momento singular de avanço da economia mundial e desenvolvimentos tecnológicos que ultrapassavam em muito os inventos da “Revolução Industrial Clássica”.

⁷⁴ Trecho do discurso pronunciado pelo Dr. Antonio Ibiapina, op. Cit

⁷⁵ Idem.

Embebido, pois, pelo desenvolvimento econômico e tecnológico de fins do século XIX, da chamada Segunda Revolução Industrial,⁷⁶ e da crença dominante na idéia de progresso, ele evidencia em seu discurso a inevitabilidade do progresso humano. A ferrovia era, naqueles “sertões”, o símbolo máximo do progresso material e humano, o símbolo de riqueza e mudança, do avanço da técnica, mesmo.

E, embora seu discurso quisesse parecer eloqüente, marcado pelas circunstâncias, diante das autoridades locais e em um momento tal singular para seu povo, ele devia estar suficientemente seguro e acreditar piamente no fato de que, com a chegada da ferrovia, a cidade daria um salto em direção ao progresso.

Para muitos daqueles que viveram em Ipu nas primeiras décadas do século passado, o trem foi o responsável pelo “progresso que teria tomado a cidade”. Entre o grupo progressista essa visão é corrente e os exemplos são inúmeros.

Por isso destacamos apenas uma fala emblemática, aquela do escritor ipuense, Francisco Magalhães Martins. Ele viveu os primeiros momentos da chegada da ferrovia e, só bem depois, escreveu sobre o assunto.

Para ele a cidade de Ipu, no início do século XX, era terra “florescente, cheia de riquezas e de encantos”, na qual o trem veio torná-la acessível. Para a cidade acorria gente de todos os lugares:

Para aquela localidade florescente, cheia de riquezas e de encantos, perdida no alto sertão, e que o trem-de-ferro veio tornar facilmente acessível, acorriam então, muitos indivíduos acompanhados de família, procedentes de lugares próximos ou afastados, até do exterior, e alguns ali se fixaram: portugueses, espanhóis, italianos, franceses, russos, turcos ou libaneses. Daí por que a cidade conserva, até hoje, vestígios dessa gente nos nomes de ruas, logradouros e casas de comércio tais como: Rua da Itália, Beco do Cafute, Açude Breguedof, arrabalde Reino de França, Loja Libanesa etc.⁷⁷

Francisco Magalhães Martins, nasceu em 1910 e viveu boa parte de sua juventude freqüentando os espaços reservados aos mais abastados do lugar. Em seus livros escritos

⁷⁶ As transformações tecnológicas do período de meados do século XIX são geralmente enquadradas vulgarmente na chamada Segunda Revolução Industrial. Aquilo que chamamos de Segunda Revolução Industrial nada mais foi do que um amadurecimento tecnológico da indústria, o que não significa dizer que não tenha havido, na segunda metade do século XIX, descobertas tecnológicas, que mudaram o rumo da industrialização, como bem lembrou David Landes. Para este e também para Hobsbawm tal amadurecimento tecnológico da indústria esteve essencialmente marcado pela elaboração das inovações que constituíram o cerne da Revolução Industrial e que tinham sido desenvolvidas e difundidas na Inglaterra nas gerações anteriores. Para uma discussão sobre essas transformações, ver principalmente: LANDES, David S. *Prometeu desacorrentado*, op. cit., e, HOBBSBWM, Eric J. *A era do capital*, op. cit, especialmente o capítulo 2.

⁷⁷ Idem, p. 68-69.

sobre o Ipu, narra acontecimentos daquele período e corrobora com a visão que seus pares tinham sobre a cidade e sua história.

Para ele a pequena Ipu progrediu bastante durante a primeira década do século XX por ter sido ponta-de-linha da ferrovia que de Camocim veio atingi-la. Antes do trem, segundo ele, a Terra de Iracema “não passava, então, de uma cidadezinha em formação, como muitas do interior, porém animada e interessante”.⁷⁸ A ferrovia é que teria permitido o progresso da cidade, contribuindo para que ela se distanciasse das outras cidades do interior do Estado, cujo progresso era muito lento ou nulo.

O trem se transformou, portanto, para grande parte da população local no grande símbolo do progresso. Para a maioria deles, com a sua chegada foi ou seria possível a exploração daquelas “inúmeras riquezas” naturais de que dispunha o município. Teria sido responsável também, pelo progresso do comércio local. De um modo geral, aos olhos de muitos daqueles que viveram na cidade naquele período, é a partir da ferrovia que o desenvolvimento chega à cidade.

Esse estado de coisas se explica pelo fato de a ferrovia ter induzido ou acelerado um movimento de transformações. Sem dúvida, a sua chegada ao pequeno povoado de Ipu – que contava em 1894 com uma população não superior aos 12 mil habitantes e em cuja área central residiam, talvez, não mais do que 4 mil pessoas – provocou algumas mudanças significativas. Veio acelerar um crescimento econômico que já ocorria desde pelo menos a segunda metade do século XIX, embora de forma bastante lenta, é verdade.

A ferrovia contribuiu para o alargamento da malha urbana, para o incremento da produção algodoeira e para o crescimento do comércio local como mostramos. A sua chegada revigorou o discurso do progresso. Ele e a Estação Ferroviária passaram a ser vistos como seus grandes símbolos.

O primeiro que parece ter deixado algo escrito sobre a chegada do trem foi justamente o Dr. Ibiapina, para quem ele traria o progresso para a localidade. O “monstro de ferro” iria tirar o ipuense de sua “indolência” e ensinar-lhe o trabalho. Ele mostraria à população local que não tinha direito a “ociosidade”:

No dia em que inaugura-se a estação de Ipú, vós, oh cidadãos ipuenses, deveis empenhar ao progresso a vossa atividade de tal sorte que (...) o sibilo da locomotiva, lembra-vos que não tendes direito à ociosidade e, sim, obrigação ao trabalho, é verdadeiramente um apelo à vida.

⁷⁸ Idem, p. 67.

O trabalho passou a ser a grande chave capaz de levar a cidade ao desenvolvimento. Finalmente:

Eu quizera que as minhas palavras ressoasse como um brado, nesse momento em que verdadeiramente comemora-se uma das mais brilhantes conquistas do progresso humano.

(...) Mais longe sobre as ruínas do tugúrio, onde a penúria esconde a sua vergonha, elevar-se à casa onde o trabalho traz a lume a sua bastança; as urzes e os candos, que vicejam ali, vão servir de estrume a novas sementeiras; o troglodyta (sic) renunciará a caverna para entrar no covívio social, recoveiro dá lugar ao maquinista, o lavrador de enchada ao hombro, disputa às feras o domínio das selvas, e finalmente o próprio homem renovar-se-á na corrente das idéias novas que há de revolver o ambiente, elevando os costumes, escolarizando os espírito e fortificando os caracteres.⁷⁹

A chegada da ferrovia é vista como o momento da transformação, do início do progresso. O trabalho é aí, a chave para o progresso. Mudando os termos, seria transformado em instrumento de sua promoção. O trem teria, na fala de Ibiapina, uma função pedagógica. Ensinaria à população local o valor do trabalho, tirando-a do ócio. Ser ocioso estava ligado à “indolência”, ao “inútil”. Contrastava com os valores do capital.

O trem, no discurso analisado acima, soava como uma poesia. Efetivamente para aqueles que acreditam no progresso, o vapor simboliza a “poesia do século”.⁸⁰ O “sibilo” da locomotiva aos ouvidos de Ibiapina parece soar como um concerto e, talvez, também, para aqueles que o escutavam naquele momento. Talvez fosse essa a sua intenção o que não anula a sua crença no futuro progresso local.

Para Ibiapina e muitos que viveram os primeiros momentos do século XX em Ipu, o trem é visto como um artefato revolucionário tanto pelas mudanças concretas que engendra, quando pelo seu poder simbólico de mudar e produzir percepções humanas.

A invenção da locomotiva foi um forte instrumento que veio transformar a noção de velocidade e revolucionou a concepção de tempo e espaço. A locomotiva, por seu artifício de aceleração do tempo “devora” o espaço, as montanhas, os vales, os rios. O vapor libera o esforço físico do trabalhador braçal e distancia o homem do tempo da natureza. A rapidez e a quebra das fronteiras representam o espírito de uma época, expressa uma aceleração da vida social, o espaço encolhe, as horas encurtam e uma atmosfera de sofreguidão envolve as

⁷⁹ Trecho do discurso de Antonio Ibiapina, op. cit.

⁸⁰ ORTIZ, Renato. *Cultura e modernidade*. São Paulo: Brasiliense, 1991, p. 221.

pessoas. Era assim, segundo Renato Ortiz, que os homens sentiam em seu tempo, algumas das mudanças tecnológicas.⁸¹

O trem é visto pela população como um artefato ou veículo radicalmente novo e revolucionário. Veio tirar a localidade de seu “isolamento” ao colocá-la em contato com espaços distantes só acessíveis precariamente por vias terrestres e/ou estradas em péssimas condições. Antes dele, aquele que se aventurasse a ir, por exemplo, à Sobral distante de Ipu cerca de 122Km, encontrava em seu caminho dificuldades incalculáveis. Uma viagem a cavalo, o meio mais usado, devia durar não menos do que um dia,⁸² dado à precariedade das comunicações.⁸³ Em inverno chuvoso se tornava impraticável. Se a viagem fosse para capital da província, depois Estado do Ceará, onde havia transporte irregular, devia durar pouco menos de uma semana.

Ortiz, em estudo sobre a modernidade, afirma que os homens, no início do século XIX, estavam acostumados a deslocar-se no interior de um *continuum* espacial e a uma velocidade que o integrava à paisagem. O trem veio quebrar essa percepção de continuidade, tornando os espaços locais descontínuos, pontilhados ao longo da viagem. A velocidade traz consigo uma fluidez e uma redução dos objetos, tornando-os panorâmicos. “O trem só conhece o tempo da partida e da chegada”. “A rapidez e a quebra das fronteiras representam o espírito de uma época; elas expressam uma aceleração da vida social de uma época”.⁸⁴

O “monstro de ferro” passou a ser também um marcador do tempo local. Antes dele o homem do campo calculava o tempo em função das pausas naturais e também pelos badalos do sino da Igreja. O trem veio alterar esse quadro. O Sino da Estação e mais ainda o “sibilo” da locomotiva funcionavam como chamamentos e como divisores de tempo. Mas não só isso. A Estação passou a ser um referencial tão importante para a localidade quanto à Igreja. Era o lugar do encontro, da partida, da venda, da conversa, da chegada das novidades, e por que não dos sonhos?

Para aqueles que viveram em Ipu na época da chegada do trem e do telégrafo, a cidade não era mais um lugar “distante”, longínquo dos centros urbanos e “civilizados” do país,

⁸¹ Idem.

⁸² Foi esse o tempo levado por Antônio Bezerra em 1885 ao se deslocar a cavalo de Santa Quitéria (próximo à Ipu) a Sobral. Santa Quitéria está distante de Sobral cerca de 115 km. MENEZES, Antonio Bezerra, op. cit.

⁸³ É em função dessas dificuldades de comunicação com Sobral que parte - senão a maioria - das transações comerciais era feita com o Piauí, com exceção do algodão, antes da chegada da ferrovia. É o que revela Antonio Bezerra em 1885. Admirado com o desenvolvimento econômico e com a grande quantidade de canaviais na Comarca de Ipu, diz ele: “Mesmo no perímetro da cidade existem dez engenhos de ferro e três de madeira, os quais, à exceção de dois, se ocupam na fabricação daquele produto [aguardente]; visto como pouco consumo tem o açúcar, e dispendioso é o transporte para o mercado de Sobral”. Idem, p. 206.

⁸⁴ Idem, p. 222-223

perdida no meio dos “sertões”. Eles vieram tirar a localidade de seu isolamento em relação ao Brasil e ao mundo.

Era por meio do “monstro de ferro” que chegavam livros, jornais e revistas de diversas localidades do país. O Gabinete de Leitura Ipuense (de 1919) chegou a possuir um acervo de 600 volumes⁸⁵ e com base em um levantamento de parte de suas obras foi possível arrolamos à procedência dos livros.⁸⁶

Parte dos homens que freqüentavam o Gabinete de Leitura e o Grêmio Recreativo (discutidos no capítulo 2, em 2.2), que fez circular um hebdomandário (o *Correio do Norte*) por longo tempo, tomou contato com o movimento “progressista” e “civilizador” vivido pela capital do país, por meio de notícias estampadas em jornais e imagens de revistas cariocas que chegavam pelos Correios, via ferrovia. Outra parte viveu, acompanhou as reformas de Pereiras Passos ou simplesmente viu a cidade do Rio de Janeiro já remodelada.

Neste último caso, ao retornaram a sua cidade natal quiseram, também viver aqui o “progresso” e a “modernidade”. É o caso, por exemplo, de Francisco das Chagas Pinto Silveira, embora Natural de Santana do Acaraú, erradicou-se em Ipu, formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro,⁸⁷ provavelmente na década de 1910. Em Ipu se juntou ao grupo político dominante, fundou consultório médico, assumiu a função de delegado de higiene do município e ergueu, com seus pares, associações agremiativas, jornais, instituições de crédito (dois bancos), a Associação Comercial de Ipu, e lutou pela remodelação da cidade, sua limpeza e higiene.

É o caso também de Abílio Martins, que iniciou o curso de medicina no Rio de Janeiro em que permaneceu um ano, transferiu-se para o curso de Direito também no Rio, cursando quatro anos, e finalmente recebeu o grau de bacharel em ciências sociais e jurídicas na Academia de Direito de Fortaleza.⁸⁸ Leonardo Mota, bacharel em direito formado no Rio de Janeiro,⁸⁹ Francisco Lourenço de Araújo formado em Medicina pela Faculdade de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro (1929) e Archimedes Memórias.

⁸⁵ *Revista dos Municípios*. Op. Cit. p. 42.

⁸⁶ De parte do acervo do Gabinete arrolamos 348 obras das quais foi possível observamos a procedência de 337 volumes assim discriminados: Rio de Janeiro 104, Porto 67, Paris 61, Lisboa 53, Fortaleza 13, Paris/Rio 13, Rio/Nova York 12, São Paulo 5, Nova York 1, Bruxelas 1, Acre 1, Recife 1, Buenos Aires 1, Londres 1, Paris/Lisboa 1, Pernambuco 1, “Tourini” 1. Boa parte dos livros pertencentes ao Gabinete de Leitura Ipuense faz parte, hoje, do acervo da biblioteca da escola estadual Auton Aragão. Foram doados por Francelina Martins Aragão - que empresta seu nome à biblioteca - filha de Abílio Martins. São livros editados, em sua maioria, entre a segunda metade do século XIX e início do século XX.

⁸⁷ VIDA DOS MUNICÍPIOS, p. 448. As primeiras páginas foram extraviadas, por isso não citamos outras informações da fonte.

⁸⁸ *Correio do Norte*. Ipu, p. 1, 29 set. 1923.

⁸⁹ MARTINS, Francisco de Assis. *Documentário: praças e ruas de Ipu*. Sobral: Global Gráfica, 2007.

O caso do último é emblemático. Formado em arquitetura pela Escola Nacional de Belas Artes, do Rio de Janeiro, aluno de Morales de los Rios e de Heitor de Melo⁹⁰ - depois como catedrático substituiu a cadeira deste último (1920) - e profundamente influenciado pelo “estilo eclético” então em voga, retornou ao Ipu (ainda enquanto estudante - 1913), projetou a atual Igreja Matriz e redesenhou a planta da área central da cidade com ruas largas, para os padrões locais, retilíneas e cruzando-se em ângulos de 90° formando um tabuleiro de xadrez, bastante visíveis na planta atual da cidade. Parece ter sido com base no desenho de Archimedes Memória que algumas ruas, três, tomaram o nome simbólico de Boulevard (Boulevard São Carlos, Boulevard Dr. João Pessoa, hoje Avenida Auton Aragão, e Boulevard Pedro II, hoje Avenida Vereador Francisco das Chagas Farias). Simbólico, porque em nada lembravam os Boulevares da Paris de Haussmann ou da Avenida Central da reforma de Pereira Passos. Nestes dois casos os Boulevares foram os eixos principais das reformas de Paris e da cidade carioca e representavam as aspirações de progresso e civilização. Daí o grande poder simbólico de sua terminologia.

Archimedes permaneceu pouco tempo na cidade de Ipu, retornando a Capital republicana. Deixou, no entanto, a sua contribuição à sua terra natal em que parte dos homens, seus pares, queria vê-la como “moderna” e “progressista”.

Muitos outros membros do grupo progressista, embora não tenham estudado na capital do país, foram lá uma vez ou lá iam freqüentemente seja a passeio, negócio, seja para tratamento médico.

Em Ipu, não queriam perder e não perderam o contato com a “belle époque tropical” e em torno de suas associações recebiam da capital brasileira “ultracivilizada”, jornais e revistas, livros, mercadorias e artigos de luxo. A ferrovia é que permitia o intercâmbio.

Quando as idéias não chegavam à cidade por meio das mentes e bagagens de seus filhos que retornavam dos estudos da capital da República ou de uma simples viagem de negócios, a ferrovia permitia mais facilmente com que as novas idéias chegassem à

⁹⁰ Adolfo Morales de los Rios (1858-1928), influente arquiteto espanhol, ex-aluno da École des Beaux-Arts onde estudou arquitetura e passou dois dos seis anos em que permaneceu em Paris (1877-82). Estabeleceu-se no Rio de Janeiro onde lecionou na Escola Nacional de Belas Artes, foi professor, nesta escola, de Heitor de Melo e os dois, foram professores de Arquimedes Memória. De 77 projetos arquitetônicos da Avenida Central, 20 tiveram a assinatura de Morales de los Rios de onde sobressai o novo prédio da Escola Nacional de Belas Artes. Outros projetos também importantes foram assinados por Heitor de Melo, dentre eles o do Jockey Club e o Derby Club. Em todos os prédios projetados pelos dois, a influência da École é patente. A École surgiu das reformas do período de Napoleão III e sua influência no mundo Europeu e fora dele tornou-se marcante após isso. O seu estilo foi o ecletismo que mesclou vários estilos como o classicismo, o barroco e o romantismo. A Escola Nacional de Belas Artes sofreu influência generalizada do ecletismo parisiense. Ver, NEEDELL, Jeffrey D. *Belle époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Cia das Letras, 1993, p.63-66.

localidade, a moda, e os valores estéticos e filosóficos da modernidade. Era também o meio mais usado pelas famílias abastadas do local para enviar seus filhos para estudar seja em Fortaleza, Recife ou Rio de Janeiro. Tornou-se comum aos filhos da “rica” sociedade iniciar seus estudos primários e secundários na capital cearense, onde a família possuía imóvel para esse fim e às vezes bens materiais lá. Francelina Martins Araújo, filha de Abílio Martins, a esse respeito assim se refere:

Meus Avós tinham sempre uma casa mobiliada na capital para temporadas de família, quando sua filha CELINA estudava português, francês e canto. Frequentava as festas em Fortaleza e para tanto, sua mãe encomendava guarda roupa parisiense conforme atestam seus retratos da época.⁹¹

Francisco Lourenço de Araújo, citado acima, filho do maior exportador de algodão local e um dos maiores da zona norte do Estado à época e também político destacado, casado com a autora das linhas acima, foi enviado à capital do Estado para cursar o primário e o ginásio no colégio Cearense do Sagrado Coração e com exames preparatórios no Liceu do Ceará (1917-1923). Com a conclusão dos estudos secundários foi para a capital do País, onde se formou em Medicina, como mostramos.⁹² Boa parte dos membros do grupo que analisamos seguiu a mesma trajetória.⁹³

O “audacioso prometeu”, símbolo da técnica e da ciência moderna, contribuiu também para que lentamente se criasse a noção de que a natureza devia e podia ser dominada, explorada, por meio da técnica e do trabalho. Essa visão já aparece claramente no discurso do Dr. Ibiapina.

A cidade atingiria o progresso, portanto, se fosse capaz, por meio do trabalho, explorar suas riquezas. Caberia a ferrovia enquanto grande símbolo do progresso, da ciência e da invenção técnica contribuir para isso.

Daí o corolário de que a natureza não deveria mais servir como contemplação, como a representação do éden terrestre, onde teria nascido à índia Iracema, mito enobecedor apropriado bem mais tarde pela classe “dominante”, também como um mito fundador local, mas que deveria ser dominada pelo homem, explorada.

⁹¹ ARAÚJO, Francelina Martins. *Cascatas de Cristais*. Fortaleza: SENAI-CE / Oficinas de Artes Gráficas, 1994, p. 15.

⁹² Francisco Lourenço de Araújo nasceu em Ipu, em 17 de setembro de 1903. Dados colhidos por Francisco de Assis Martins junto à Família de Francisco Araújo, na qual escreveu sua biografia no Jornal Ipu Grande de onde utilizo parte das informações. MARTINS, Francisco de Assis. Francisco Lourenço de Araújo. *Ipu Grande*. Ipu, p. 4, jun. 2007.

⁹³ São os casos de Abílio Martins, Archimedes Memória, José Oswaldo de Araújo, irmão de Francisco Araújo, e Joaquim de Oliveira Lima.

Ao lado da idéia de progresso, defendia-se a chegada da civilização. Ser civilizado é ter boas maneiras, ser comedido nas atitudes, é atributo de quem domina a técnica e a ciência, de quem é esclarecido, em oposição a “barbárie”, a “ignorância” a “violência”, características tidas como do “sertão” (em oposição à cidade), lugar de uma natureza “virgem”, “selvagem”, lugar da negação da cultura e da civilização, do “troglodita”. Era preciso explorar a natureza e distanciar-se dela, se quiser ser civilizado.

Portanto, a própria relação do homem com o meio sofreu uma alteração em nível local na medida em que o seu domínio era uma condição de possibilidade para o desenvolvimento futuro. A ciência e a técnica seriam os grandes aliados. A ferrovia era vista como impulsionadora dessa conquista. Ela distancia o homem do tempo da natureza, de suas imposições.

Finalmente, o trem, ponto alto da técnica e da ciência modernas, funcionou ou foi percebido como artefato capaz de trazer o progresso e a civilização à localidade. Foi, juntamente como o prédio da estação “uma das mais belas estações ferroviárias do Estado do Ceará”,⁹⁴ percebidos como os grandes símbolos do “progresso” local.

1.5 Os jornais como veículos do discurso: o *Correio do Norte* e *O Besouro*

É preciso responder agora as perguntas feitas sobre os jornais *Correio do Norte* e *O Besouro*. Por que nestes periódicos, mais ainda no *Correio*, aparece nitidamente o discurso que estamos analisando? Quem eram seus redatores e qual a intenção deles em fazer circular jornais em Ipu.

Quando iniciamos este capítulo, citamos passagens escritas nos Jornais *Correio do Norte* e *O Besouro*. O primeiro, mais do que o segundo, foi o grande veículo em que o discurso que estamos analisando teve guarita. E isso porque aqueles que o fundaram foram os próprios *agentes do progresso*. Eles expressam suas visões de mundo, anseios e vontades. Mais ainda, foram usados para consolidar projetos no âmbito local: projeto de fundação de uma nova cidade e projetos políticos.

Fundaram e dirigiram o *Correio*, Abílio Martins, Eusébio de Sousa e Thomaz. Corrêa.⁹⁵ Era o porta-voz do grupo que controlava o poder local e que apoiava os governos

⁹⁴ LIMA, L. S. P. *Estação Ferroviária: memória e desenvolvimento do espaço urbano de Ipu. (1920-1930)*. Monografia de Graduação em História (UVA). Sobral, 2005.

⁹⁵ Circulou de primeiro de janeiro de 1918 a 30 de março de 1924 (nº 310). Diz Oswaldo Araújo: “O Ipu recebeu a sua primeira tipografia para imprimir esse jornal, tendo como tipógrafos: F. Pilcomar Campos, F. das Chagas Paz, João Mozart da Silva e José Pombo”. ARAÚJO, Oswaldo. Imprensa de Ipu, op. cit., pp. 162-165.

estaduais situacionistas dentro da política oligárquica. O jornal expressava seus valores modernos e seus interesses políticos.

Seu raio de ação e de circulação eram bastante vastos. Circulou em toda a Região norte do Estado. Como seu próprio título deixa transparecer, foi pensado com esse objetivo.

O que teria levado aqueles homens do início do século XX, em uma pequena cidade como o Ipu, a se empenharem numa árdua tarefa como aquela, isto é, manter um jornal circulando em uma extensa região, cuja perspectiva de retorno financeiro era muito duvidosa?

Certamente qualquer explicação que leve em conta apenas à paixão, à vontade ou os sonhos dessa empreitada se apresentará como bastante, senão totalmente, simplista, embora possa ter contribuído para isso. Primeiro, as dificuldades para se manter um jornal como aquele, circulando semanalmente em toda uma imensa região naquele momento - de poucos leitores onde o analfabetismo ultrapassava os 90% da população⁹⁶ - deviam ser imensuráveis. Segundo, seria necessário um gasto imenso para fazer circular um jornal naquele formato, periodicamente.⁹⁷ Seria preciso se investir numa tipografia ou imprimir o jornal em Sobral ou em Fortaleza o que encareceriam ainda mais os custos. Terceiro, as dificuldades de distribuição e vendas seriam também imensuráveis. Existia a ferrovia como meio de transporte para uma boa parte da região Norte, mas era preciso que existissem leitores nessas localidades dispostos a pagar e ler um jornal escrito em Ipu, por Ipuenses. Certamente poucos se interessariam em Sobral ou em Camocim, por exemplo, em comprar uma folha impressa, escrita em Ipu, um pequeno burgo sem importância para eles, a não ser que fossem ipuenses.

Por outro lado, certamente existiriam alguns leitores em Ipu, mas poucos. Numa cidade tão pequena as notícias corriam de boca em boca. A tradição oral certamente era refratária à cultura impressa. É razoável supor que parte dos que dominava a leitura, não se interessava por jornais, sem falar que poucos podiam comprá-lo. Daí sobressai uma outra questão: o que teria levado algumas pessoas a fundarem um jornal se as dificuldades eram ou deviam ser tão imensas? A questão será mais bem formulada se se perguntar qual a intenção daquelas pessoas em fundar um periódico, diante de circunstâncias aparentemente tão desfavoráveis. É aí que se encontra o cerne da questão.

Difícilmente uma folha impressa naquelas condições traria perspectiva de retorno financeiro, embora possa ter ocorrido isso. Os fundadores do *Correio* deviam está suficientemente conscientes de que para fundar um jornal e mantê-lo circulando, naquele

⁹⁶ Pelo recenseamento de 1950, de uma população de 30.375 habitantes, apenas 5.649 sabiam ler e escrever ou um pouco mais de 5% da população total. Cf. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. Volume XVI – (IBGE) Rio de Janeiro, 1959, p. 282.

⁹⁷ O *Correio* era impresso em formato *in-fólio* com quatro páginas.

formato e na sua periodicidade, seria preciso dispor de capitais e estar dispostos a gastar sem a perspectiva de lucros em curto prazo. Só à vontade e a paixão em levar a cabo a empreitada não explica, em absoluto, a sua existência.

O *Correio* não foi pensado para circular apenas na cidade de Ipu, pretendia ter um raio de circulação maior. Também não foi pensado como uma tentativa que, se não desse certo, se “abandonaria o barco no meio do caminho”, de outra forma, como se explicaria o fato de se fundar uma tipografia, em princípio, exclusivamente para imprimi-lo?⁹⁸

Quem eram aqueles homens que fizeram circular o *Correio*, o que faziam e qual a intenção em fundar um periódico? Responder a essas questões, responde também aquelas propostas inicialmente.

Em princípio, bastar dizer que todos eles faziam parte da máquina administrativa local, como já evidenciamos. Ainda que nada soubéssemos sobre seus redatores, a uma leitura mais detida e mesmo despreocupada daquele periódico já seria possível concluir que ele era o porta-voz do grupo político situacionista local, os Democratas (do Partido Democrata), e seu divulgador na região Norte do Estado.

A sua razão de ser era essa. Não tinha o objetivo ou a pretensão de obter ganhos econômicos com ele, simplesmente. Para aquilo que foi pensado, isto é, para consolidar uma visão política e um projeto também político, só teria razão de ser se extrapolasse as fronteiras da cidade de Ipu. Nesta, se insere dentro de uma estratégia para garantir a hegemonia política local ou pelo menos lutar contra a oposição.

Numa perspectiva mais ampla, a folha impressa serviria como veículo para difundir uma visão positiva e apoiar os governos situacionistas no âmbito estadual e federal. Também funcionava como uma poderosa moeda de troca. Cargos federais e estaduais no âmbito local eram assumidos pelo grupo situacionista, bem como todos os cargos importantes no âmbito local. O Delegado de Polícia, o Juiz, o Promotor Público, o Coletor Estadual e Federal, o Delegado de Higiene, por exemplo, eram funções assumidas por aqueles que rezavam na cartilha do poder local. As perspectivas de lucros ou de eventuais prejuízos certamente não eram levadas em conta, inicialmente. Os ganhos não eram computados em dividendos econômicos, mas políticos, principalmente, embora junto deste viesse à compensação financeira.

⁹⁸ Em 1917 funda-se a primeira tipografia com o objetivo de imprimir aquele jornal. Foi idealizada por Abílio Martins e erguida por ele, Eusébio de Sousa e Thomaz Corrêa. Durante os seis anos de circulação do periódico contou com os trabalhos editoriais, primeiro dos seus três fundadores, com o apóio de Chagas Pinto, do Cel. Manuel Dias Martins e depois João Bessa Guimarães. Teve colaboradores diversos. Daqueles mais ligados ao grupo fundador estão Joaquim Lima, Abdoral Timbó, Apolônio de Barros e outros.

A ferrovia garantia uma circulação rápida do jornal pelas regiões por onde passava. Era impresso para começar a circular semanalmente às quintas-feiras, justamente um dos dias que tinham horários de trem. Os trens vinham de Camocim as segundas, quartas e sextas-feiras e regressavam de Ipu, as terças quintas e sábados, às seis horas da manhã.⁹⁹ No mesmo dia em que era impresso, chegava a todas as regiões ligadas pela ferrovia.

O telégrafo, muito utilizado pelo jornal, trazia as notícias de Fortaleza, Rio de Janeiro, São Paulo. Eram comuns aquelas vindas da Europa, com destaque para Paris. Do Rio de Janeiro e também de São Paulo, o *Correio* e seus redatores e colaboradores, recebiam, pela ferrovia, livros, jornais e revistas, cujas notícias e novidades eram reescritas ou analisadas nas suas páginas, tornando-as atraentes.

Quanto ao *O Bezouro*, “Jornal Crítico, Noticioso, Imparcial e Critérioso” e anônimo, sabemos hoje que era impresso na *Typographia do Campo*.¹⁰⁰ Tinha como lema “divertir a franga e salgar o galo”. Era um veículo moralista, conservador e que atacava os “maus-costumes” locais de forma violenta, escrito pelas mesmas pessoas que assinavam as matérias do *Correio*. O anonimato garantia-lhes a liberdade para ataques violentos aos costumes que incomodavam, por irem contra os valores que defendiam. Discutiremos mais detalhadamente esta questão no capítulo 3, em 3.4.

O que importa agora é que, nos dois periódicos em questão, os discursos de seus redatores, quando nos aproximamos da década de 1920, apontam para a materialidade do progresso, como vimos no início. Eram eles os veículos de difusão de suas idéias e visões de mundo. Ambos foram escritos pelos agentes do progresso.

⁹⁹ *Almanaque Ipuense para o ano de 1900*. As primeiras páginas foram extraviadas, razão pela qual não apresentamos a referência completa.

¹⁰⁰ ARAÚJO, Oswaldo. A imprensa de Ipu, op. cit, p. 164.

CAPÍTULO 2

Os Agentes do Progresso: Perfil, Práticas Sociais, Sociabilidades, Projetos

2.1 Perfil dos agentes do progresso

Tracemos agora um perfil dos agentes do progresso em Ipu. Voltaremos nossos olhos para o período entre 1918 e a década de 1920, quando o discurso do progresso já enxerga a sua materialidade no espaço urbano ipuense.

É necessário antes apresentarmos a metodologia utilizada. O primeiro passo no caminho de conhecer aqueles homens foi proceder a um levantamento de seus perfis. Busquei fazê-lo compondo uma “minibiografia” de cada um deles, como forma de acumular informações. Para boa parte deles elas são abundantes. Para outra parte, há uma revoltante escassez de informações. Interessou-nos principalmente: a formação; profissão; inserção social; engajamento político.

No primeiro cruzamento dos dados ficou bastante claro que estávamos lidando com um grupo muito extenso, em seu todo, mais ou menos heterogêneo e que dentro dele havia uma espécie de subgrupo que ditava as regras. Em grande parte, eram líderes políticos dominando os principais cargos de mando.

Foi esse subgrupo que tomou para si o controle das principais associações “nobiliárquicas”, fundadas por eles mesmos, de onde sobressaem o *Gabinete de Leitura*, o *Grêmio Recreativo*, a *Sociedade Anônima Palacete Iracema*. Os seus membros fundaram ainda a *Tipografia d'O Campo* e o *Correio do Norte*, lutaram mais de perto pela “remodelação” da cidade e por obras federais para o município. Foram eles, em suma, que defenderam o “progresso” local e adotaram, mais enfaticamente na década de vinte, o discurso que estamos analisando.

Diante da dificuldade de proceder a um perfil mais detalhado de todo o grupo, bastante extenso, optamos por analisar apenas aqueles mais destacados e que detinham o poder de decisão em suas mãos. Optamos também por analisar aqueles que foram mais destacados nas decisões no período, compreendido entre os anos finais da década de 1910 e durante toda a década seguinte.

De um levantamento inicial dos perfis de 41¹⁰¹ nomes, selecionamos para análise apenas 21¹⁰² deles.

¹⁰¹ Um levantamento que buscasse dar conta de todos aqueles que aparecem como defensores do progresso em Ipu e mantendo relações muito estreitas com seus membros mais destacados, seria preciso uma garimpagem de mais de uma centena de nomes, o que seria preciso uma pesquisa mais demorada.

Uma das dificuldades que encontramos, diz respeito ao fato de que todos os homens objeto de análise exerciam mais de uma atividade. Ficou evidente que há um acúmulo de funções. Muitos são ao mesmo tempo, funcionários públicos e comerciantes, além de exercerem atividade política. Muitos deles chegam mesmo a acumular mais de um cargo público. Diante disso optamos por analisar separadamente cada uma das variantes.

A primeira conclusão que tiramos foi a de que esse grupo é composto, em boa parte, por indivíduos portadores de diploma de curso superior (52%),¹⁰³ como mostra a tabela 1, abaixo. Em sua maioria, bacharéis em direito (73% destes): três foram juizes de direito (Eusébio de Sousa, Souto Maior e Apolônio de Barros); um exerceu a advocacia e foi promotor público da Comarca (Leonardo Mota), um foi suplente de juiz de direito (Leocádio Ximenes), um, promotor de justiça adjunto (Abdoral Timbó); dois parece não terem abraçado a profissão que lhes deu o diploma (Abílio Martins e Oswaldo Araújo).

TABELA 1

Nível educacional dos agentes mais destacados (Curso Superior)		
	Nominal	%
Com educação superior	11	52,4
Sem educação superior	5	23,8
Sem comprovação	5	23,8
Total	21	100

Se levarmos em conta àqueles que eram donos de estabelecimentos comerciais, veremos que dos 21 nomes analisados, pelo menos 13 estavam nesta situação, ou 61%, não levamos em conta os nomes de Ubaldino Maciel Souto Maior, membro da *Associação Comercial de Ipu* na década de 1920, por não comprovarmos se realmente era possuidor de estabelecimento comercial, nem de Manuel Bessa, “guarda Livros” da firma pertencente aos sócios Auton Aragão e Emygdio Barbosa. Números, portanto, que se elevariam se

¹⁰² São eles, Abílio Martins, Eusébio Neri de Sousa, Thomaz de Aquino Corrêa, Leonardo Mota, Francisco das Chagas Pinto da Silveira, José Oswaldo de Araújo, Joaquim de Oliveira Lima, Abdoral Timbó, Cel. João Bessa Guimarães, Manuel Bessa Guimarães, Edgard Corrêa, Ubaldino Maciel Souto Maior, Apolônio de Barros, Auton Aragão, Francisco Lourenço de Araújo, Cel. José Lourenço de Araújo, Odulpho Carvalho, José Raimundo de Aragão Filho, José Alves de Farias, Osório Martins e Leocádio Ximenes.

¹⁰³ Dos outros membros embora os indícios mostrem que eram portadores de diploma de curso superior não obtivemos ainda a confirmação. São os casos de João Bessa Guimarães, administrador da estrada de Ferro em Ipu no final do século XIX. É provável que tenha sido engenheiro, os indícios apontam para isso; e de Abdoral Timbó e Manuel Bessa, que eram “guarda-livros” (hoje contabilista) de importantes estabelecimentos comerciais.

incluíssemos aqueles que não eram donos de estabelecimento, mas que exerceram alguma atividade comercial.

Em um outro perfil, observamos que todos os nomes aqui analisados tinham relações muito estreitas com o poder político local e, se nem todos chegaram a exercer cargos públicos, mantiveram uma relação de compadrio com os chefes locais. De todos, pelo menos 12, comprovadamente, exerceram o serviço público ligado ao poder.

TABELA 2

Atividade comercial e pública

	Nominal	%	Total
Donos de Estabelecimento Comercial	13	62	21
Exerceram cargo público	12	57	21
Exerceram mais de uma atividade	21	100	21

Se nessa lista incluíssemos os outros 20 nomes iniciais, pouca coisa mudaria. Talvez ocorresse alguma diferença para baixo no que se refere àqueles detentores de diploma de curso superior. Mas eles confirmariam, com poucas alterações, os outros números apresentados acima.

O grande líder político local na década de 1920, detentor da máquina pública, foi o bacharel Abílio Martins, que herdou o poder local de sua família. Os Martins de Ipu são os herdeiros dos conservadores que controlaram o poder político no município, ao lado do Padre Correia no século XIX, embora este tivesse adotado a prática de mudar das fileiras do Partido Conservador para os Liberais e vice-versa ao sabor das próprias mudanças políticas.

O Líder mais destacado dos Martins, nos primeiros anos do século XX, foi o Cel. Felix Martins, tio de Abílio, que com sua extensa família dominou a cena local apoiando no âmbito estadual a oligarquia aciolina e obtendo em troca, carta branca para os mandos e “desmandos” em Ipu. Mesmo com a queda do Comendador Accioly e a ascensão do salvacionista Franco Rabelo, os Martins mantiveram o poder local numa manobra bem orquestrada, apoiando as forças dissidentes, ao lado de Paula Rodrigues¹⁰⁴ - a quem conheciam muito bem e

¹⁰⁴ Assim como o acioloismo, o poder dos Paula Rodrigues se localizava no Império. No século XIX, o senador Paula Pessoa possuía grande riqueza comercial na cidade de Sobral e, mais tarde, se notabilizou como grande criador de gado na região norte do estado. Transferiu a liderança de sua facção no Partido Liberal para seu genro Rodrigues Junior. Este, por sua vez, delegou sua influência e poder a um de seus sobrinhos e o filho e médico, Francisco de Paula Rodrigues. Os jornalistas João Brígido e Agapito dos Santos, ambos haviam assumido várias

mantinham relações amistosas - que deram suporte a candidatura de Franco Rabelo à presidência do Estado, em 1912. Em troca do apoio a Franco Rabelo, mantiveram o poder em Ipu, o que lhes valeram o apelido de “Vira-cassaca” dos seus opositores locais, os Aragão, sedentos pelo poder.

Abílio Martins foi o grande maestro de uma orquestra que tocava afinada. Foi capaz de criar uma estratégia que permitiu aos dois grupos tradicionalmente opositores na cena local, dominar a política. A década de 1920, em Ipu, foi sem dúvida um período de paz política como nunca se viu antes, em contraste com as lutas dos potentados locais, anteriormente. Martins e Aragão estiveram do mesmo lado e adotaram o mesmo discurso. O discurso de que juntos levariam a cidade ao progresso.

Abílio e seus correligionários, foram aqueles que lutaram e fundaram agremiações, ergueram uma tipografia e fizeram circular jornais. Abílio Martins foi aquele que, defendeu e começou a construção de um teatro, angariou recursos federais para obras públicas, lutou como deputado estadual por outras obras indispensáveis a uma cidade “moderna”, dentro da visão de seu grupo.

Era em torno dele que aqueles agentes do progresso giravam. Foi ele o homem mais influente de seu tempo. Foi deputado estadual por longos anos, filho de um dos maiores comerciantes locais e sócio de um dos maiores exportadores de algodão da Zona Norte do Estado, o Cel. José Lourenço de Araújo,¹⁰⁵ também deputado estadual.

Foi em torno desses dois deputados e de um “grupo de jovens intelectuais”¹⁰⁶ que surgiu o apoio à candidatura de João Thomé (1916-1920) para presidente do Ceará e o que garantiu o fortalecimento de Abílio em Ipu, além da liberação de verbas estaduais e federais para o município. Depois apoiaram a candidatura do situacionista, Justiniano de Serpa (1920-

legislaturas como deputados estaduais. Faziam oposição ao acioloismo através dos jornais *Unitário* e *Jornal do Ceará*. Ambos romperam com o grupo aciolo. Ver: SILVA, M. V. da. Aspectos da Crise Política de 1912 no Ceará. In: SOUSA, Simone (Cordenadora). *História do Ceará*. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará/Fundação Demócrito Rocha/Stylus Comunicações, 1989, p. 233 e 235.

¹⁰⁵ José Lourenço de Araújo, Antonio Manuel Martins, pai de Abílio Martins, e José Liberato de Carvalho, sogro de Abílio, eram sócios da firma *Lourenço Martins & Cia*. A firma comprava gado do Ceará e vendia madeira do Pará. Foi José Lourenço, segundo Francisco Magalhães Martins, o maior comerciante do Ipu e deputado estadual de largo prestígio. Ver, MARTINS, Francisco Magalhães. *Ídolos, Heróis e Amigos*. Ensaios Críticos. Fortaleza: Gráfica Editorial Cearense, 1982, p. 58. O cel. José Lourenço de Araújo era natural da Ribeira do Acaraú, da velha cidade de Santana. Veio para o Ipu no início do século XX. Como comerciante abriu na cidade várias firmas e adquiriu muitas propriedades. Foi segundo Maria Valdemira Coelho o maior comerciante atacadista da região em volta do Ipu. Casou-se com Maria do Carmo Araújo e tiveram 8 filhos. São eles: José Osvaldo de Araújo; Francisco Araújo, médico sanitarista; Maria Cecy Araújo Martins, casada com Osório Martins; Rosinha Araújo, casada com o Cel. Mourão; Thereza Odete Araújo Corrêa, Casada com Edgar Corrêa; Maria Araújo Catunda; Luisinha Araújo Mota, casada com Leonardo Mota e Marfisa Araújo Alverne, casada com Antonio Monte Alverne. Cf, MELLO, Maria Valdemira Coelho. *A Saga de uma Família*. Produção independente, 1997.

¹⁰⁶ SILVA, João Mozart da. *Ipu do Meu Xodó*: memórias. Fortaleza: Nacional, 2005, p. 29

1923), que em troca nomeou Abílio para o cargo de Chefe de Polícia do Estado e distribuiu cargos para o grupo deste.

Portanto, não a toa que os agentes do progresso em Ipu estiveram, em sua maioria, ligados à política e que controlavam os cargos locais, senão vejamos:

Eusébio de Sousa, também Bacharel, veio para o Ipu em 1913 exercer o cargo de Juiz de Direito da Comarca. O ocupante do cargo era apontado pelo chefe político local.¹⁰⁷ O Magistrado, ao lado de Abílio e Leonardo Mota, orquestraram a fundação de associações locais, como a *Associação 7 de setembro*, e a reativação do *Gabinete de Leitura*. Fundaram o jornal *Gazeta do Sertão*, em cujas páginas usaram para fazer a campanha de João Thomé¹⁰⁸, eleito presidente do Estado do Ceará em 1916.

Em 1917, Eusébio, Abílio e Thomaz Corrêa, fundaram o jornal ipuense de mais longa duração, o *Correio do Norte*, herdeiro do *Gazeta*. Nesta data, Leonardo Mota, casado com uma filha do Cel. José Lourenço, o que lhe deu uma confortável vida e tempo para suas “conversas fiadas” a “beira do balcão” e “bancas de feiras” e para ouvir as “cantigas e violas dos sertanejos”, já estava partido para a capital para assumir o cargo de secretário do governo de João Thomé.

José Oswaldo de Araújo, bacharel em direito e filho do Cel. José Lourenço, além de herdar do pai a vocação para os negócios, herdou também a carreira política. Foi eleito vereador para o período de 1924-1928, na qual foi o presidente da Câmara.¹⁰⁹

O médico Francisco das Chagas Pinto, além de possuir consultório médico e ser dono de estabelecimento comercial, foi delegado de Higiene do Município na década de 1920,¹¹⁰ influente nas decisões e um dos redatores do *Correio do Norte*. Mais tarde se tornaria prefeito de Ipu.

Joaquim Lima foi outro que se envolveu profundamente com a política local. Concluiu seus estudos em Fortaleza recebendo o título de “contabilista” da Fênix Caixeiral,¹¹¹ retornou ao Ipu em 1917 e exerceu a profissão no estabelecimento de seu tio, Gonçalo de Oliveira Lima, fundando mais tarde seu próprio estabelecimento, o maior no ramo de ferragens e miudezas em Ipu na época (*J. Lima & Cia*).

¹⁰⁷ Há indícios ainda não confirmados de que Eusébio teria vindo para Ipu por intermédio de Abílio Martins que iniciou seus estudos superiores em Recife.

¹⁰⁸ SILVA, João Mozart. *Ipu do Meu Xodó*, op. cit., p. 29

¹⁰⁹ ARAÚJO, Oswaldo. Descendência do casal José Lourenço de Araújo-Maria do Carmo de Araújo. In: *Revista do Instituto do Ceará*. Tomo LXXXI, Ano LXXXI – 1967.

¹¹⁰ Informações colhidas no jornal *Correio do Norte*, 1920-1924.

¹¹¹ Biografia gentilmente cedida pelo memorialista Francisco de Assis Martins.

Em 1930, foi nomeado Interventor Municipal, governando a cidade até 1935, quando buscou colocar em prática um projeto arrojado de intervenção no espaço urbano de Ipu. Melhoramentos no abastecimento de água da cidade, apreensão de animais que transitavam soltos pelas ruas, construção de estradas e de uma nova cadeia afastada do centro, pavimentação de ruas, reformas de praças, construção do necrotério do cemitério e do matadouro público e outros melhoramentos, foram à tônica principal de seu projeto. Este visava, principalmente, “civilizar hábitos”, “modernizar” a região central e expulsar de suas cercanias alguns grupos indesejados.

Foi em seu governo que se deu a inauguração da energia elétrica da cidade. O discurso do progresso continuou sendo pronunciado e em documento escrito, Joaquim Lima buscou convencer a todos de que teria sido o seu governo aquele que mais fez pelo progresso material da cidade.

Apolônio de Barros, Ubaldino Maciel Souto Maior, sucessivamente juizes de direito da Comarca após Eusébio, estiveram envolvidos na política local e devem seus cargos a ela.

Leocádio Ximenes, grande comerciante local e 1º suplente de Juiz Municipal, Manuel Bessa, filho do Cel. João Bessa e chefe político local, coletor federal, “guarda livros”, inspetor Regional de Ensino, e Abdoral Timbó, comerciante da firma (gerente) *Timbó & Cia* e depois proprietário de estabelecimento, sobrinho de Antonio Manoel Martins, pai de Abílio, além de guarda livros da casa *Bezerra, Aragão & Cia.* e adjunto do promotor de justiça da Comarca de Ipu na década de 1920,¹¹² também estiveram envolvidos no jogo político, o que explica o acúmulo de cargos.

O Cel. José Alves de Farias foi um dos chefes do Partido Democrata de Ipu, ao lado de Abílio. Foi eleito vereador pelo pleito de 1920, como o segundo mais votado, o que lhe valeu a vice-presidência da Câmara Municipal. Exerceu nessa época o cargo de coletor federal e de delegado de polícia. Teve um grande poder de decisão quanto às escolhas dos cargos públicos locais. Foi ainda proprietário de estabelecimento comercial, sendo sócio de um Bilhar e Mercearia com o nome de *Farias & Martins*, no Mercado Público, onde se reuniam os chefes políticos e o “escol social”.¹¹³

Osório Martins, membro do “clã dos Martins” foi vereador e secretário da Câmara Municipal. Na década de 1920, foi escrivão da coletoria das rendas federais.¹¹⁴

¹¹² *Correio do Norte*. Ipu, p. 4. 4 de abr. 1922.

¹¹³ Informações colhidas no Jornal *Correio do Norte* – 1920-1924

¹¹⁴ *Correio do Norte*, Ipu, p. 4, 4 jul. 1922.

Cel. Thomaz de Aquino Corrêa não chegou a exercer diretamente cargo político de grande monta, mas aparece nas páginas do *Correio* como influente nas decisões políticas, conseguindo cargos importantes para si e para seus parentes, como foi o caso de seu filho, Francisco Corrêa, que por longos anos exerceu o ofício de delegado de polícia. Era Farmacêutico prático, proprietário rural e de estabelecimento comercial (Farmácia *Th. Corrêa & Filho*). Exerceu o cargo de Inspetor Escolar no município e fez parte da *Comissão de Construção do Açude Bonito*, tendo seu estabelecimento cadastrado para fornecer mercadorias aos operários da construção do açude e da *Estrada Ipu-São Benedito*, em fins de 1919.

Falta dizermos algo sobre o Cel. João Bessa Guimarães, o Cel. José Raimundo de Aragão Filho e de Odupho Carvalho. Não foi a toa que deixamos para falar sobre essas três personalidades, por último. Foram eles opositores dos Martins e que aparecem como seus aliados quanto mais nos aproximamos da década de 1920.

Começemos por João Bessa Guimarães. Sobralense veio para o Ipu quando da chegada da ferrovia da qual era agente.¹¹⁵ Foi chefe do partido conservador e exerceu em Ipu o cargo de intendente¹¹⁶. Aparece na década de 1920, como aliado dos Martins embora não mude de Partido. Foi eleito vereador em 1920. Como o mais votado, tornou-se o seu presidente, liberando subsídios para as associações locais, fundadas por ele e seus pares. Exerceu o cargo de Coletor Federal e pelo apoio dado à candidatura de Justiniano de Serpa, em 1920, foi para a capital trabalhar no jornal *Correio do Ceará*, órgão oficial do governo estadual. Neste, foi o correspondente do *Correio do Norte* em Fortaleza.¹¹⁷

De Odupho Carvalho, sabemos muito pouco, apenas que foi chefe Belisarista¹¹⁸ de Ipu, mas que depois se juntou ao grupo que detinha o poder local, o que explica o fato de aparecer como membro destacado das associações locais e de seu estabelecimento ser um dos cadastrados para vender seus produtos aos operários da construção do *Açude Bonito* e da *Estrada de Rodagem Ipú-São Benedito* - cerca de 3.600 trabalhadores de acordo com o *Correio*.

O caso do Cel. Raimundo de Aragão Filho é emblemático. Ele e sua família foram adversários ferrenhos dos Martins em Ipu e que várias vezes chegaram a vias de lutarem com armas nas mãos. Era irmão do Cel. Pedro Aragão, que herdou a liderança política de seu pai, o Cel. Porfírio José de Sousa.

¹¹⁵ LIRA, Francisco de Assis. *Intendentes e Prefeitos*. Trabalho inédito.

¹¹⁶ Idem.

¹¹⁷ *Correio do Norte*, Ipu, 16 set. 1920.

¹¹⁸ *Correio do Norte*, Ipu, p.2, 12 ago. 1920.

A união com os Martins valeu-lhe a administração da cidade de Ipu em paz duradoura de 1914 a 1925, quando ocorreram eleições municipais que, não por coincidência, foi eleito para governar a cidade, o Cel. Felix Martins. A explicação para essa sólida aliança diz respeito à busca pelo controle político local. Antes, Martins e Aragão viveram e se relacionaram em dois fechados grupos políticos distintos e inimigos.

Finalmente, apenas Francisco Araújo, filho do Cel. José Lourenço de Araújo, que retornou de seus estudos na Escola de Medicina do Rio de Janeiro, em 1929, não exerceu nenhum cargo político local ou se beneficiou da “máquina pública” no período de nosso estudo, pelo simples fato, talvez, de ter chegado “tarde demais”. No entanto em 1932 é contratado pelo intendente Joaquim Lima, um de seus pares e membro daquele grupo, para exercer o cargo de médico do Campo de Concentração. Foi Joaquim Lima o administrador do “Curral dos bárbaros”.

Portanto, se levarmos em consideração as relações políticas entre os principais membros do grupo que analisamos, chegaremos a considerações interessantes: a) é o poder que os unem em torno de um “projeto”; b) fazer parte do grupo significava ter influência nas decisões políticas locais; c) pertencer ao grupo significa acumular ganhos políticos (poder) e econômicos.

Poderíamos concluir que a maioria dos membros do grupo, exercia ao mesmo tempo várias funções. Em grande parte eram comerciantes que exerciam cargos públicos e usavam do poder para beneficiar seus estabelecimentos. Dos 21 pessoas analisadas, pudemos comprovar que pelo menos 12 exerciam ao mesmo tempo cargos públicos e atividades comerciais ou 57%, como mostramos no quadro 2.

Resta ainda uma questão. Os membros do Grupo Progressista fundaram e foram sócios, em sua maioria, das associações locais. Os mais destacados controlaram suas principais funções. Somente os mais poderosos ou que detinham uma parcela significativa de poder e influência, eram escolhidos para a diretoria. Foi essa uma prática social levada a cabo por seus membros, informada pela idéia de progresso.

Foram, o *Grêmio Recreativo*, o *Gabinete de Leitura* e o *Palacete Iracema*, as associações mais destacadas. Fazer parte da diretoria de uma delas demarcava não apenas posição social, mas poder de decisão. Aos outros sedentos de distinção ou de espaços de sociabilidade, restavam ser sócios e pagar os dividendos, em troca. Como mostraremos abaixo, essas associações estiveram fechadas ao ingresso de muitas pessoas.

Dos 21 membros analisados acima todos eles foram, em algum momento, sócios de uma ou mais associações citadas acima e fizeram parte de seus quadros dirigentes. Quando o

Grêmio Recreativo foi fundado (ou melhor, quando mudou de nome) em 1924 e também a *Sociedade Anônima Palacete Iracema*, Eusébio já não mais morava em Ipu, embora continuasse mantendo relações estreitas com seus antigos companheiros. Também Leonardo Mota já morava na capital do Estado. O Cel. José Lourenço, Abílio Martins e Apolônio de Barros já haviam falecidos.

Se tomarmos os 16 nomes restante daquele grupo mais destacado, veremos que 12 eram acionistas e membros fundadores do *Palacete Iracema*, 8 faziam parte ao mesmo tempo daquelas três associações, 10 eram sócios ao mesmo tempo do *Grêmio* e do *Gabinete*, apenas 2 não eram sócios do *Grêmio*, incluindo o médico Francisco Araújo que retornou de seus estudos no Rio de Janeiro em 1929 e passou pouco tempo na cidade. Apenas não comprovamos que 4 deles foram sócios do *Gabinete*. A maioria deles foi ainda sócio da *Associação Comercial*. Comprovadamente 10.

TABELA 3

Sócios das agremiações na década de 1920

	Sócios	%	Total
Palacete Iracema	12	75	16
Grêmio Ipuense	14	87,25	16
Gabinete de Leitura	12	75	16
Associação Comercial	10	62,5	16
Grêmio, Gabinete e Palacete	8	50	16

Finalmente, todos eles, mesmo não sendo sócios de uma das citadas agremiações, tinham, no entanto, sua circulação e permanência franqueadas nos salões de qualquer uma delas, uma vez que todas foram acionistas da *Sociedade Anônima Palacete Iracema*, fundada logo após o *Grêmio*, com o objetivo de reuni-las em um mesmo “Palácio”. A *Associação Comercial*, o *Gabinete* e o *Grêmio* possuíram cada uma, 10 ações.¹¹⁹

¹¹⁹ *Revista dos Municípios*, op. cit., p. 45.

2.2 Do perfil ao espaço do clube

A idéia aqui é seguir mais de perto o rastro daqueles “homens” no início do século XX e descobrir os espaços que freqüentavam, as ruas e praças que transitavam, enfim chegar um pouco mais perto de seus espaços de sociabilidades e seu cotidiano.

Desvendar e adentrar nos espaços sociais fundados por eles, sobretudo aqueles destinados ao seu convívio, pode ser uma boa estratégia capaz de ajudar-nos a compreender melhor o grupo que analisamos.

Entender os seus locais de trânsito e os espaços da festa (*soirée*), da reunião, pode ainda ajudar-nos a entender melhor os anseios daqueles homens, seu universo simbólico, o seu poder de mobilização e de luta pelo que queriam e acreditavam ser melhor para si e para sua cidade.

Tal procedimento nos dará subsídios para desvendar quais as funções a que se prestavam os espaços do clube, a sua importância para unir grupos e indivíduos em torno de um mesmo anseio ou projeto e desvendar qual sua relação com a idéia de progresso defendida por seus membros.

No caminho trilhado por aqueles homens, que consistia em dotar a cidade de signos do progresso, a fundação de novos espaços de sociabilidade mais mundanos, foi uma prática levada a cabo. Se de um lado buscava-se lutar contra os costumes “arcaicos”, de outro, efetivamente se fundou outro tipo de sociabilidade restrita aos segmentos mais abastados da cidade e não menos nobiliárquico, que estivesse alinhado com os ideais de civilidade, da modernidade.

Ao mesmo tempo em que tais espaços se tornaram necessários a um grupo de pessoas sedentas por distinção, foram eles defendidos como necessários a um povo em via de “civilizar-se”.

A instituição desses espaços, pelos agentes do progresso, era informada pela necessidade de instituir um padrão de comportamento mais condizente com o espírito do progresso defendido. Foi dentro desse espírito que surgiram o *Centro Artístico Ipuense* (1918), o *Gabinete de Leitura Ipuense* (1919), a *Sociedade 7 de Setembro*, mais tarde *Grêmio Recreativo Sociedade Dançante* ou simplesmente *Grêmio Recreativo Ipuense* (1924) e a *Euterpe Ipuense*. Dentro desse mesmo espírito àqueles agentes buscaram construir outros espaços, tais como: do teatro, do cinema. Bem como construíram logradouros públicos reservados ao seu trânsito e convívio.

Fazer parte das, acima, citadas associações, denotava distinção e marcava posições. Elas exerciam um fascínio sobre aqueles desejosos por distinção. As representações construídas em torno de seus membros caminhavam no sentido de mostrar que eram modernos e civilizados, em oposição a grande maioria da população com seus “costumes arcaicos” ou “atrasados”.

O grupo de pessoas que fazia parte de seus quadros, buscou se apegar aos valores da modernidade como forma de produção de positividade, para qualificar a si mesmo (uma classe ou grupo social) e desqualificar o que considerava arcaico.

Na verdade os símbolos e signos da modernidade eram buscados por aquele grupo. Seus valores estéticos eram buscados como forma de distinção. Assim constituiu-se num “poder simbólico”, isto é, como um poder capaz de “construir a realidade” e produzir sentido (imediato) para o mundo, além de integrar indivíduos em torno de valores comuns.

Os símbolos, como defende Bourdieu, são instrumentos por excelência da integração social. Na medida em que se traduzem como instrumentos de conhecimento e de comunicação, tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui essencialmente para a reprodução social.¹²⁰

Dentro dessa busca por símbolos da modernidade e do progresso, os agentes progressistas, unidos em torno de suas associações, trabalharam no sentido de dotar a cidade de seus signos como forma de impor sua visão de mundo.

Dito de outra forma, unidos por valores *consensuais* (uma visão de mundo) os *agentes* estiveram envolvidos numa luta simbólica no sentido de impor uma definição do mundo social conforme seus interesses. Criaram uma representação do mundo social e buscaram sua imposição. Entendemos como Bourdieu, que o real é um campo de forças para definir o que é real. “Aquele que tem o poder simbólico de dizer e fazer crer sobre o mundo tem o controle da vida social em uma relação histórica de forças”.¹²¹

2.2.1 Grêmio Recreativo

Nos primeiros anos do século XX o “escol social” tinha uma “sociabilidade” bastante restrita, mas isso mudaria um pouco. Aos homens, elas restringiam-se a encontros e jogos nos bilhares existentes no mercado público, sobretudo aquele pertencente a Osório Martins e José

¹²⁰ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

¹²¹ Idem.

de Farias. Lá se ia para conversar e jogar, sobretudo pôquer, não proibido na época ao contrário de outros jogos.

O local que reunia a maior parte da população era, sem dúvida, à Igreja. Essa sociedade do início do século era extremamente católica. Os membros do “escol social” sempre estiveram engajados nas ações da Igreja, seja ajudando no Coral, nas conferências e festas religiosas, nas festas do padroeiro, quermesses, seja ajudando o pároco na liturgia. Estar à frente de confrarias, irmandades, congregações e outras ações da Igreja ou mesmo ajudando na liturgia, garantia certo prestígio.

A falta de espaços de reunião e de diversão capazes de unir em um mesmo lugar aqueles com desejos por distinção, parece ter levado um grupo de pessoas, nas primeiras décadas do século XX, à realização de “bailes” em seus “elegantes” e espaçosos “palacetes” ou “casarões”. Seus salões eram franqueados somente àqueles que reconhecidamente faziam parte do “escol social” ou da “melhor sociedade”, como se dizia na época.

O *Correio do Norte* dá destaque aos chamados *soirées*. Estes ocorriam quase que semanalmente em residências particulares que se revezavam em sua promoção. Isso se dava porque não existiam “espaços públicos” para isso e nem associações agremiativas, destinadas a eles, pelo menos até 1918.

Entre fins da década de 1910 e início da seguinte, eles passam a ser mais freqüente, pelo menos é o que a documentação alude. Isso pode ser um indício de que havia uma necessidade de se fundar novas sociabilidades, vontade daqueles desejosos de distinção e de um novo modo de viver mais relacionado a um viver mundano.

A documentação que possuímos não nos permite adentrar nos salões dos “palacetes”, para desvendar como eram realizados esses *soirées* e qual a sua função central. Mas, é possível saber, por meio do *Correio do Norte*, que eles eram fechados ao ingresso de membros das classes sociais populares. Reuniam os seguimentos mais abastados daquela sociedade, entre políticos, funcionários públicos, “grandes comerciantes”. Era sinal distintivo de poder e prestígio oferecer a “casa grande” e seus salões para a realização de bailes. Só o faziam quem o possuía.

Foram esses mesmos homens que fundaram pouco depois espaços próprios para essas novas sociabilidades desejadas. Os bailes do “escol” deixaram de ser realizados unicamente em residências particulares e se deslocaram para os salões da *Associação Recreativa Sociedade 7 de Setembro*, depois *Grêmio Recreativo*.

Sua primeira diretoria, quando mudou de nome, foi empossada em 12 de outubro de 1924 e reunia em seus salões, os agentes do progresso, que se arrogavam como as “famílias distintas” de Ipu.¹²²

Sua função principal era servir para o lazer de seus sócios e para os *soirées* do “escol social”. É o que diz os seus estatutos no Art. 1º, § 1º: “Congregar as famílias de seus sócios num meio de sociabilidade, promover bailes, ‘soirées’ dansantes, festas literárias, comemorações cívicas, reuniões e outros divertimentos congeneres”.¹²³ O *Grêmio* realizava “seis partidas obrigatoriamente, por anno, além das que são promovidas extraordinariamente por ocasião do carnaval, festas nacionaes, etc”.¹²⁴

A *Revista dos Municípios*, de 1929, reservou uma de suas páginas para falar dele, diz sobre os bailes realizados em seus Salões: “Os bailes do GREMIO IPUENSE obedecem á pragmatica moderna e são frequentadissimos pelo escol social não só da cidade, como das localidades vizinhas”.¹²⁵

Os bailes realizados nos salões do *Grêmio* são objetos de uma memória quase mítica, construída pelos parentes mais velhos daqueles que freqüentaram e foram sócios da instituição. Essa memória teima em reafirmar que somente podiam ser seus sócios, as pessoas “rogadas”, “respeitosas” e “respeitadas” do lugar. Pessoas de “estima” e de uma “moral invejável”.

A elegância com que seus freqüentadores se revestiam e o orgulho com que se portavam, os bons modos e uma moral “intocável”, “civilizada”, completam as imagens construídas sobre os freqüentadores *Grêmio*. Essa memória foi cantada em “prosa e verso” por Maria Cleide Melo Lima, descendente dos Lima, família abastada e freqüentadora do *Grêmio Ipuense* nas primeiras décadas do século XX. Vejamos alguns trechos de uma poesia sua: *O último Baile*, embora longo, importante:

(...) O clube muito decente
Pela elite era formado
O Grêmio muito atraente
Pela sociedade visitado!
Havia lá o clube da leitura
Dos Tempos passados, não alcancei
De elegante arquitetura

¹²² Cf. *Revistas dos Municípios*, op. cit., p. 44. Sua primeira diretoria foi assim composta: Presidente: Emygdio Augusto Barbosa; Vice-presidente: José Maria Sabino; Secretário: Abdoral Timbó; Tesoureiro: Joaquim Lima; Diretores do mês: José Oswaldo Araújo, Edgard Corrêa, Dario Catunda; Adalberto Aragão e Vicente Ferreira Maia.

¹²³ *Estatutos do Grêmio Ipuense*. Ipu, 1955, p. 1.

¹²⁴ *Revista dos Municípios*, op. cit., p. 44.

¹²⁵ Idem, p. 44.

Entrai, conhecei!
 Lustres luminosos pendurados
 Janelões verdes, balustres edificados
 O piso assoalhado
 De madressilvas, o caramachão
 Muito bem cuidado
 O quadro social, uma perfeição
 Completando a decoração
 (...)

Bailes tradicionais ocorriam
 Em janeiro dias vinte e vinte e um aconteciam
 Depois da quaresma, domingo da Ressurreição
 Em junho, quadrilhas e chitão!
 Agosto vinte e seis,
 Do Ipu, a emancipação
 Outubro, dia doze
 Festejavam no Grêmio a sua fundação
 Natal e Ano Novo,
 Com estilo e bem perfeito!
 Senhoras de respeito
 Zelasos acompanhando os filhos
 Os chefes de família primando pelo direito
 Contribuíam para dar-lhe brilhos!
 Jovens vaidosas
 Muito elegantes
 Bailavam orgulhosas
 Com seus requebros dançantes
 O afoito que quisesse brigar
 Pelos diretores era convidado a se retirar
 Era assim o clube do Ipu, uma bandeira
 Lá só penetrava em seu recinto, quem fosse Da primeira...
 No poder aquisitivo?
 Era um distintivo
 No procedimento?
 Um complemento
 Ainda bem...
 Da família, sangue nobre?
 Que no Brasil é muito pobre também
 (...)

Bailes selecionados
 Sócios escolhidos
 (...)

Festa no Grêmio, tudo engalantado
 Muito concorrido, freqüentado
 (...).

A autora do poema termina lamentando o fim daqueles bailes antigos vividos pelos seus familiares e a venda do *Palacete Iracema*, onde eles eram realizados.

A descrição é de que apenas a “elite” local, famílias de “sangue nobre” compunham o seu quadro social. A autora das linhas acima, descreve ainda em detalhes o ambiente que servia de cenário ao “clube” e seus bailes. Ele é descrito de forma a ressaltar a elegância da arquitetura, a riqueza da decoração e o zelo com o espaço. Era um ambiente propício a uma

sociabilidade mundana, próprio para a exteriorização de riquezas e da última moda. Mas, o que mais chama a atenção da poetiza, é a moral intocável e recatada de seus frequentadores.

Os bailes e festas tradicionais, segundo a descrição, eram revestidos de “gala”, “concorridos” e muito “frequentados” pelas pessoas “distintas”. Lá só entrava quem fosse “Da primeira”, quem tivesse “poder aquisitivo”.

Também a professora Valdemira Coelho, que escreveu o livro *Ipu em três épocas*, lamenta o fim dos seus bailes, anotando que a “sociedade era selecionada e as festas eram realizadas com certa fidalguia e cavalheirismo (...)”, lamenta:

Hoje, o Grêmio tem uma sede própria, continua realizando suas festas, não como a mesma euforia de energias (...) no embalo de um FOX; no sonho de uma valsa, no ritmo de um tango, mas por uma juventude agitada, desacompanhada dos pais, curtindo um ROCK, uma DISCOTECA, um FORRÓ, ou BREAK (...).¹²⁶

Para fazer parte da diretoria daquela agremiação e ser aceito como sócio era necessário pertencer a “alta sociedade” da época, “ter bons modos”, uma “moral civilizada” e comungar com os ideais modernos e progressistas de seus fundadores, ser indicado por um ou mais sócios efetivos e aceito em votação pela maioria da diretoria em um de suas sessões ordinárias. É o que diz o capítulo II de seus estatutos, § 4º:

Para ser sócio do Grêmio é preciso ter pelo menos 18 anos, boa conduta, frequentar a sociedade local, ser proposto por um ou mais sócios efetivos no caso de seus direitos sociais, em ofício a Diretoria, ou, verbalmente, por um membro da mesma e aceito por maioria em suas sessões ordinárias.¹²⁷

Como pertencer a quadro social do *Grêmio* denotava distinção, ele exerceu sobre grande parte da população local, certa atração. Todos desejosos de distinção queriam ser seus sócios. Mesmo aqueles que por ventura não gostasse de sê-lo e nem de ir a seus bailes, era aconselhável que o fizesse por ser o *Grêmio* uma instituição prestigiada.

Os *soirées* realizados em seus salões eram aguardados com entusiasmo por seus associados. Numa cidade pacata uma simples festa se revestia de um acontecimento monumental. Era motivo para as conversas, para a compra de uma nova roupa, para se usar a última moda. O baile do *Grêmio* era o momento para a exibição da elegância. O Trajar era o mais forte indício da exibição da riqueza e dos dotes “modernos”. Se para os chefes de família

¹²⁶ MELLO, Maria Valdemira Coelho. *Ipu em três épocas*. Fortaleza: Popular Editora, 1985, p. 48.

¹²⁷ *Estatutos do Grêmio Ipuense*, op. cit., p. 2.

era o momento para uma reunião e conversa descontraída sobre política, para os jovens era a oportunidade para a “paquera” e, para ambos, sobretudo dançar.

Para atender a seus freqüentadores, existia a *Alfaiataria Lopes* que em anúncio nas páginas do *Correio* dizia: “QUEREIS vestir no rigor da moda? Procure a alfaiataria LOPES. Lá trabalha-se pelo último figurino”.¹²⁸ Em março de 1922 surgia uma outra alfaiataria, aberta pelo Sr. Acrisio Ferreira do Nascimento, ex-sócio de Raimundo Nonato Lopes, da *Alfaiataria Lopes*.¹²⁹ Esse fato, por si só, é revelador de que existia uma procura por artigos da última moda.

As poucas fotografias de alguns dos membros do *Grêmio*, sobretudo de sua diretoria, que conseguimos reunir permitem-nos afirmar, embora com ressalvas, que existia uma busca pelo bem trajar. Parecia haver uma preocupação no sentido de exteriorizar, conscientemente, um jeito aristocrático de ser, um refinamento nos modos, cujo paradigma estaria associado ao modelo aristocrático franco-inglês, buscado pela elite carioca na *belle époque*, bem conhecido de grande parte dos membros do Grêmio seja *in loco* ou por meio de imagens impressas nos periódicos cariocas ou descrições feitas nas páginas dos jornais. O Rio buscava “civilizar-se” por meio de mudanças concretas e tendo como modelo os padrões europeus, sobretudo “Paris a capital do século XIX”. A Europa era sinônimo de civilização. Os membros do Grêmio buscavam-na, dentro de seus limites, o que implicava negar sua própria cultura e atacar tudo que não estivesse ligado a ela.

Fundar suas associações e pensar uma nova forma de ser, vestir-se e viver como “civilizado”, espelhando-se em modelos alienígenas, significava negar tudo que fosse nativo. Isso e tudo que aos seus olhos fosse refratário aos valores buscados, deveriam ser alvos de ataque como o foi. (Ver capítulo 3).

Em uma cidade “distante”, longínqua dos centros “civilizados”, perdida no meio dos “sertões” os significados dessa atitude, isto é, de buscar ser civilizado é ainda mais emblemático do que o caso carioca. Lá havia uma ligação maior da cidade com a Europa, uma economia que avançava a passos largos, um cosmopolitismo evidente. E uma cidade que, após Pereira Passos, conhecera o poder “regenerador” das picaretas ao transformar, ou o desejo era esse, a capital do País em uma vitrine do progresso e a porta de entrada de valores estético-filosóficos da modernidade, bem como possuía uma cultura material capaz de consumir os artigos de luxo parisiense e a moda inglesa (masculina).

¹²⁸ *Correio do Norte*. Ipu, p. 4, 18 de ago. 1921.

¹²⁹ *Correio do Norte*, Ipu, p.4, 4 de mai. 1922.

A cidade de Ipu e a maioria das cidades interioranas, não possuíam as mesmas condições materiais que a capital do País, mas muitos de seus habitantes foram seduzidos pelo movimento que vivia a capital do país, da qual tomavam contato por intermédio dos meios de comunicação (ferrovia, telégrafo, periódicos) ou por meio dos cursos superiores oferecidos na capital do país, em Recife, Salvador ou São Paulo, também influenciados pelo movimento da capital, para onde os filhos dos abastados coronéis, dos ricos comerciantes ou filhos de políticos destacados iam estudar (como discutido no primeiro capítulo).

Naqueles locais “distantes”, o desejo de querer viver como a “elite” carioca “civilizada”, se traduzia de um simbolismo mais forte ainda, uma vez que as imagens pareciam ser ainda mais díspares. Eles não passaram por crescimento econômico significativo, se comparados aos grandes centros urbanos, nem por reformas urbanas arrojadas. Ainda que possuísem *Boulevares*, eles existiam apenas no nome.

Mas nada impedia que parte da população buscasse viver a fantasia da “civilização” e do “progresso” a seu modo. Um clube (*Grêmio*), uma Praça, um Prédio (Estação), uma rua mais larga e iluminada (“Avenida”), uma outra praça em estilo “moderno” (*Jardim de Iracema*), “vestir-se no rigor da moda”, poderia traduzir-se como a concretização dos anseios.

Imagens textuais, mais abundantes do que as imagens fotográficas, deixadas pelos membros do *Grêmio*, mostram este espaço como “civilizados”. Têm a intenção de querer mostrar e convencer-nos de que àqueles que freqüentavam seus salões tinham “modos civilizados”, caracterizados pelo bem vestir, de atitudes comedidas, de moral intocável e de uma aura superior. Era esse o desejo. Ainda que não fosse assim, como na descrição, esta deveria mostrar que teria sido assim. Isso não anula a crença de que aqueles seus membros pensassem ser civilizados e vivessem o progresso, tal qual outras sociedades.

Enfim, surgia como resultado da prática social dos agentes do progresso, os salões e uma nova forma de sociabilidade para os grupos abastados. Na cidade, todos que pudessem e tivessem condições de usufruir dos novos espaços e que houvesse a possibilidade de ser aceitos para seus quadros, o faziam. Afinal freqüentar os *soirées* do *Grêmio*, por exemplo, à época, se revestia de uma desejada distinção social.

Ir aos seus saraus e *soirées*, revestia-se de um simbolismo ímpar. Era sinal distintivo de poder, de uma aura superior. Seus bailes eram concorridos e, entre seus associados, só não compareciam aqueles que não se encontravam na cidade ou impossibilitados por enfermidades. Lá se ia para ouvir música, dançar, para uma “partida literária” e para o convívio de relações familiares. Os salões daquela agremiação funcionaram como importante para a vida social e para os relacionamentos afetivos de seus associados.

O quadro social do *Grêmio* reunia a maior parte dos mais destacados agentes comprometidos ou pelo menos defensores do progresso local. Congregava os influentes chefes políticos da localidade e que comandavam a máquina pública. Isto já se disse acima.

Mas, é preciso avançar e disser também que os ideais de progresso e da modernidade, reunidos em torno das associações locais, foram importantes para congregar grupos até então oposicionistas, numa estratégia de controle da máquina pública. Tais grupos que lutavam na cena política até 1914, os Martins e os Aragão, após momentos conturbados e as perdas que representaram, perceberam que juntos poderiam tirar mais vantagens para ambos. A partir dali passaram a estar do mesmo lado e controlaram a cena política, praticamente sem oposição significativa. Em torno de suas associações os chefes políticos trabalharam no sentido de anular qualquer força capaz de colocar em risco seus “projetos”. Diremos mais sobre isso adiante.

Os salões do Grêmio, como também do Gabinete de Leitura, funcionaram como importantes espaços informais (ou mesmo formais) de alianças e discussões políticas.

O Grêmio, como outras agremiações, ao reunir pessoas com os mesmos anseios foi capaz de garantir uma identidade social aos seus membros, bem como capaz de manter coeso, em torno de seus valores e símbolos, um grupo de pessoas que compartilham de uma mesma visão de mundo. Na verdade esta visão de mundo era reforçada por aqueles que freqüentavam os seus salões.

O *Gabinete* e o *Grêmio* foram as duas principais associações que congregaram o “escol” literário e político local em torno da idéia de levar a cidade de Ipu ao progresso, contribuir para a sua elevação cultural e desenvolvimento econômico, dentre de suas perspectivas.

Passemos ao Gabinete.

2.2.2 Gabinete de Leitura Ipuense

Uma das formas de se atingir a “civilização dos costumes”, era o cultivo das letras e a difusão da prática de leitura. Ter agremiações literárias era sinal distintivo do progresso. No caminho de construir essa imagem da cidade é que se luta pela fundação de um “centro literário”.

O *Gabinete* é fruto da existência em Ipu de um “grupo de jovens” “intelectuais” no dizer do Tipógrafo João Mozart da Silva, que viveu os primórdios do século XX. Segundo

ele, Leonardo Mota (Leota) ao chegar à cidade e fundar uma escola, se juntou a um grupo de “ilustres ipuenses ávidos de saber e presos as delícias do mundo literário”:

Já rapaz, ao deixar o Seminário, o saudoso “Leota” principia uma vida de intensa atividade intelectual, fundando um pequeno mas movimentado colégio na cidade de Ipu, e cujo nome de batismo foi José de Alencar. Ensinando francês o jovem Leonardo Mota de logo conquistou as simpatias de uma geração de ilustres ipuenses, ávidos de saber e presos às delícias do mundo literário.¹³⁰

Ainda segundo Mozart, formou-se em Ipu, ao lado de Leota, um grupo de jovens intelectuais. Fizeram assinaturas de jornais e revistas vindos do Rio de Janeiro, que eram lidos e comentados até a “alta madrugada”. Fazia parte dele, entre outros, Abílio Martins, Thomaz Corrêa e Eusébio de Sousa. Logo, fundaram, ao lado de Leota, um jornal, a *Gazeta do Sertão*, “e através das suas páginas fez a campanha de João Thomé, eleito Presidente do Estado, que trouxe o diretor da ‘Gazeta’ para as funções de secretário de seu governo”.¹³¹

O passo seguinte que marca essa “fase intelectual”, foi à fundação de grêmios e gabinetes de leitura.

O Gabinete de Leitura foi fundado pelos dirigentes do *Grêmio*, quando ainda se chamava *Grêmio Recreativo 7 de Setembro*. Na primeira reunião da diretoria, ficou decidido que cada associado deveria contribuir com certa quantia, todos os meses, a fim de fazer face às despesas com a aquisição de livros.¹³² Cada sócio tinha de pagar uma contribuição mensal de 3\$000 (três mil reis), sendo-lhe facultada a retirada de livros para a leitura fora da sede social, mediante caução de 20\$000.¹³³

Mais tarde passou a receber subvenções anuais da Câmara Municipal de Ipu, por proposta de seu presidente, Cel. João Bessa Guimarães, e do Governo do Estado, por intermédio de Abílio Martins.¹³⁴

A idéia de sua fundação foi sugerida pelo médico e Delegado de Higiene do município, Francisco das Chagas Pinto “na sessão ordinária de Assembléia Geral do ‘Gremio recreativo 7 de Setembro’, realizada em 27 de Outubro de 1918”.¹³⁵ Mas coube a Abílio Martins, de acordo com a *Revista dos Municípios*, realizar o feito.¹³⁶

¹³⁰ SILVA, João Mozart. *Ipu do Meu Xodó*, op. cit., p. 29.

¹³¹ Idem, p. 29.

¹³² Idem, p. 83.

¹³³ *Revista dos Municípios*, op. cit., p. 41.

¹³⁴ Isso se deu a partir de 1920, quando passou a receber, anualmente, da Câmara, a quantia de 240\$000 (duzentos e quarenta mil reis), e do governo do Estado, o valor de 1:200\$000. *Correio do Norte*, Ipu, 8 jan. 1920.

¹³⁵ *Revista dos Municípios*, op. cit., p. 41

¹³⁶ Idem, p. 33.

O *Gabinete* foi instalado em 1º de janeiro de 1919, em um dos salões do prédio que era ocupado pela redação do *Correio do Norte*. Depois coube ao pároco local, Francisco Maximo Feitosa e Castro a doação “gratuitamente de um confortável e vasto salão á Praça S. Sebastião, onde por largo espaço de tempo teve ella installada a sua sede”.¹³⁷ Para esse mesmo prédio foi transferida a redação do *Correio*.

O *Gabinete* funcionava todas as noites das 18 às 21h e nos domingos e feriados era aberto das 11h às 14h.¹³⁸ Existia um funcionário responsável por abrir e fechá-lo, varrer, espanar e servir café aos associados, segundo nos informar João Mozart da Silva: “Servia de continuo o insuportável garoto Xavier Timbó, encarregado de abrir, varrer, espanar, apanhar café para os presentes e, às nove horas da noite, fechar tudo”.¹³⁹

Esse novo “centro literário” tinha a função declarada de servir para a instrução de seus sócios e contribuir, para não dizer lutar, para elevar a moral dos filhos ipuenses, diga-se, lutar contra os “velhos costumes”. É o que defende em discurso o sócio fundador, Thomaz de Aquino Corrêa, na solenidade de passagem do seu primeiro aniversário:

“[Thomaz Corrêa] (...) Profligou umas tantas mazelas que formam o fundo moral de nossos costumes e apelou, como fez o orador precedente [Joaquim Lima] para os jovens afim de que freqüentassem o Gabinete e a todos, em geral que os prestigiem”.¹⁴⁰

Devia ele ser, para os jovens da localidade, uma alternativa às “jogatinas”, tão atacadas pelo *Correio* como destruidora da “moral civilizada” de sua “sociedade”, e aos passeios ao “curral do açougue” (“cabaré”):¹⁴¹

A nossa mocidade, sobre tudo, que tanto precisa de aprender e educar o espírito devia todas as noites e aos domingos, em vez de se destrair nas jogatinas, nos passeios pelo bairro do curral do açougue, ir ao ‘Gabinete ler um pouco, e concentrar-se ao menos pelo espaço de uma hora em intimidade com os livros, revistas e jornaes que ali existe’.¹⁴²

Reclamam os redatores do *Correio*, em artigo, por ocasião da solenidade de posse da nova diretoria do *Gabinete*, no início de 1922.

¹³⁷ Idem, p. 41.

¹³⁸ Cf. *Correio do Norte*, Ipu, p.2, 1º de jan. 1921.

¹³⁹ SILVA, João Mozart. *Ipu do Meu Xodó*, op. cit., p. 83.

¹⁴⁰ *Correio do Norte*, Ipu, 8 jan. 1920.

¹⁴¹ O “curral do açougue” refere-se ao matadouro que estava localizado bem ao lado do meretrício que surgia naquele tempo.

¹⁴² Gabinete de Leitura Ipuense. *Correio do Norte*, Ipu, p. 4, 13 jan. 1922.

O *Gabinete*, que congregava assim como o *Grêmio*, os agentes do progresso, devia contribuir para elevar a moral e o espírito da população e como veículo para banir os “velhos costumes” e introduzir novos valores. Os seus fundadores e sócios estavam preocupados ainda em levar para os menos abastados a instrução, daí ser freqüente nas páginas do *Correio* o chamamento de novos freqüentadores ao *Gabinete*, sobretudo dos mais jovens, o que não significa dizer que suas portas estivessem abertas para todos que quisessem tornar-se sócios da instituição. O *Gabinete*, assim como o *Grêmio*, foi um espaço fechado ao ingresso de pessoas fora de seus círculos ou de “baixa condição”.

Era ele, visto por aqueles que o fundaram, como uma instituição redentora, capaz de introduzir, por meio da instrução, novos costumes ligados aos valores do progresso.

Seu presidente, Francisco das Chagas Pinto, em 1920 se mostra preocupado com a educação dos menos abastados. Diz ele em seu discurso, transcrito nas páginas do *Correio*:

Ao lado do Gabinete de Leitura pretendemos abrir o ensino aos que não poderem freqüentar as aulas officiaes. Não só isso, nossas vistas são mais largas. A instalação em prédio próprio, com salões hygiênicos independentes, para o funcionamento das aulas e do Gabinete propriamente dito, constitue o pivot de nosso programma.¹⁴³

A preocupação em educar aos mais pobres e levar até eles a instrução, se traduz numa vontade em banir os “velhos costumes” e ditar a moral e os novos preceitos. Aqueles homens detentores do conhecimento e do poder, queriam instruir não levados por uma preocupação “filantrópica”, mas visando controlar e moldar a moral e os costumes do “povo”, de acordo com os seus referenciais.

Visto por outro ângulo, no início do século XX, virara moda à retórica francesa segundo a qual a educação e a instrução tinham um papel fundamental, seja dando ênfase a uma “dívida” da sociedade para com os grupos populares, seja defendendo a “necessidade” de se fundar uma outra sociedade na qual as hierarquias estamentais fossem banidas.¹⁴⁴ “Era comum entre a opinião pública a apologia à instrução, inclusive para as classes populares”.¹⁴⁵

O “Centro Literário” deveria colocar à disposição de seus sócios e da população uma gama de livros imprescindíveis à instrução, condição indispensável para um povo que pretendia atingir o progresso espiritual, ao lado do material. Os livros, ao lado dos jornais, funcionavam como veículos indispensáveis a um povo progressista.

¹⁴³ *Correio do Norte*, Ipu, p. 1, 8 jan. 1920.

¹⁴⁴ PIMENTEL FILHO, José Ernesto. *Urbanidade e cultura política: a cidade de Fortaleza e o liberalismo cearense no século XIX*. Fortaleza, UFC, Casa de José de Alencar, 1998, p. 71.

¹⁴⁵ Idem, p. 71.

A agremiação recebia por meio de assinaturas e doações, regularmente, diversos jornais de inúmeras localidades do Brasil. Em 1920 recebia, a título de assinante, os seguintes periódicos: “Jornal do Commercio”, “Correio da Manhã”, “Estado de São Paulo”, “Eu sei tudo” e a revista “Fon Fon”, além de receber “com regularidade quase todos os jornais de Fortaleza e alguns da zona gentilmente remetidos pelos respectivas redações”.¹⁴⁶

Para muitos letrados da época, como são os casos de Eusébio de Sousa e Thomaz Corrêa, muitas vezes, o progresso do espírito humano se confunde como o progresso das ciências e das letras. O cultivo das letras e das ciências poderia produzir mudanças psicológicas, aguçar as faculdades humanas e moldar o espírito.

A crença era de que o *Gabinete* deveria ter essa função, qual seja moldar o espírito humano, aperfeiçoar o homem, servir como uma arma contra a “barbárie”. Ele é revestido de uma herança do século das luzes. Este acreditou na evolução da humanidade com base em um passado bárbaro em direção a um futuro de perfeição científica.¹⁴⁷ O livro, as letras e a ciência são revestidos de uma aura, identificada com as luzes em contraposição às trevas.

Sobre os homens que todas as noites freqüentavam e tinham cadeiras cativas no *Gabinete*, quem nos informa é ainda João Mozart da Silva, que também revela aspectos interessantes do seu cotidiano:

Aquele era o ponto onde, todas as noites, reuniam-se as pessoas de destaque da cidade para uma boa leitura de jornais, livros e revistas. Vez por outra as notícias estampadas nos periódicos eram analisadas detidamente pelos presentes. Existia um livro grande e volumoso, para a coleta de assinaturas dos associados que freqüentavam a casa com assiduidade, bem como dos visitantes, que deixavam ali, além de suas rubricas, as impressões sobre aquele centro literário.¹⁴⁸

Quem foi João Mozart da Silva, o autor das linhas acima? Qual o valor de seu “depoimento”?

João Mozart nasceu em Ipu, em agosto de 1901, e ali viveu grande parte de sua vida. Foi tipógrafo, aprendendo essa arte nas oficinas gráficas do Jornal *Correio do Norte*. Recentemente foi publicado o livro *Ipu do Meu Xodó* que reúne suas memórias póstumas. A obra é dividida em quatro partes, mantendo a forma original de seus escritos, como afirma

¹⁴⁶ Cf, *Correio do Norte*, Ipu, 8 jan. 1920.

¹⁴⁷ O.H. Prior. Introduction. In: CONDORCET. Marquis de Jean-Antoine-Nicolas de Caritat. *Esquisse d'un tableau historique des progrès de l'esprit humain*. Classiques des sciences sociales. Disponível em <http://www.uqac/Classiques_des_sciences_sociales>. Acesso em: 15. fev. 2007, 15:34:45, p. 33.

¹⁴⁸ SILVA, João Mozart. *Ipu do Meu Xodó*, op. cit., p. 83.

Luciano de Paiva na apresentação. Foi ainda, na década de 1920, auxiliar dos serviços postais em Ipu. Foi membro do *Centro Artístico Ipuense* e fundou em 1926 sua própria tipografia.

Conviveu e se relacionou com as pessoas de “destaque da época”. Ele mesmo foi bastante influenciado pela idéia de progresso. Para Mozart, como para aqueles homens do início do século XX, com quem conviveu, progresso se traduzia em obras para a cidade, em novos prédios, em agremiações elitistas, na existência de jornais na cidade, em instituições literárias e de crédito etc. Em sua “cronologia do progresso” aparece a construção de açudes, de prédios como o Palacete Iracema (1926), a fundação do jornal *Correio do Norte* (1918), do *Centro Artístico Ipuense* (1918), do *Gabinete de Leitura Ipuense* (1919), da *Casa Bancária S/A* (1921), do *Grêmio* (1924), do *Banco Rural de Ipu* (1929), da chegada da Luz Elétrica (1931), e outros.

Segundo suas informações, os salões do Gabinete eram usados todas as noites para leituras, discussões e análise das notícias estampadas nos jornais da época. Isso nos permite afirmar que existia um espaço de sociabilidade de uma cultura letrada. Embora a frequência do “salão literário” tenha sido baixa e o número de seus sócios, bastante reduzido, existia, por outro lado, um “grupo restrito”, “selecionado” que, assiduamente se reunia no Gabinete. Quem eram eles?

Deixemos, ainda, que nosso informante nos diga:

Era acolá, nas suas cadeiras cativas, que Thomaz Correa, Abílio Martins, Manoel Dias, Chagas Pinto, Bessa Guimarães, Manoel Bessa, Joaquim Lima, Souto Maior, Euzébio de Souza, Léo Martins e tantos outros desabrocharam seus instintos de cortar e picar miúdos a vida dos semelhantes. Em certas ocasiões, nem o vigário da freguesia escapava. Abílio, o mais astucioso, de corpo presente cortava a vida amorosa de Thomaz Correa, deixando-o praticamente no chão. Seu Thomaz, num balanceio de cabeça, nunca se defendia das ofensas. Mas, vez por outra, dizia baixinho e à queima-roupa: “Quando é que tu vais criar vergonha, Abílio?”¹⁴⁹

Mozart enumera aqueles que tinham suas cadeiras cativas no *Gabinete*. Eram esses homens que não se cansavam de reclamar por que os jovens e o ipuense não se interessam pelas letras. Todas as noites estavam eles ali nos salões do Gabinete, iluminado a luz de acetileno.

¹⁴⁹ Idem, p. 84

O ambiente descrito é de descontração. O Gabinete também era o espaço para se conversar da “vida alheia”, para “ridicularizar”, satiricamente o “comportamento” ou a vida amorosa de um companheiro. Era ainda o espaço da diversão, da brincadeira.

De seus membros, aquele que mais “brincava com as palavras”, não poupando as galhardias jocosas com seus pares e usando de sua verve poética e satírica, foi, sem dúvida, Abílio Martins. Este nos deixou uma pequena coleção de suas poesias e uma memória de moço brincalhão. É também o que revela o Sr. Francisco Lisboa Lima, filho de Joaquim Lima, em depoimento ao historiador Jorge Luiz:

Conta-nos o Sr. Francisco Lisboa Lima (seu Chico Lima) que os sócios do Gabinete de Leitura Ipuense tinham suas cadeiras cativas, as quais eram ocupadas durante as sessões que aquela sociedade realizava. Era do gosto de Abílio escrever versos satíricos e deixá-los na cadeira do destinatário. Quando os sócios chegavam e tratavam de ocupar suas cadeiras, era comum alguém encontrar um papel contendo alguns versos engraçados. Não havia dúvida quanto ao autor da brincadeira: era sempre Abílio Martins.¹⁵⁰

Vimos discutindo até agora o *Gabinete de Leitura* como uma instituição fundada para a instrução de seus sócios e com o objetivo de difundir uma cultura letrada, característica de uma “cultura burguesa civilizada”. Mas, por outro lado foi pensado, principalmente, como um meio de fundar novas sociabilidades. Ele reunia, usando as palavras de Eusébio de Sousa, o “escol social” local. Para ele convergiam os letrados portadores de diploma superior, comerciantes abastados, políticos destacados.

Muitas vezes se reuniam em seus salões a pretexto de ler um bom livro e folhear um jornal carioca, para se discutir sobre determinados assuntos. O *Gabinete* servia como espaço para a fundação de uma sociabilidade característica de uma cultura letrada. Os livros muitas vezes estavam revestidos de uma carga simbólica. E ir para lá conversar e sociabilizar-se, era bem mais agradável do que fazê-lo em outro lugar.

Nos primeiros anos de sua fundação as solenidades realizadas ali, e mesmo depois, eram das mais concorridas entre o “escol”. Seus salões foram usados muitas vezes para a realização de “saraus” e *soirrés*, onde os mais abastados compareciam usando a última moda.

Ser sócio do *Gabinete* não significava absolutamente que se usava aquele espaço para a leitura. Ele estava carregado de um simbolismo. Ser sócio dele era pertencer à alta sociedade local, assim como no caso do *Grêmio*. Freqüentá-lo, assim como aos salões deste, denotava

¹⁵⁰ LIMA, Jorge Luiz Ferreira. *Livros, homens, uma cidade: uma discussão sobre o Gabinete de Leitura Ipuense (1886-1919)*. Monografia de Graduação em História (UVA). Sobral 2007, p. 85.

distinção e “foros” de que era “civilizado”, “culto”, “honrado”, “educado”, de “bons modos”, de “costumes refinados”.

Porém ao contrário dos salões do *Grêmio*, buscado por muitos, aquele foi menos freqüentado. No início de suas fundação contou com um grande número de sócios, que com o passar do tempo, foi definhando, pelo menos é o que mostra o *Correio do Norte*.

A última grande solenidade de posse da diretoria se deu em 1920, quando da passagem de seu primeiro aniversário, depois disso, o que se vê nas páginas do *Correio*, são reclamações, a cada ano, pela pouca freqüência de sócios da instituição e seu diminuto número, sobretudo entre os mais jovens.

A edição de 8 de janeiro de 1920, do citado periódico, reservou toda a primeira página para noticiar a solenidade de posse da nova diretoria do *Gabinete* e a festa em comemoração à seu primeiro ano de existência. Exalta-se a grande quantidade de seus sócios, tendo comparecido à solenidade 47 deles, e a sua saúde financeira que contava com saldo em caixa.

Nos anos seguintes, sucessivamente na posse da nova diretoria, que coincide com o aniversário da instituição, o *Correio* já não dá tanto destaque à solenidade, reservando-lhe apenas, na maioria das vezes, uma pequena notinha, entre outras. O tom é de desânimo e a ênfase se dá na sua baixa freqüência. Em 1921 diz: “A solemnidade de posse, devido a circunstancias especiaes, não teve o brilho de annos anteriores (...)”.¹⁵¹ Em 1922: “por informações colhidas soubemos que apenas são 18 as pessoas que lhe prestam concurso”.¹⁵²

Segundo seus membros, a baixa freqüência se dava pelo avanço da “jogatina” e as investidas dos jovens ao “curral do matadouro” (cabaré), porque a moral e os bons preceitos estavam definhando. Poucos eram aqueles que realmente cuidavam em cultivar o “espírito”.

Mas, quais seriam as reais razões para a baixa freqüência daquela “instituição literária”?

Primeiro, o *Gabinete* não era uma instituição unicamente literária, embora o seu objetivo declarado fosse pôr a disposição da população um grande acervo de livros e periódicos. Era uma sociedade fechada ao ingresso dos menos “favorecidos” e um espaço de sociabilidade dos mais abastados.

Para ser sócio era preciso pagar uma quantia mensal no valor de 3\$000 e uma caução no valor de 20\$000 para a retirada de livros, como vimos. Isso em meio a uma população marcada pela precariedade. Poucos podiam se dar ao luxo de freqüentá-lo, a subsistência era a necessidade mais imediata.

¹⁵¹ Gabinete de Leitura Ipuense. *Correio do Norte*, Ipu, p.1, 6 jan. 1921.

¹⁵² Gabinete de Leitura Ipuense. *Correio do Norte*, Ipu, p. 4, 13 jan. 1922.

Ter um “Centro Literário” se justificava, também, pela necessidade de ter instituições progressistas. O livro era depositário de uma carga simbólica. O simples fato de possuí-lo era sinal de elevação do espírito. Tê-lo e Frequentá-lo era sinal distintivo de um povo “civilizado”, “progressista” ou que caminha em seus trilhos.

Por outro lado, não se deve desprezar o papel que poderia ter uma instituição literária ao colocar à disposição de “muitos” um acervo de livros, jornais e revistas para a leitura. Muitos efetivamente usaram o espaço, também, para a leitura, como é o caso de Thomaz Corrêa, ainda que quisesse criar em seus pares uma imagem de que era um leitor “compulsivo”, amante das letras, tido como um autodidata detentor de um conhecimento invejável.

O acesso restrito aos seus salões e o controle dos cargos de direção não mãos dos mais abastados e detentores de um diploma de curso superior pode ter levado a um grupo de “rapazes pobres” da localidade a fundarem um *Salão de Leitura*. A notícia é dada pelo *Correio* em sua edição de 23 de dezembro de 1920, no auge do *Gabinete*:

Fundou-se a 13 do andante nesta cidade uma nova associação sob os melhores auspícios, com o fim de proporcionar aos seus consócios a leitura de livros e jornais e diversões semelhantes

O novo salão de leitura é fructo dos esforços collectivos de inteligentes rapazes pobres de nosso meio, sendo semelhante ideia, digna portanto dos maiores encommios e mais sinceros incentivos.¹⁵³

Em outra edição do *Correio*, ficamos sabendo que este *Salão* tomou o nome de Abílio Martins. A sua fundação e a escolha do nome de Abílio para batizá-lo, ele o político mais destacado da localidade e a quem seus pares delegaram o adjetivo de “aquele que mais tem trabalhado pelo progresso da cidade”, sugere algumas indagações: a) por que fundar um salão de leitura se já existia um, o *Gabinete*? b) por que a escolha do nome de Abílio Martins, como o homenageado? c) Qual a sua função?

A fundação de um salão de leitura levado a cabo por “rapazes pobres” e para “rapazes pobres” da cidade é um forte indicio de que, ou as portas do *Gabinete* estiveram fechadas a eles, por serem “pobres”, ou porque as mensalidades e encargos não permitiam que fossem sócios. Além do mais se eles buscassem fazer parte daquela agremiação em busca de *status* ou distinção, nunca, talvez, pudessem fazer parte da diretoria, que acumulava ganhos simbólicos e decidia o futuro da instituição.

¹⁵³ Salão de Leitura. *Correio do Norte*, Ipu, p.1, 23 dez.1920.

Indicar o nome de Abílio Martins pode ter sido uma estratégia levada a cabo por aqueles “rapazes pobres”. Ora, dois terços do acervo do *Gabinete* foi conseguida por Abílio entre seus amigos de Fortaleza, e muito provavelmente adotaria para com a nova instituição que leva o seu nome esse tipo de generosidade.

Por último, obter o apoio de Abílio e seus pares poderia significar o acesso à redação do *Correio do Norte*, que noticiou a fundação do *Salão*, e as associações “nobiliárquicas”, como o *Grêmio* e o *Gabinete*, e mesmo a cargos políticos no âmbito local.

Mas resta uma pergunta sem resposta: qual a função do *Salão*? Talvez seus fundadores buscassem viver ou imitar os homens abastados do lugar, talvez também buscassem distinção pelas letras, ascensão política e intelectual ou mesmo apenas um lugar para a leitura. Difícil seria concluir seguramente. Mas, ao contrário do *Gabinete*, não restou do *Salão* nenhuma memória. Nenhum livro faz menção a ele, não sobrou ou não conhecemos parte do seu possível acervo, nem conhecemos seus membros. As únicas referências feitas a ele foi por meio do próprio *Correio do Norte*, apenas três desde a fundação da instituição. Seu esquecimento pela memória local é indício de que a única memória passível de ser legada para a posteridade era a dominante, construída pelos “agentes do progresso”, “homens de poder” e “estima”.

Voltemos, para finalizar, ao *Gabinete*. Este se revestia também de um novo espaço de sociabilidades para os agentes do progresso. Seus salões foram amplamente usados para reuniões políticas, “bate-papos”, sessões festivas, *soirées* e confraternizações. Ali se respirava “civilização” e os livros, eram, também, artigos simbólicos. Sua fundação é, portanto, fruto de uma busca por novos hábitos distintivos de uma, também, nova sociabilidade ligada a homens dedicados às letras. Não foi a toa que no mesmo ano de sua idealização, seus fundadores fizeram circular o *Correio do Norte*, em cujas páginas deixaram marcadas as tintas em cores vivas de suas exaltadas e ávidas penas, sempre prontas à defesa de seus ideais.

2.2.3 Palacete Iracema

Em 10 de maio de 1925, por iniciativa dos membros do *Grêmio Ipuense*, do *Gabinete* e da *Associação Comercial*, era fundada uma sociedade anônima com o nome *Sociedade Anonyma Palacete Iracema*, com o objetivo de construir um prédio para servir de sede às citadas associações acima. O prazo para a construção era de 20 anos prorrogável por mais 20.

“O Capital social, que é de quinze contos de reis (15:000\$000) está realizado, custando cada acção normativa cem mil reis (100\$000)”.¹⁵⁴

O local escolhido para a construção do prédio estava localizado bem na área central da cidade, ao lado da avenida em construção, *Jardim de Iracema*, e bem próximo à Estação Ferroviária.¹⁵⁵

Não sabemos ao certo quando terminaram as obras, mas a *Revista dos Municípios* nos informa que naquela época estava “faltando para o término de sua construção a limpeza exterior e uma parte da interior”.¹⁵⁶ Segundo João Mozart da Silva, o Palacete foi inaugurado em 1926.¹⁵⁷

A idéia era que todas as agremiações “elitistas” se reunissem em um mesmo espaço e que os seus salões abrigassem o que “tinha de melhor”, na sociedade. Daí a idéia de que fosse um “palacete”.

De fato, terminada a construção, foram transferidos para seus salões o *Grêmio*, o *Gabinete* e a *Associação Comercial*. O prédio era elegante, espaçoso e à época monumental para uma pequena localidade como a cidade de Ipu.

2.2.4 Centro Artístico

O *Gabinete* e o *Grêmio* foram as duas principais associações que congregavam o “escol” literário e político local em torno da idéia de levar a cidade de Ipu ao progresso, contribuir para a sua elevação cultural e desenvolvimento econômico, dentre de suas perspectivas. As outras associações como a *Euterpe Ipuense* e o *Centro Artístico*, embora também contassem em seus quadros com grupos abastados e letrados, foram, no entanto, mais abertas ao ingresso de pessoas fora desse círculo, mas que também estiveram envolvidos com a idéia de progresso. No entanto, a direção delas, sempre ou quase sempre esteve **nas mãos** dos mais poderosos.

¹⁵⁴ *Revista dos Municípios*, op. cit., p. 45.

¹⁵⁵ Foram seus sócios fundadores e acionários, Emygdio Barbosa, Francisco das Chagas Pinto, Joaquim de Oliveira Lima, o Cel. Manuel Marinho, João Bessa Guimarães, Pe. Gonçalo de Oliveira Lima, pároco da cidade, irmão de Joaquim Lima, Leocádio Ximenes Aragão, Manuel Dias Filho, Vicente Ferreira Maia, Edgard Corrêa, filho de Thomaz Corrêa e sócio da farmácia *TH. Corrêa & Filho*; José Gentil Paulino, José Maia Sabino, José Oswaldo Araújo, Francisco Dias Martins, Thomaz Corrêa, José Raimundo de Aragão Filho, Anastácio Cursino de Mello, Omar Coelho, Abdoral Timbó, Dário Catunda, João de Andrade Cajão, Augusto Passos, Gonçalo Soares de Oliveira, Osório Martins, a *Associação Comercial de Ipu*, *Gabinete de Leitura Ipuense* e *Grêmio Ipuense*.

¹⁵⁶ *Revista dos Municípios*, op. cit., p. 45

¹⁵⁷ SILVA, João Mozart. *Ipu do Meu Xodó*, op. cit., p, 91.

O *Centro Artístico Ipuense* foi fundado em 29 de junho de 1918. Era uma sociedade anônima e, segundo seus estatutos, beneficente cujo objetivo era o “alevantamento physico, intellectual e moral de seos associados”.¹⁵⁸ Ainda segundo os estatutos, a sociedade concorreria para a defesa dos interesses de seus associados e para o benefício da “classe artística operária”.

Importa esclarecer que os membros da diretoria dessa associação se arrolavam como defensora da classe trabalhadora local ou de todos aqueles que fossem seus associados. O conceito de operário não deve ser entendido como o trabalhador fabril ou braçal. Os fundadores do *Centro* entendiam como operário ou artista aquele detentor de um conhecimento prático e que exercia um ofício manual “digno de respeito”. Aquelles homens tinham uma verdadeira veneração por todos aqueles que eram capazes de produzir com suas mãos uma “obra de arte” ou um “nobre ofício”.

Artista também era entendido como aquele possuidor de um dom natural, um dom divino. Tinham eles pelas artes cênicas, musical, oratória uma verdadeira veneração. Os oradores oficiais da instituição eram quase sempre bacharéis em direito, como foram os casos de Apolônio de Barros Perga,¹⁵⁹ juiz de direito da Comarca após Eusébio, e Augusto Passos, Promotor Público. Os bacharéis no período eram tidos como “homens de ciência”, detentores de um conhecimento invejável e “naturalmente” de “fala fácil”.

A primeira impressão ao analisar o *Centro Artístico* foi de tomá-lo como uma associação organizada por operários - uma vez que seus estatutos diziam defender a classe “artística operária” - com pensamento revolucionário e para defender seus interesses, afinal de contas existia um bom número de operários em Ipu, sobretudo entre anos de 1919 e 1924. Além daqueles da via férrea, só na construção do *Açude Bonito* e da *Estrada de Rodagem Ipu-São Benedito* eram eles, juntamente com suas famílias, segundo o *Correio*, 10 mil. Além do mais, a década de 1920 viveu no Brasil o avanço do Anarquismo e do Comunismo.

Mas, à medida que iam aparecendo novas fontes essa tese caiu por terra e chegamos à conclusão de que o *Centro Artístico* era mais uma instituição nos moldes do *Grêmio* e do *Gabinete*, embora mais aberta. Boa parte de seus membros, sobretudo aqueles da diretoria foi também sócio do *Grêmio* e do *Gabinete* e ainda escreveu nas páginas do *Correio*, como foram os casos de Apolônio de Barros, de Augustos Passos, que ao lado de Apolônio tinha o “dom da oratória”. É o caso ainda de Thomaz de Aquino Corrêa, também músico, de Miradolina Alves de Farias, proprietário da *Fundição Ipuense*, que dentre outras coisas, produzia prensas

¹⁵⁸ *Estatutos do Centro Artístico Ipuense*. Ipu: Typographia do Campo, 1921, p. 1.

¹⁵⁹ *Correio do Norte*, Ipu, p.1, 13 abr. 1922.

e com suas mãos fazia “grandes obras de arte”. Era ele irmão do chefe político local, José Alves de Farias já conhecido nosso; de Francisco das Chagas Paz e Francisco Campos Pilcomar, tipógrafos que trabalhavam nas oficinas gráficas do *Correio*.

Aqueles homens tinham uma verdadeira paixão pela arte tipográfica e dominar os tipos e o maquinário de impressão, era uma arte manual digna de veneração ou tida como um dom divino. Os tipógrafos gozavam ainda da prerrogativa de se arrogarem e serem vistos como intelectuais e letrados.

Aqueles que dominavam a técnica, que operavam máquinas e/ou que detinham o conhecimento da ciência eram venerados pelos membros do *Centro Artístico* e por todos aqueles apaixonados pela idéia de progresso. Aquela instituição pretendia reuni-los em um mesmo lugar, numa única associação, cuja idéia central era não apenas defender seus interesses, mas contribuir para a difusão da técnica, da elevação do espírito moral e intelectual não apenas de seus membros, mas da população de um modo geral.

É digno de nota, por exemplo, a verdadeira admiração e reverência que os agentes do progresso local e mais ainda os membros do *Centro* tinham para com os engenheiros, tidos como homens empreendedores, progressistas, detentores da técnica e do conhecimento.

A chegada de um engenheiro à cidade era revestida por festas desde o seu desembarque na *gare* da Estação, até o seu destino ou sua hospedagem em um dos “palacetes” pertencente a um membro do “escol social” ou no hotel “mais *chic* da cidade” o *Redez-vous des ami*, onde seria servido um banquete.

As bandas de música do *Centro Artístico* e da *Euterpe Ipuense* aguardavam, sempre na estação, a chegada do anfitrião ao lado das autoridades do município para darem as boas vindas. Após o espocar de fogos de artifício cabia-lhes tocar e animar o “espetáculo”.

Sabemos disso pelas páginas do *Correio*, cujos redatores não mediam esforços em noticiar e louvar a chegada de engenheiros à cidade. Foi assim com José de Sá Roriz, que veio em março de 1920, para assumir a direção das obras federais no município.

Foram recebê-lo na Estação, o prefeito municipal, José Raimundo de Aragão Filho, Abílio Martins, Francisco das Chagas Pinto, João Bessa Guimarães, José de Farias, Francisco Corrêa e Edgard Corrêa, Joaquim Lima e outros, acompanhados pelas bandas de música da *Euterpe Ipuense* e do *Centro Artístico*, bem como uma comissão desta última:

Na gare da Estação esperavam S.S grande número de pessoas de nossa urbs e uma comissão do “Centro Artístico” com a sua banda de musica. Na

residência do Coronel José de Aragão foi servido [...] banquete ao Dr. Sá Roriz e aos Drs. Norberto Paes e Armando Lemos (...).¹⁶⁰

A referência e a reverência para com o engenheiro Sá Roriz é uma constante nas páginas do *Correio* que não pára de atribui-lhe apazíveis adjetivos. O “escol social” ipuense não se cansava de oferecê-lhe bailes e jantares sempre regados com discursos enaltecedores, como aquele feito por Abílio Martins quando de um jantar oferecido ao anfitrião em agosto de 1920 no hotel *Rendez-Vous des ami*: “Abílio tomou a palavra e em brilhantes expressões carinhosas saudou o Dr. José de Sá Roriz, que na qualidade de competente Director dos Serviços Federaes, era um dos maiores propugnadores do avanço em que actualmente marcha a nossa cidade”.¹⁶¹

A admiração ao engenheiro Sá Roriz valeu-lhe o nome de uma escola construída sobre a serra para servir aos filhos dos operários da Estrada de Rodagem Ipu-São Benedito. De acordo com o jornal, foi a escola inaugurada por Abílio Martins diante de 900 operários.¹⁶²

Os exemplos poderiam se multiplicar, mas basta ressaltar que sempre a chegada de um engenheiro à cidade era acompanhada de uma pequena multidão na gare da estação estando à sua frente às autoridades locais e as bandas de música da *Euterpe* e do *Centro Artístico*. A sua presença na cidade reforçava a idéia de que “nossa urbs” “vive os ventos do progresso”.

Voltemos ao *Centro Artístico*. Para ser aceito nos seus salões era necessário ser “proposto em sessão, por um sócio”, pagar uma quantia de 6\$000 ou 4\$000, **caso** não queira o associado se inscrever no pecúlio; pagar uma anuidade e uma mensalidade de 1\$000 cada e contribuir com uma quota de dois mil reis todo sócio que se inscrever com direito ao pecúlio.

Isso nos leva a crer que para fazer parte do *Centro* era necessário ter certo poder aquisitivo e estabilidade financeira. Será que um “operário”, um trabalhador braçal teria condições financeiras para se tornar um seu sócio?

Um operário das obras federais em Ipu recebia, em novembro de 1920, por uma diária de trabalho uma quantia inferior a 1\$500. Tomemos alguns preços praticados em Ipu naquela mesma data: uma rapadura custava 400 reis; um quilo de carne verde 1\$200; um exemplar avulso do *Correio* 200 reis.¹⁶³ Em 1923 uma vara de algodão custava 2\$000; ou duas peças de algodão clavinote 50 reis.¹⁶⁴

¹⁶⁰ *Correio do Norte*, Ipu, p. 1, 11 mar. 1920.

¹⁶¹ Banquete. *Correio do Norte*, Ipu, p. 1-2, 5 de ago. 1920.

¹⁶² Pic Nic. *Correio do Norte*, Ipu, p. 2, 12 de ago. 1920.

¹⁶³ *Correio do Norte*, Ipu, p. 1, 11 nov. 1920.

¹⁶⁴ Carestia. *Correio do Norte*, Ipu, p. 1, 15, fev. 1923.

Diante desse quadro seria muito difícil a um operário do IFOCS, por exemplo, conseguir se manter com o salário que recebia e ainda se dar ao luxo de ser sócio do *Centro Artístico* pagando, só para ser admitido, o valor de 4\$000 o equivalente a quase três diárias de serviço, sem falar que mensalmente deveria desembolsar 1\$000 e mais uma anuidade igual.

A sua subsistência deveria ser prioridade e ser sócio de uma instituição era um luxo secundário, talvez impensável.

Por outro lado, para um funcionário público ou um comerciante local aquela quantia não devia ser tão onerosa. Assim poderiam se dar ao luxo, se assim quisessem, de fazer parte de uma associação como aquela.

Por último, o *Centro* realizava por ano pelo menos dois grandes “bailes” que reuniam seus sócios e o “escol social”: um em 1º de maio, quando era empossada a nova diretoria, e outro no dia 29 de junho, aniversário da instituição. Cabia à sua Banda de Música a animação, tocando até alta madrugada.

Assim como suas congêneres o *Centro* contribuiu também para a fundação de uma nova sociabilidade.

2.2.5 A Euterpe Ipuense

Sobre esta associação as informações são muito vagas, o que não nos permite fazer uma análise mais detalhada. O *Correio do Norte* quase não dá destaque as suas ações. A *Revista dos Municípios* reserva apenas uma de suas páginas para falar dela e é ela a nossa fonte principal.

Não sabemos a data de sua fundação. Apenas que já existia em 1920, pois o *Correio* já se refere a ela nessa data. Pela *Revista de 1929*, sabemos que ainda existia nessa data e que o seu auge se deu quando era seu mestre, o Dr. Apolônio de Barros, no início dos anos 1920.

Assim como as demais associações desse período, era a *Euterpe* também um espaço para grupos abastados. Análise que se pode fazer tomando-se por base seu quadro social.

Foi fundada para desenvolver em seus sócios o gosto pela “boa música” e para prestar “benefícios ao seu torrão natal”.¹⁶⁵ Possuía uma banda de música sempre solicitada para tocar nos bailes do *Grêmio*, nas solenidades realizadas pelo *Gabinete* e nas comemorações oficiais do município. A partir de 1927, quando da inauguração do *Jardim de Iracema* e do Coreto

¹⁶⁵ *Revista dos Municípios*, op. cit., p. 51.

que ficava no centro da praça, realizava retretas dominicais para o deleite da “fina flor da sociedade”.

A sua fundação pode ser tomada, também, como a busca por parte do “escol social” local em fundar novas sociabilidades e criar novos hábitos no seio de seus sócios. Respondia a busca por uma nova vida mais mundana. Desta forma, correspondia aos mesmos anseios daqueles homens que fundaram o *Grêmio*, O *Centro Artístico* e o *Gabinete*. A julgar por seus membros, eram em grande parte, os mesmos que circulavam pelos salões do *Grêmio* e do *Gabinete*. Em 1929 era dirigida por Thomaz de Aquino Corrêa e Joaquim Lima.

2.2.6 “Avenida Ipuense” ou o *Jardim de Iracema*: “saraus” e “retretas”

Em 1919 tomou corpo na cidade um movimento em defesa da construção de uma praça central, que fosse ampla e arborizada e na qual seria erigido em seu cento um coreto, para a realização de retretas dominicais.

Ao lado da construção de um teatro, já iniciada, da pavimentação das ruas centrais, da construção de estradas, da fundação de agremiações, os defensores da “avenida”, tinham como argumento central o fato de que se fazia necessário a sua construção pelos “nossos foros de povo civilizado”.¹⁶⁶

Os agentes do progresso e redatores do *Correio* dão amplo destaque ao movimento em defesa da tão sonhada “avenida” e se engajam na empreitada. Defendem a sua construção como necessária a uma cidade moderna e progressista; contribuiria para embelezar a cidade, como um espaço para a diversão, para melhorar a sua estética e higiene. Contribuiria ainda para um “melhor apuro e mais fino gosto no trajar” e como um novo espaço de sociabilidade. Daí recorreu-se aos comerciantes locais para levantar fundos em prol do melhoramento, já que coube à prefeitura a doação do terreno:

Para isso lembramos que o commercio de Ipú, magno factor do progresso local, abra uma subscrição que será secundada por donativos particulares (...). Alem do atractivo que terá aquelle logradouro será elle um factor do estreitamento das relações sociaes pela reunião constante, pelo passeio aos domingos, quando as bandas musicaes de Ipu irão execultar seos melhores trechos, enquanto familias e cavalheiros terão um divertimento certo, coisa tão rara em nossos sertões. Naturalmente virá melhor apuro e mais fino gosto no trajar e com isso terá de lucrar o commerciante ipuense, a importancia com que generosamente concorreio para a avenida ipuense.

¹⁶⁶ A Avenida de Ipu. *Correio do Norte*, Ipu, p.1, 30 set. 1920.

Não será preciso analysar cada uma das vantagens nem lembrar o seo grande papel hygienizador”.¹⁶⁷

Entre 1919 e 1924, o *Correio* noticiou todo o movimento dos comerciantes e do “escol social” para levantar fundos em prol da “avenida”. Mostrou o periódico que logo foi organizada uma comissão responsável por angariar recursos junto aos comerciantes locais e às pessoas abastadas da cidade.

Durante a segunda metade do ano de 1920 e de todo o ano de 1921, realizaram-se na cidade, vários eventos, tais como palestras (Leonardo Mota proferiu duas), bailes (vários) e “Kermerses” (inúmeras) semanais, sempre aos domingos¹⁶⁸, em prol da construção daquela avenida, necessária à nova estética moderna, na visão de seus idealizadores. Estiveram envolvidas nos eventos todas as agremiações analisadas acima, com destaque para a banda de música da *Euterpe* e do *Centro Artístico*, realizando as chamadas retretas.

Em edição de 2 de dezembro de 1920 o *Correio* anuncia o início das “Kermesses”:

Com bastante exito iniciou-se domingo a serie de retretas que fará a euterpe no local do nosso futuro passeio (...)

Domingo será inaugurado o café ao ar livre devido a iniciativa da Firma Commercial Farias & Martins, de Ipu (...) Os nosso appllausos ao movimento civilisador.¹⁶⁹

Na primeira página do mesmo jornal, de 24 de março de 1921, é publicado um longo artigo defendendo o engajamento do ipuense na luta pela construção da Avenida:

É dever de consciência nosso, como de todos que sinceramente amam ao Ipu, batermo-nos pelo progresso local e sobretudo pela esthetica da cidade. Bem sabemos como lucha o poder municipal com a exiguidade de verba orçamentaria para acudir a todos os serviços a seo cargo entretanto, não podemos esquecer um instante que a boa esthetica de uma cidade influi demasiadamente para o progresso local (...).¹⁷⁰

De acordo com o artigo é dever daqueles que amam a sua cidade lutar pela melhora estética de seu espaço, na impossibilidade de apenas o poder público tomar para si essa empreitada. O seu autor continua tentando convencer a população das vantagens da construção do logradouro:

¹⁶⁷ Idem.

¹⁶⁸ As quermesses ocorriam aos domingos, das 17 às 21h. Cabia às senhoras e senhoritas do “escol social” a organização da “festa”. Eram animadas pelas bandas do *Centro Artístico* e da *Euterpe Ipuense*. O repertório reunia valsas, tangos, “polkas” e dobrados.

¹⁶⁹ Kermerse. *Correio do Norte*. Ipu, p.1, 9 dez. 1920.

¹⁷⁰ *Correio do Norte* de 24 de março de 1921

A avenida, ora em construção, verdadeiro jardim posto bem aos olhos dos que vem de fora, quando estiver pronta não será somente encontro dos que aqui habitam; attrahirá, convidará ao viajante que passa e nelle fará um amigo de nossa cidade, um admirador de nossa civilização.¹⁷¹

Note-se que o discurso em defesa da construção do logradouro se dá pela necessidade de embelezar esteticamente a cidade. Aquele é, segundo as páginas do periódico, um “movimento civilizador”.

O mais importante é que a construção da “avenida” ou do “passeio”, não era defendida apenas como importante para o embelezamento estético e para higiene da cidade, mas também como uma necessidade de se fundar espaços “públicos” para uma sociabilidade restrita aos grupos abastados.

Aquela praça, que deveria tomar o nome do Engenheiro Sá Roriz, chefe das obras federais em andamento no Ipu, somente seria inaugurada em 1927, com o nome de *Jardim de Iracema*.

A idéia de sua construção foi do farmacêutico Thomaz de Aquino Corrêa e serviria “para o embelezamento da cidade e que deveria ser o ponto preferido pelas famílias da terra, para seus entretenimento domingueiros e dias de gala”.¹⁷²

Foi ela projetada pelo arquiteto Francisco Quixadá. Havia em torno do jardim, envolta do Coreto, “um gradil”, para “não dar acesso àquele recinto a certos elementos que poderiam estragar a relva e retirar as flores”.¹⁷³

O acesso era vedado a quem não pertencesse a “sociedade” ou ao “escol social”. A memória dos mais velhos e dos familiares daqueles que viveram na década de 1920 enfatiza que a praça era um local de reunião da “alta sociedade” da época e que havia um funcionário que não permitia a entrada de “elementos estranhos à sociedade”. Só poderia subir no Coreto as senhoras e senhoritas da “sociedade”, pessoas gradas e respeitadas.

A Sra Maria do Carmo Dias Cajão, nascida em 1911 e residente no centro da cidade, em depoimento ao historiador Petrônio Lima, ressalta que o *Jardim de Iracema* era um local, ao contrário do que se dá hoje, em que existia “moral” e “respeito”. Mostra, em entrevista, que o “intransigente” Thomaz Corrêa, zelava para que as pessoas que não freqüentassem a “sociedade” fossem “expulsas” dali:

¹⁷¹ Idem

¹⁷² MELLO, M. V. C. *Ipu em Três Épocas*, op. cit., p. 49

¹⁷³ Idem.

(...) Thomaz Corrêa, o avô do doutor Thomaz (pausa). Ele ficava dentro, vigiando, porque era muito intransigente, tá entendendo?! Aquelas mocinhas que não freqüentava a sociedade... Pegava no Bracim e botava pra fora e fechava duma vez (pausa). Tinha quermesse dentro né! Tudo isso. A música tocava a gente também dançava... O que é que tinha? Não tinha nada de mais, era uma beleza! Tudo era bonito! Tá entendendo? E o rei butava as pobrezinha das pirão; chamava as “pirão (pausa) “as pirão fria” (...) pois seu Thomaz Corrêa ia atrais e bota pra fora...¹⁷⁴

O depoimento acima revela aspectos interessantes da sociedade ipuense da década de 1920. O *Jardim de Iracema* construído pelos agentes do progresso era um espaço reservado às “sociabilidades” do chamado “escol social” e fechado aos grupos sociais populares.

Em dias de retreta, sempre aos domingos, a “sociedade” ali se reunia para ouvir a banda de música e também para dançar. O espaço era franqueado àqueles que pertenciam à alta sociedade local. Todos aqueles que não fizessem parte desse círculo restrito eram “convidados” forçadamente a se retirar.

Era na praça do coreto, além das agremiações analisadas acima, onde os agentes do progresso local também transitavam e se reuniam para conversas sobre as últimas novidades, sobre poesias, literatura, política e sobre os últimos acontecimentos. Era lá que aos domingos havia retretas “com a banda de música do maestro Raimundo Vale”.¹⁷⁵ Ao som de valsa e outros ritmos poderiam dançar. Ali as classes mais abastadas desfrutavam dos prazeres da “vida superior”.

Era em torno do “Jardim Iracema” e na área central, onde estavam os principais estabelecimentos comerciais e os “casarões” dos abastados, assim como seus espaços de sociabilidade, como as acima citadas associações. O *Jardim de Iracema* com o seu coreto é a marca mais significativa dos “anos dourados do Ipu”, no dizer de um cronista.¹⁷⁶

Quando nos prendemos à análise das fontes produzidas pelo grupo que é objeto de nosso estudo, na maioria das vezes, os conflitos em seu seio e fora dele são escamoteados. Também a imagem construída de si e de seus pares e a memória que se quer legar para a posteridade é positiva, ressaltando sua moral intocável, sua bondade e empenho em defesa de uma cidade melhor, moderna e progressista.

¹⁷⁴ LIMA, Francisco Petrônio Peres. “*Iracema*”: Trilhas e Memórias de um mito. Da literatura ao Espaço Urbano de Ipu. Monografia de Graduação em História (UVA). Sobral, 2005, p. 34

¹⁷⁵ Jardim de Iracema – ou Avenida do Ipu. Os anos de Ouro do Ipu. *Jornal dos Tabajaras*. Ipu, p.3, dez. 1996.

¹⁷⁶ Idem, p. 3. O Jardim de Iracema e o Coreto no seu centro já não mais existem. Em 1961 na administração do prefeito Antônio Pereira, o *Jardim de Iracema* passou por uma reforma, sendo o coreto destruído. Em seu lugar foi colocada uma escultura da índia Iracema que até bem pouco podia ser vista. Esta também foi destruída quando a praça passou por uma nova reforma, descaracterizando mais uma vez aquele logradouro.

O depoimento da Sra. Maria Cajão, citado acima, revela aspectos diferentes da sociedade. Aquela imagem construída sobre o “intocável” Cel. Thomaz Corrêa, como um homem bondoso, caridoso, sempre pronto a ajudar ao próximo, um “benemerito ipuense a quem a sua terra deve os mais alevantados serviços, sempre na vanguarda dos seus mais legítimos interesses”¹⁷⁷ cai por terra. Os conflitos são revelados, bem como a segregação da sociedade e dos espaços públicos.

O progresso defendido e o embelezamento da cidade era o desejo de um grupo e para um grupo. A tão sonhada cidade moderna excluía de seus espaços os “indesejados”. O *Grêmio*, o *Gabinete*, O *Centro Artístico*, a *Euterpe* e o *Palacete Iracema*, ainda o *Jardim de Iracema*, eram espaços que simbolizavam uma outra cidade: aquela que era objeto de desejo de um grupo. Representavam o que tinha de mais “moderno” e “mundano”. Eram espaços de sociabilidade restritos aos agentes do progresso, fechados ao ingresso de elementos de “baixa condição”.

Mesmo as ruas centrais deveriam ser espaços reservados à “cidade moderna”. Prostitutas, jogos de azar, animais soltos e o lixo, deveriam ser banidos de seus espaços (como discutidos no terceiro capítulo). A cidade tinha de ser limpa e higiênizada, arborizada, ter praças e prédios elegantes, ter uma outra estética.

Era ali próximo ao *Jardim de Iracema* que ficava o Palacete de Iracema, as agremiações “elitistas” e a Estação Ferroviária, símbolo maior do progresso. Ali ficavam as ruas pavimentadas e vigiadas. Era esse o espaço objeto de controle e de trânsito daqueles desejosos de distinção.

Se, nos primeiros anos do século XX as sociabilidades reservadas aos grupos dominantes locais eram bastante reduzidas, o mesmo não pode ser dito da década de 1920. Embalada pela crença no progresso e influenciado pelos ideais estéticos e filosóficos da modernidade, se encarregaram de fundar para si, espaços sociais próprio para seu convívio.

2.3 Projeto Político

O discurso de que Ipu era uma cidade do progresso e as práticas sociais de seus “agentes” no caminho de dotá-la de equipamentos modernos se prestaram a estratégias ou projetos particulares ou de grupo. Vejamos como isso se deu.

¹⁷⁷ *Revista dos Municípios*, op. cit., p. 7.

O limiar da década de 1920 e os anos seguintes são os momentos mais festejados como aqueles em que, de fato, “nossa cidade” está chegando ao progresso. Isso porque são nestes momentos em que as obras federais contra a seca são liberadas, sobretudo a construção do *Açude Bonito* e da *Estrada de Rodagem Ipu-São Benedito*, com mostramos.

Vimos que estas obras foram barganhadas por Abílio Martins e seu grupo, que trabalharam para eleger, em 1916, como Presidente do Estado, João Thomé. Tais obras foram liberadas meses antes das eleições de 1920 e foram iniciadas no ano seguinte. O apoio dos Martins de Ipu à candidatura de Justiniano de Serpa, foi fundamental para a liberação das referidas obras.

O então deputado, Abílio Martins, e seu grupo, utilizaram como argumentos, para angariar obras federais, a necessidade de combater os flagelos da seca e tirar nossa população “miserável” da “indolência”. Lutava-se por obras usando os argumentos de defender os interesses da coletividade, isto é, “de nosso povo ipuense”.

Uma vez conseguidas estas obras, pelo jogo político, o discurso deslocava-se. As obras eram apresentadas como redentoras do lugar, capazes de tirar-lhe do “atraso”, de levá-la ao progresso. Aqueles que lutaram por elas eram igualmente apontados como aqueles “que mais têm trabalhado pelo progresso local”: seus verdadeiros agentes

Os agentes que argumentavam no *Correio do Norte* a defesa de obras federais para o município, como necessárias a prosperidade e o progresso da cidade e tendo em vista os interesses coletivos, escamoteavam, nestes argumentos, interesses outros.

As comissões encarregadas das construções destas obras foram formadas pelos homens do poder local que eram, na verdade, os agentes do progresso. A comissão de construção do *Açude Bonito* “compoz-se (...) dos Srs. Drs. Francisco das Chagas Pinto, Dario Pessoa, Cels. José Aragão, prefeito municipal, José de Farias, collector estadual e dos commerciantes J. Lourenço & Cia, Barbosa, Aragão & Cia, Leocadio Ximenes & Cia, Th. Corrêa & Filho e Lima & Cia”.¹⁷⁸

Uma outra comissão, formada pelos agentes do progresso, foi organizada para dar início às obras de construção da Estrada de Rodagem Ipu-São Benedito.

Os estabelecimentos cadastrados para fornecer equipamentos para as obras e viveres para os operários (cerca de 3.600 homens) pertenciam aos comerciantes locais que formavam o grupo político que tinha como chefe Abílio Martins, dentre eles: “Lima & Cia, Beserra, Aragão & Cia, Th Corrêa e Filho, Gonçalo Soares de Oliveira, Odulpho Carvalho, Francisco

¹⁷⁸ *Correio do Norte*, Ipu, p. 1, 30 mar. 1924.

Ferreira da Ponte, Francisco Soares Sampaio, Francisco Corrêa, João Andrade Cajão, João Cursino de Melo, Raimundo Martins Jorge”.¹⁷⁹

Abílio Martins distribuiu, entre aqueles que faziam parte de seu grupo e potenciais opositores, muitos cargos federais por intermédio das obras iniciadas no município, o que acabou fortalecendo o seu grupo. Mais ainda, por sua posição privilegiada no Governo de Justiniano Serpa, distribuiu alguns cargos estaduais em Ipu e redistribuiu outros cargos municipais, por sua posição confortável de líder político local.

Um dos argumentos usados pelos redatores do *Correio do Norte* sobre a “nova phase de progresso” vivido pela cidade (na década de 1920), refere-se justamente ao fato de não haver disputas e intrigas políticas no âmbito local, essenciais para o “progresso” de qualquer localidade.

Esse discurso, uma constante no *Correio*, aparece de maneira muito nítida quando Abílio Martins nomeia como delegado, um antigo opositor de seu grupo. Refiro-me ao sr. Antonio Martins Mororó. Os redatores do *Correio*, após analisar a indicação afirmam que “esse facto por si só allia, constituiria motivo de jubilo para todos nós, cuja aspiração mais persistente e forte consiste em ver a nossa terra progredir sempre muito”. Em seguida completa:

E sem o concurso salutar de uma paz duradoura e sólida, sem que, por outra, se afastassem de nossa trilha as dissidências partidarias, as trincas prejudiciaes da politicagem improductiva e malsã, haveriamos de nos deter, desoladoramente, num estado deploravel de estagnação moral e de improductividade physica e asphixiante.¹⁸⁰

Os redatores do periódico concluem, elogiado a atitude de Abílio Martins e mostrando que:

(...) nos louvamos para trazer ao publico essa agradavel nova – nos convencemos da impossibilidade de um tal estado de coisas e acabamos de nos certificar de que tem o Ipú encetado uma nova phase de ordem estável e de progresso mais decisivo.¹⁸¹

Para os agentes do progresso, a “nova phase” vivida pela cidade só era possível porque não havia na cidade divergências políticas e muito menos lutas. Essa noção se torna tanto mais forte quanto mais tivermos em mente que a região foi, no século XIX, um reduto de lutas

¹⁷⁹ *Correio do Norte*, Ipu, p. 2, 9 jun. 1920.

¹⁸⁰ *Correio do Norte*, Ipu, p. 4, 10 set. 1920.

¹⁸¹ Idem.

políticas sangrentas entre grupo rivais. Momento apontado como uma “página negra” da história local, a barbárie mesmo, e visto como um empecilho ao seu progresso, em contraposição ao “novo momento”.

A questão é que a defesa de que “atingiríamos o progresso”, que “trabalhávamos” em prol do “engrandecimento de nossa urb”, que nos “batemos por seu progresso”, eram fortes argumentos que permitiam escamotear interesses particulares e de grupos. Tais interesses uma vez atingidos, funcionavam como cimento capaz de unir grupos até então opositores. A década de 1920 é emblemática por isso.

Por outro lado, isso não significa dizer que aqueles homens não acreditavam no progresso de seu torrão. Tanto acreditaram que lutaram por ele. Mas a cidade do progresso era a sua cidade. Nela não tinha espaço para todos. A sua cidade era aquela em que a realização de suas aspirações e interesses eram possíveis de ser realizados. Para isso eram necessárias, obras, cargos, empregos, ordem, leia-se, fim das lutas políticas.

O “progresso” de Ipu, a “cidade do progresso”, era na verdade, a cidade dos “agentes do progresso”. Nela não tinha lugar para as classes menos favorecidas, embora o seu “avanço” fosse apresentado para todos.

CAPÍTULO 3

Cidade do Progresso: Imposição, Contradição e Conflito

3.1 A luta contra a “barbárie”

Vimos nos capítulos 1 e 2 que a elaboração da idéia de que a cidade vivia o progresso informou práticas de intervenção na realidade ipuense. E que tais práticas caminhavam no sentido de dotar a cidade de signos do progresso, cujo objetivo era revelar a sua imagem desejada ou representada.

Essa intervenção gerou conflitos entre os agentes do progresso, que pretendiam fundar uma nova cidade e os grupos populares, alvos de controle, que usavam a rua e os logradouros públicos da “cidade real”.

Se, por um lado, a construção de uma dada representação social da realidade ipuense foi algo que, de fato, ocorreu, por outro, foi ela (essa representação), objeto de imposição.

A vontade de viver de uma outra forma e a idéia de fundar uma nova cidade, **levaram** os agentes do progresso a uma tentativa de banir da cidade, ou das ruas e logradouros mais centrais, os animais soltos, as meretrizes e algumas práticas populares, como a dos jogos, todos associados à “barbárie”.

Mas, os grupos populares resistiram fortemente ao controle e lutaram para continuar usando os espaços da cidade e contra os estigmas que os associavam a vagabundagem, a ociosidade, ao vício, a depravação.

A partir da idéia de que os “verdadeiros ipuenses” são civilizados, assim como a cidade é progressista, se empreendeu uma luta contra todos os costumes dos populares, ditos “arcaicos”, já que eles eram vistos como o lado oposto daquilo que se buscava.

A questão é que existia uma mancha na imagem que os agentes do progresso queriam revelar. A cidade real contrastava com aquela desejada. Esta deveria ser limpa, ter praças e ruas iluminadas. Em suas vias centrais não poderiam circular animais soltos, para não sujá-las, mas também porque era esteticamente feio. Seu povo precisava ser “civilizado”, ter boas maneiras. E, se, no uso dos espaços da cidade, essa população não agia desta forma, então era preciso ensiná-la, em último caso, recorria-se a força.

Os “agentes do progresso”, ao mesmo tempo em que buscaram instituir novos espaços de sociabilidades e o refinamento dos costumes (capítulo 2), empreenderam uma luta contra outros costumes, considerados incompatíveis com o progresso. Costumes e práticas populares passaram a ser alvos de controle.

As páginas dos jornais foram amplamente utilizadas para atacar e ridicularizar comportamentos “desviantes”. Enquanto o *Correio do Norte* usava uma linguagem mais formal, erudita e cobrava das forças policiais uma ação mais enérgica na repressão e extirpação de certas práticas tidas como ilícitas e os costumes “arcaicos”, outros jornais, pasquineiros, escritos pelas mesmas pessoas que fizeram circular o *Correio do Norte*, foram usados para atacar tais práticas com base em um discurso marcado fortemente pela moralização.

Os pasquins, usando uma linguagem caracterizada pelo humor e o insulto, foram importantes instrumentos ativo a serviço do poder. Buscavam - como defende Marco Aurélio Ferreira da Silva,¹⁸² para o caso de Fortaleza da segunda metade do século XIX -, por meio do riso “corrigir”, “regular” e “modelar” hábitos. A pilheria visava gerar no desviante um sentimento de vergonha e embaraço que fosse capaz, pelo constrangimento, endireitar, reparar ou eliminar um comportamento “desregrado” ou ainda, usado como forma de introjetar um tipo de conduta esperada e/ou imposta pelas agentes defensores do progresso e da civilidade.

O “anonimato” permitia aos redatores e colaboradores desses jornais a utilização de uma linguagem mais violenta e insultuosa, uma vez que preservava seus nomes. O mesmo não era possível nas páginas do *Correio do Norte*, um órgão “sério”, ligado a homens “sérios”, detentores do poder local e/ou exercendo cargos públicos, o que demandava uma postura mais firme e uma linguagem mais formal, “respeitosa” e mais erudita, como forma de preservar sua honra.

Em Ipu, em alguns momentos, houve mesmo uma maior preocupação do poder com o controle de parte da população indesejada. O movimento em que foi insistente refere-se ao início da década de 1930 em função mesmo da implantação do Campo de Concentração em 1932, que fez acorrer para o município um número bastante significativo de “flagelados” em busca de assistência. Mas foi um movimento isolado, uma exceção à regra.¹⁸³

¹⁸² SILVA, Marco Aurélio da. *Corrige os costumes rindo: humor, vergonha e decoro na sociabilidade mundana de Fortaleza (1850 – 1900)*. Tese (Doutoramento em História – Universidade Federal de Pernambuco). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 2004.

¹⁸³ Durante a Seca de 1932 o governo estadual ergueu no Ceará, sete Campo de Concentração: dois na capital e cinco no interior. No interior foram erguidos em locais ligados às grandes rotas de expulsão de flagelados em momentos de seca. Não se sabe ao certo o número exato de flagelados assistidos no Campo de Concentração de Ipu, uma vez que houve indícios de fraude na sua administração, a cargo de Joaquim Lima, interventor municipal (1930-1935). Embora os números do governo apontem uma população de 9.000 assistidos, para o médico que trabalhou no Campo, Francisco Araújo, o “curral” chegou a confinar 20.000 flagelados. ARAÚJO, Francisco. *Entre o verbo e o verso*. Fortaleza: Imprensa Universitária (UFC), 1974, p. 67. Sobre os Campos de Concentração ver RIOS, Kênia Sousa. *Campos de concentração do Ceará: isolamento e poder na seca de 1932*. Fortaleza: Museu do Ceará / Secretária de Cultura e Desporto do Ceará, 2001., NEVES, Frederico de Castro. *A multidão na história: saques e outras ações de massa no Ceará*. Rio de Janeiro. Universidade Federal Fluminense. Tese de doutoramento, 1998., e NEVES, Frederico de Castro. *Curral dos Bárbaros: os Campos de*

No entanto, já em fins da década de 1910 e início da seguinte, é possível perceber uma busca por parte do poder público e dos agentes do progresso local em controlar e extinguir certas práticas tidas como arcaicas e proceder a um controle de costumes que iam contra a moral recatada das “pessoas illustres” do lugar.

Foi assim que o Jornal *Correio do Norte* passou a atacar as jogatinas e cobrar sua extinção. Foi assim também que se defendeu um controle rigoroso da circulação das meretrizes pelos principais logradouros públicos da cidade, os namoros “imorais” em praça pública ou nos becos de seus logradouros.

Por outro lado, na medida em que os agentes buscaram intervir no espaço urbano e nos comportamentos de camadas, sobretudo populares, como forma de corrigir seus comportamentos “desviantes”, por irem contra os valores urbanos modernos e civilizados (o que se buscava), isso provocou, indiscutivelmente, choques entre as partes do todo social. Ao mesmo tempo em que se buscou corrigir e mais ainda impor uma nova sociabilidade, o que significava mudar “hábitos” e costumes, grupo de pessoas e indivíduos feridos em seus interesses e em suas práticas cotidianas, apresentaram forte resistência, o que acabou gerando conflitos.

Os excluídos de uma “sociabilidade moderna” e aqueles que foram alvos do controle não aceitaram “docilmente” os novos valores (os valores que se queria impor para os “desviantes”), na verdade resistiram e criaram “estratégias”, ou melhor, “táticas”¹⁸⁴ com o fito de manterem suas práticas e seus “costumes”, que nunca ou quase nunca foram objetos de controle até a chegada da “moda” civilizatória.

3.2 O meretrício e as meretrizes

Passou a ser alvo do controle a circulação e a permanência das meretrizes em alguns logradouros públicos da cidade, como meio de resguardar a moral recatada e os bons costumes das famílias “ilustres do lugar”.

Com a chegada da ferrovia em fins do século XIX e o posterior aumento da população e da circulação de mercadorias e capitais, a cidade de Ipu passou a atrair um número significativo de prostitutas das regiões circunvizinhas, que vinham se juntar as já existentes no

Concentração no Ceará (1915 e 1932). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.15, nº 29 AMPUH: Editora Contexto, 1995.

¹⁸⁴ CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*: 1. artes de fazer. Petrópolis, Rio de Janeiro: vozes, 1994.

lugar. É também nesse momento que começam a surgir os primeiros “cabarés”, na verdade algumas casas onde se praticava a venda do sexo.

No final da década de 1910 e início da seguinte, há uma maior preocupação por uma parte da população e do poder público em se proceder a um controle rigoroso das meretrizes que viviam na cidade e comercializavam seu corpo em praças públicas. Também nos primeiros momentos do século XX, teve início o surgimento do mais famoso “cabaré” da cidade, erguido no atual bairro da Caixa D’água que na época era praticamente inabitado.

Diante do intenso controle da qual foram alvos a circulação e a permanência das meretrizes em logradouros públicos da área central da cidade, elas acabaram adotando práticas de resistências e táticas para burlar o controle. É assim que a venda de seus serviços se desloca do espaço público para o privado. Surge, assim, o meretrício, na periferia da cidade. Ali, distante, as prostitutas não incomodavam tanto e havia uma autorização tácita do poder público quanto a isso.

Parece mesmo ter sido autorizado pelo poder repressor à construção de casas naquela localidade, no meio do matagal, portanto escondidas, mais ou menos afastadas do centro, onde era permitido o comércio do sexo. Consentir com que as meretrizes se reunissem em apenas um lugar poderia facilitar o seu controle. Essas casas onde passaram a morar transformavam-se em cabaré à noite para viajantes e moradores da cidade, que procuravam seus serviços.

O meretrício foi erguido próximo ao “curral do açougue do matadouro”, onde eram abatidos os animais e ficava o matadouro e açougue da cidade. Era composto por quatro currais em quadro. Se de manhã se ia aquele local para a compra da “ração diária”, ir ao “curral do açougue” à noite tinha o significado da prática do sexo. Para lá diariamente acoiravam os viajante e rapazes sempre prontos a mostrar e gastar o seu vigor.

Segundo o relato do tipógrafo à época, João Mozart da Silva, o meretrício era composto por “oito casinhas, rebocadas e caiadas, cobertas com telhas”. E era ali “na zona do meretrício, do raparigal, da devassidão, na claridade da lamparina a querosene, que a rapaziada da época tinha, muito provavelmente, sua primeira experiência sexual”. Segundo ainda o seu relato:

Cada um dos rapazes da época possuía sua lanterna a pilha. Todas as noites, infalivelmente, saíamos do bilhar e padaria do Zé Padeiro, que ficava vizinho da alfaiataria do Lopes, e próximo à farmácia do Edgard, no rumo do que se chamava “zona”. Era uma esticada direta, subindo até chegar ao batente da primeira casa. A ronda era geral, principalmente nas

terças e sexta-feiras, os dias dos trens que procediam de Camocim, chegando à Estação de Ipu às quatro da tarde.¹⁸⁵

O surgimento do cabaré é fruto, em parte, do controle da qual foram alvo as prostitutas. Todas elas, ou pelo menos a maioria delas, passaram a ter uma ficha na polícia, condição de possibilidade para exercer seus ofícios, e tiveram sua circulação controlada nas principais ruas da cidade. Foram fixados, por exemplo, horários e estabelecimentos comerciais em que poderiam comprar suas mercadorias. A não obediência a essas regras era punida com uma possível detenção ou outra represália.

O jornal *O Barbicacho* - que tinha como programa ser um órgão “defensor dos bons costumes” e como redator-chefe J. Parfuncio -, de 15 de fevereiro de 1920, elogia o delegado de polícia local pela atitude de ter retirado do mercado público as prostitutas que circulavam livremente:

Muito temos louvado o gesto do digno Te. Pinheiro fazendo retirar as cotrovias do nosso mercado, pois aquillo constituia o que ha de mais vergonhoso para a terra.

Acreditamos, porem, que o distincto official não está informado que na Estação a frequencia d’ellas na hora de chagada e partida do trem é ainda maior do que no mercado.

Muitas vezes ellas sem conhecerem o lugar que merecem vem colocar se juncto as familias que alli esperam a alguem.

Se o illustre official achar que temos razão ahi fica a informação.¹⁸⁶

O *Correio* também parabeniza o delegado pela atitude pondo um fim às “immoralidades” praticadas pelas prostitutas no mercado público. Este jornal vai mais longe ao defender que o delegado é digno de aplausos de todos os ipuenses por ter extinguido um “foco de imundicies que constituia uma nodoa para a nossa civilização e até um insulto á nossa dignidade”.¹⁸⁷

Segundo o citado jornal, aquela foi uma das mais acertadas medidas policiais, dentro outras, que tem tomado o delegado,

pois em breve familias não poderiam, sequer, fazer suas compras porque nos portões do mercado publico permaneciam grupos de meretrizes a exhibirem os mais indecentes admanes [sic] a proferirem desubradamente immoralidades sem o menor respeito ao publico.¹⁸⁸

¹⁸⁵ SILVA, João Mozart. *Ipu do meu xodó*, op. cit., p. 101.

¹⁸⁶ Quota da Semana. *O Barbicacho*. Ipu, p. 1, 15 fev. 1920.

¹⁸⁷ *Correio do Norte*. Ipu, p. 1, 12 fev. 1920.

¹⁸⁸ Idem.

O *Correio*, como órgão defensor do progresso e dos bons costumes, guardião da moral e veículo do poder local, via na prostituição e na circulação das meretrizes livremente pelos logradouros públicos, um insulto aos “nossos foros de terra civilisada”. Necessária se fazia a sua extinção ou pelo menos o seu controle.

As reclamações em defesa do controle mais rigoroso para com as meretrizes parecem ser mais evidentes do que o controle em si. Em outubro, o periódico clama ao novo delegado de polícia em proibir as meretrizes de permanecerem no mercado público além do tempo permitido.

A bem da moralidade chamamos a atenção do honrado Sr. Delegado de Polícia para, á semelhança de seu antecessor proibirem que mulheres de vida livre se demorem ou fação estação no mercado público desta cidade.

Outr’ora, graças as ordens terminantes da autoridade competente, só era permittido a essas infelizes irem ao mercado até 9 horas da manhã afim de fazerem suas compras mas na condição de voltarem a seus aposentos.¹⁸⁹

O jornal defende, como teria ocorrido antes, que se proceda a um maior controle às mulheres “de vida livre”, não permitindo que circulassem a qualquer horário e nem livremente, principalmente, no mercado público, em nome da moralidade e dos bons costumes das “melhores famílias ipuenses”.

Atualmente, porem, já não se nota a ausencia desse povo naquele logar publico. A qualquer hora se observam scenas indecentes, palavrórios e immoralidades ali se repetem por meretrizes que, só ou agrupadas, fazem da feira, onde diariamente vão as melhores famílias ipuenses effetuar compras, o palco de suas exhibições indecorosas.¹⁹⁰

A prostituição no município é, para os que escrevem no *Correio do Norte*, um caso de polícia. As reclamações e as cobranças ao poder público quanto ao controle das meretrizes têm como argumentos salvaguardar a boa moral pública e os “bons costumes” das famílias locais. O jornal vê a presença delas no mercado e nas feiras públicas como um espetáculo de “imundícies”, de “imoralidades”. É com esse espírito que aquele periódico em artigo publicado em 1922 estampa em suas páginas, cobrando do novo delegado a mesma atitude tomada pelo Te. Pinheiro que proibiu a livre circulação das prostitutas pelos logradouros públicos, estabelecendo horários fixos para isso. O título do artigo é bem sugestivo: “Com a polícia”:

¹⁸⁹ *Correio do Norte*, Ipu, p. 4, 21 out. 1920.

¹⁹⁰ Idem.

Por varias vezes, sempre que o dever nos impõe, temos chamado atenção da policia para inhibir certos abusos que infelizmente se dão nos logradouros mais publicos desta cidade, especialmente no Mercado.

Testemunha dos que abaixo vamos expor, e conhecedores da actividade do actual delegado, há sido patente, vimos em nome da moral publica e dos são costumes pedir o seguinte:

1º) Prohibir que a grande imundice (sic) de mulheres livres que aqui existem, frequentem a qualquer hora o mercado, dando a pessima impressão de que lá só habitam pessoas sem pudor. No sabbado passado a comissão que tirava esmolos para os festejos do S.C. de Jesus, ao penetrarem ali, recuou imediatamente por se haver deparado com scenas que não podemos descrever. É que a feira do Ipu é completamente evadida (sic) por estas imolarissimas (sic) mulheres de vestes e meneios impudicos. O Sr. Delegado poderia fazer como praticou o Te. Raymundo Pinheiro quando exerceu igual cargo entre nós. Permitia aquella autoridasde que o cotroviai só frequentasse o mercado até 9 horas, praso sufficiente para effectuarem suas compras. Naquele não se notava tanta familiaridade, e cinismo com que vemos actualmente taes meretrizes pelos portões publicos a se expandirem com gestos e palavreados indecentes (...).¹⁹¹

O mercado público é uma edificação em quadrilátero, construído ainda no final do século XIX, bem na área mais central da cidade, tendo ao sul a Igrejinha, onde em sua volta ergue-se o casario das famílias abastadas; a seu oeste, a poucos metros de distância, ficava a Casa de Câmara. Em seu térreo funcionava a cadeia e ficava o destacamento policial (quartel), e no pavimento superior, a Câmara Municipal; ao norte, também bem próximo, ficava a nova Igreja em construção e, por fim, para o leste estava ligado à estação do trem por duas largas e regulares ruas.

Muito comum nas cidades interioranas do Ceará, é formado por “quartos de comércio” com quatro entradas centrais, uma em cada lado, que dão acesso ao seu interior. Existia um funcionário que no cair da tarde, quando os estabelecimentos comerciais cerravam suas portas, era encarregado de fechar os seus portões.

Prostitutas – além de mulheres simples, crianças e pedintes - ficavam nas portas do mercado. O que incomodava principalmente as chamadas “famílias ilustres”, aquelas mais abastadas do lugar que buscavam distinção pelo trajar e pelos modos “requintados”. Incomodava porque era, em primeiro lugar, uma cena “imoral”, ia contra seus valores. Chocava às senhoras e senhoritas que deveriam ser resguardadas dessas “imoralidades”. Os relatos da época dão conta de que as meretrizes usavam vestimentas que deixavam aparecer seus dotes físicos como forma de seduzir. Ofereciam seus serviços abertamente a quem pudesse pagar por eles.

¹⁹¹ Com a Polícia. *Correio do Norte*. Ipu, p. 3, 6 jul. 1922.

Incomodava, em segundo lugar, porque aquilo era em si uma “imundície”. Prostitutas com poucas roupas, algumas maltrapilhas, outras alcoolizadas, eram alvo de chacota para os populares. Aquilo, aos olhos daqueles que sonhavam com uma outra cidade, objeto de desejo, devia ser banido do espaço público, sobretudo da região mais central e uma das mais movimentadas da cidade.

Finalmente, aquela cena chocava uma sociedade que era, em sua essência, extremamente católica, religiosa. Aquilo era um chamamento à orgia, representava o fim dos tempos. Era preciso extingui-la sob pena de ser castigado pela providência divina.

Era após às 9 horas da manhã que as senhoras e senhoritas das famílias tradicionais ou de “bons costumes”, iam passear ou fazer suas compras na feira e no mercado público e não podiam ser expostas àquele “espetáculo” de “imundícies” e “imoralidades”, praticado pelas meretrizes. Cabia a polícia controlar sua circulação como forma de preservar a saúde dos costumes, os “sãos costumes” e a moral “pública” das famílias ipuenses.

Os argumentos contra a prostituição e sua prática, pelo menos nas proximidades do centro da cidade, e a defesa pelo seu controle, são justificados porque se colocava contra os “incontáveis” “foros de terra civilizada” que caracterizava a cidade de Ipu. Os argumentos contra a prostituição são de ordem moral como vemos na citação abaixo, na qual o autor reclama de um rapaz que faz da sua casa, em pleno centro da cidade, um verdadeiro bordel:

Não ha dúvida que os costumes actuaes vão decrescendo vertiginosamente no que diz respeito a moral.

Ha pessoas que perdem por completo o escrupulo, esquecem-se do respeito que cada um tem obrigação de manter para com a sociedade e, qual suino, que se deleita com os fôssos, descem ao mais infimo procedimento.

Neste caso está um rapaz, residente na Travessa Cel. Alexandre Soares, o qual julgando que estamos em Sodoma, costuma, reunir mulheres de vida livre, com um cinismo inqualificável, em quanto as familias e os transeuntes, aliás muito frequentes ali, por ser uma rua das mais centrais, assistem e ouvem aquellas scenas indignas, indecentes e despresíveis.

O Snr. “J.M” com as suas lubricidades ao meio dia em ponto (sic), não está capaz de morar no centro de uma cidade civilizada.¹⁹²

Qualquer atitude contrária aos bons preceitos da “moral civilizada” era passível de repreensão e alvo de censura. Uma cidade “civilizada” ou que conta com tais “foros” já não aceitava certas práticas contrárias ao “bom convívio” social. Defendia-se uma forma de convívio de relações sociais pautadas por “hábitos” e costumes civilizados.

¹⁹² *Correio do Norte*, Ipu, p. 4, 23 fev. 1922.

Por outro lado, diante da ânsia pelo controle, as páginas do *Correio* e outros relatos da época, como de seu Mozart, sugerem e deixam transparecer que houve resistências. As meretrizes passam a lutar, também, pelo direito de ir e vir e usar o espaço da cidade. Se em alguns momentos o poder repressor se mostra mais forte, elas criam táticas para tentar burlar esse poder fazendo uso dele. É aí que a exposição do corpo e sua venda se deslocam do espaço público para o privado e espaços reservados à sua prática.

O meretrício passa a exercer um chamamento aos homens e aos rapazes da época, mesmo entre aqueles de famílias abastadas, cujos pais atacavam a compra e venda do sexo nas páginas dos jornais.

Vejamos apenas alguns exemplos, para mostrar como o Cabaré, longe do centro e dos olhos das “famílias recatadas”, foi um negócio lucrativo e que atraiu até os rapazes de famílias abastadas da cidade desejada como civilizada.

Foi alvo de pilheria e de ataques, dos redatores dos pasquins (discutidos adiante, em 3.4) à moda de dançar o coco lá pelas bandas do Matadouro, ou Curral do Açougue (cabaré). Os redatores dos pasquins centraram fogo nos membros da “alta sociedade” e dos remediados que às escondidas ali se reuniam para a diversão longe dos olhos e sanções morais de seus pares. Lá bebiam, dançavam e aproveitavam o “sereno”, isto é, os namoros com suas comparsas, fora do “baile”, embaixo de alguma árvore ou em locais sempre escuros, se entregando às “imoralidades” próprias das “classes baixas” e de “moças sem pudor”.

O jornal *O Barbicacho*, escrito pelos tipógrafos das oficinas do *Correio*, na primeira página do seu nº 1 estampa:

O côco agora está em moda, desterrando os seus parentes Cana Verde e Fandango.

Mas, se dentro a dança ferve, bestificando as prossilinas, fora o sereno aproveitando o estado de pasmeira da carta e toga de mão...

A coisinha vai boa por alli, refrescando a cambica de cajá e a palmito.

Assim mesmo tem o costume de dizer que coco velho é que dá azeite!

Qual nada!¹⁹³

Na mesma edição do citado jornal, na segunda página está escrito;

(...) Para as bandas da Casa da Maria Braga [no cabaré] a cousa esta mal assombrada:

Tem uma cajazeira que está dando côco e as quartas feiras e domingos é acudi gente pra lá.

¹⁹³ *O Barbicacho*, Ipu, p. 1-2, 14 dez. 1919

E depois seu João Ayres mas (sic) seu almirante o negócio dos boiquistas não lhes dê na...¹⁹⁴

Os redatores d'*O Barbicacho* escrevem de modo cifrado e têm conhecimento de alguns fatos que se passavam nas noites das danças do coco. A partir daí buscam ridicularizar as atitudes daqueles que deixam suas residências e vão divertir-se nos bailes e serenos do coco, lá pelas bandas do matadouro, com as “cotrovias”.

Se lá no calor do baile a coisa ferve, lá fora, no sereno, aqueles que possuem carta (diploma) e toga (que se vestem decentemente) se distraem com as moças de pouco pudor e isso é de pasmar aos redatores d'*O Barbicacho*, que se sentem horrorizados com o ocorrido e mais ainda quando sabem de quem se trata. Logo seus nomes estarão estampados nas magras páginas daquele periódico com o objetivo que ridicularizá-los e provocar-lhes embaraços.

E, lá no sereno a coisa “vai boa” regada a refresco de cumbica e cajá, provavelmente o que era servido aos freqüentadores do cabaré, e a palmito, referencia, muito provável, à alguns membros da *Euterpe Ipuense* que aproveitavam os serenos do coco, uma vez que o palmito é proveniente, principalmente do caule da *Euterpes edulis*. A referência ao palmito pode também estar relacionada à sua semelhança ao falo e não deve ser descartada.

A assiduidade de algumas pessoas “distintas” que à noite, com suas lanternas rumavam em direção ao matadouro para os bailes do coco, levam os redatores d'*O Barbicacho* a referir-se a eles como fazendo parte de uma sociedade denominada *Sociedade do Côco*, uma espécie de agremiação à semelhança do *Grêmio* e da *Euterpe Ipuense*, porém, imoral. A referência a uma associação para caracterizar os freqüentadores dos bailes do coco, sobretudo aqueles provenientes de famílias abastadas e posição social na sociedade ipuense, não passa de um eufemismo ou uma ironia.

É assim que em tom de pilheria o Jornal estampa em suas páginas, uma circular supostamente enviada pelo primeiro secretário da *Sociedade do Côco* o sr. Tenente Coronel Pedro Celestino de Mello. Na mesma edição publica, ironicamente, as “Trovas do Coco”:

Seu Adalberto traz três moços para o côco virem dançar
 Papagaio tem convicção no peito p'ra vadia
 Seu Abdoral está lá fora – diga que entre [p'ra] cá
 Papagaio tem convicção no peito pr'a vadia
 Seu Abdoral só entra
 Se for com o seu Edgá
 Papagaio tem convicção no peito p'ra vadia
 Diz seu Bessa que entre qui seu Abdoral cá está.¹⁹⁵

¹⁹⁴ Idem, p. 2.

A brincadeira acima revela quatro nomes de pessoas importantes na cena local, são eles, Adalberto Aragão, um dos fundadores do *Grêmio Ipuense* e membro dos poderosos Aragão; Abdoral Timbó, Edgard Corrêa e Manuel Bessa, estes três últimos, nomes ligados ao grupo progressista de Ipu.

Se se levar em consideração à fidelidade das informações acima, então estamos diante de uma questão de difícil solução. Parte dos agentes que atacavam os costumes populares como imorais e degradantes estavam agora envolvidos com eles. Podemos pensar que os ataques aos costumes “desviantes” não passavam de um discurso retórico, demagógico, ou podemos argumentar também, que aqueles rapazes estavam desrespeitando os preceitos morais defendidos por seus pais e pares.

Edgard Corrêa era filho de Thomaz Corrêa, descrito pelo *Correio* como exemplo de uma moral intocável. Manuel Bessa era filho do líder político, Cel. João Bessa, também tido como um homem cuja moral era invejável; e Abdoral, nascido em Cajazeiras, veio para o Ipu morar na casa de sua tia, Adelaide Timbó Martins, da Família dos Martins, cuja moral recatada deveria, também, ser cultivada.

Os tipógrafos, redatores do *Barbicacho*, certamente estamparam seus nomes em suas páginas para que fossem alvos de censuras de seus pares, afinal Thomaz Corrêa e João Bessa eram redatores do *Correio* e acionistas da *Typographia do Campo*, onde ambos os jornais eram impressos. Eles jamais aceitariam, supõe-se, que seus filhos freqüentassem os bailes da “ralé”.

João Mozart da Silva, que por alguns anos foi tipógrafo nas oficinas do *Correio*, em seu livro de memórias, já citado acima, relata que naquela época ele e um grupo de rapazes da melhor sociedade iam freqüentemente ao Curral do Matadouro, para uma noitada no meretrício. Revela que todo jovem tinha uma lanterna para guiá-los até lá. Quem sabe os jovens citados acima não tenham dançado com ele e suas comparsas, o coco e se divertido no “sereno da noite”, embaixo de uma cajazeira, no Curral do Matadouro? Talvez ele mesmo tenha “dedurado” a seus companheiros tipógrafos, Francisco Pilcomar Campos e José Pombo (redatores do *O Barbicacho*), as suas invertidas, com os filhos dos patrões, ao Curral.

A alusão à cajazeira dá margem a duas interpretações. Pode ser uma referência às árvores que eram características do Curral do Matadouro e cujos frutos eram usados para o suco servido nas “casinhas caiadas” do lugar, aonde se ia à busca do sexo, e o local preferido

¹⁹⁵ *O Barbicacho*, Ipu, p. 4, 21 dez. 1919.

para desfrutar do sereno, uma vez que o aroma agradável de seus frutos contribuía para que o prazer do sereno fosse ainda mais sereno, ou a referência era feita a um de seus freqüentadores, mais provável, Abdoral Timbó, natural do município de Cajazeiras.

A questão é que o surgimento do cabaré foi uma das táticas usadas pelas meretrizes com o objetivo de burlar o poder repressor. Longe das sanções morais e dos olhos da “sociedade recatada”, exercia um chamamento mesmo entre os rapazes das famílias abastadas do lugar, que atacavam a compra e venda do corpo como uma prática que “depõe” contra a “nossa cultura” e nossa “moral civilisada”.

Assim como a exposição e venda do corpo em local público, outras práticas foram alvos de censura, repressão e controle, como são os casos do “jogo do bicho”, festas, namoros “indecorosos” em praças e locais públicos. Atacavam-se certos comportamentos considerados danosos ao bom convívio social. Todo comportamento contrário aos “bons” preceitos modernos deveria ser duramente vigiado, reprimido e disciplinado.

Os agentes defensores do progresso e da modernidade tomavam para si a responsabilidade pela vigilância e preservação da boa conduta e da moralidade da população em locais públicos.

É em nome da moral, boa conduta e das boas regras sociais que todo e qualquer comportamento “desviante” foi alvo de sanção, controle, repressão e da zombaria. A nova cidade deveria está limpa dessas manchas.

3.3 Os jogos populares

O jogo também foi alvo de controle pelo poder público e de reclamações dos “homens ilustres” do lugar, tido também, como uma prática que ia contra a moral e os bons costumes da sociedade. Ele é entendido como atributo do ocioso, daquele que não trabalha. O jogo é visto como nocivo por aviltar os valores do trabalho, este elemento fundamental da vida civilizada.

O jogo é duramente combatido, por também representar uma forte ameaça à moral e aos bons costumes. É ele identificado como uma prática arcaica que deveria ser extinta “da nova cidade”.

As investidas contra a jogatina foram uma constante no *Correio*. Frequentemente se cobra uma ação enérgica das autoridades locais visando à extinção daquela prática. Diante da grande quantidade de reclamações contra o jogo nas páginas do *Hebdomadário*, durante o

período de 1920 a 1924, e da cobrança de ações para reprimi-lo, selecionamos apenas algumas edições daquele periódico para a nossa análise.

Em sua edição de 6 de janeiro de 1921, em matéria assinada por um tal Zildo,¹⁹⁶ este apresenta sua preocupação e insatisfação ante a proliferação do jogo no mercado público da cidade a ponto de compará-la a Monte Carlo:

Avança num crescendo pavoroso, intensifica-se numa effervescencia malefica o abuso imperdoavel da mais desenfreada e criminosa jogatina em o mercado publico desta cidade. Desde a Noite de Natal as roletas, os caipiras, os jaburus se exhibem, ostentam-se publicamente, fazendo victimas, corrompendo costumes, desmoralizando a lei alfrontando [sic] as auctoridades, transformando o Ipu em verdadeiro “Monte Carlo”.¹⁹⁷

O autor do artigo ataca o jogo porque, segundo ele, corrompe os costumes e desmoraliza a lei. Continua sua reclamação cobrando das autoridades policiais, providências enérgicas para acabar com aquela prática “perniciosa” e “conrompedora” dos bons costumes.

O Zildo cobrou incessantemente em diversas outras ocasiões, providências das autoridades ante a jogatina, sendo seguido pelos redatores do jornal em discussão.

Na edição de 20 de janeiro do periódico, foi publicada uma carta de um tal Pedrinho, fazendo a defesa do jogo. Ataca o tal Zildo por não se posicionar contra os jogos praticados pela “elite local”, que usa “palitot” e “gravata”, nos bilhares freqüentados pelos “homens illustres” do lugar. Vejamos um trecho:

Ha, é verdade, um Bilhar, onde se reúne gente de Palitot e gravata e não raro se falam linguas estrangeiras, que esta jogando (...).

Penso, porem, que com estes senhores o Zildo não tem que ver. Em primeiro lugar, elles não jogam jogos prohibidos pelo Codigo Penal e sim um tal “Pocker” (...); em segundo lugar, é tudo gente graúda (...) Paes de família a quem o interessante Zildo não deve ir puxar a orelhas. Eu não quero descobrir quem vai lá, mas adianto que é gente de estimação pois os parceiros se tratam por “seu Doutor” e “seu Coronel”...Às vezes vai lá alguem que é respeitosamente tratado por “Padrinho Vigario”.¹⁹⁸

O Bilhar ao qual o “Pedrinho” se refere pertencia aos sócios, Osório Martins e José de Farias, dois grandes líderes políticos locais que na década de 1920 engrossavam as fileiras do Partido Democrata. Ficava localizado no Mercado Público, um lugar de reunião para parte dos homens de poder. Lá se reuniam vestindo seus “palitot” e falando “linguas extgrangeiras” e

¹⁹⁶ Ao que tudo indica, um pseudônimo usado por um dos redatores ou colaboradores do *Correio do Norte*.

¹⁹⁷ *Correio do Norte*, Ipu, p. 2-3, 6 jan. 1921.

¹⁹⁸ *Correio do Norte*. Ipu, p. 2, 20 jan. 1921.

para jogar “pocker” não “proibido pelo código penal”. Lá conversavam, evidentemente, sobre política, cultura e, talvez, seus freqüentadores comentassem as últimas notícias e os artigos que eles mesmos publicavam no *Correio* e outras folhas editadas na *Typographia d'O Campo*. Até o Pároco, que tinha relações muito estreitas com os homens do poder local, ia lá abençoar “seus afilhados”.

A crítica de Pedrinho não é gratuita, sabedor disso, queria ferir o orgulho daqueles homens. Enquanto as rodas de jogos entre o “escol social” eram permitidas, atacava-se com veemência justamente o jogo do povo humilde, aquele que era alvo das proibições.

A atitude de Pedrinho caminha no sentido de mostrar que a repressão e as reclamações recaem sobre os jogos praticados pela “gente miúda”, pessoas simples, e que os jogos praticados por “gente grauda”, “gente de palitot”, “gente de estimação”, pelos “coronéis” e “doutores”, com a benção do vigário, eram permitidos.

Podemos nos deter um pouco mais nessa questão. Ora, jogar pôquer era uma prática aceita nas rodas de “pessoas de estimação”, fazia parte das sociabilidades, “restritas” muitas vezes às rodas de pessoas abastadas e de intelectuais que, o jogavam a pretexto de se reunirem para conversar sobre assuntos diversos.

É razoável supor que o pôquer era uma espécie de jogo, “jogado” em espaços restritos e privados, às vezes em locais de rodas de “pessoas graúdas” e, portanto, não era alvo da repressão. Afinal de conta os agentes detentores do poder de reprimir, isto é, dos meios jurídico-político-policiais da localidade eram os mesmos que iam ao bilhar para, também, jogar pôquer.

Uma outra leitura que podemos fazer é a de que jogar pôquer não era uma prática tida como anti-civilizada, pelo contrário, era até elegante, uma vez praticado para a distração e sociabilidade, e não como um meio de “ganhar” dinheiro, já que, encarado desta forma, ia contra os valores ético-morais do trabalho.

Em última instância, a “gente miúda”, como aquela que “joga jogo proibido pelo código penal”, como o “jogo da bicharada”, era excluída das benesses de um viver “mundano”, de um viver “moderno” e, ferido em seus interesses, em seus “costumes” ou práticas sociais, resistiam ao controle e as sanções lhes impostas, utilizando das mesmas armas dos agentes do progresso, pagando para escrever em seu periódico e atacando-os (ou contra-atacando-os) por se importarem apenas com as “jogantinas” da “arraia miúda”.

Nas edições seguintes do jornal os dois autores dos citados artigos se envolvem numa discussão incessante para fazer valer suas opiniões. Várias outras pessoas, inclusive os redatores do jornal, saem em defesa da repressão ao jogo cobrando providências enérgicas das

autoridades contra as casas de jogos. Eles não deixam também de atacar os jogos praticados por “gente grauda”, como uma subversão dos costumes, que vem atingido até pessoas “da sociedade”.

O mesmo Zildo em artigo na edição de 2 de janeiro de 1921 analisa por que se deve combater o avanço da jogatina em Ipu. Segundo ele o jogo é o pai de todos os vícios. Aquele que o pratica põe em risco a boa moral e os bons costumes da população. O pai de família se torna ausente, prova de bebidas, pode tornar-se assassino. Em resumo é ele aviltante, degradante, um crime que deve ser punido severamente em nome dos bons preceitos.

Ao final do longo artigo confessa está satisfeito pelas providências tomadas por parte das autoridades “contra os jaburús, roletas, caipiras, que desde a noite de natal se exibiam em nosso mercado, roubando o dinheiro alheio, corrompendo nossos costumes”.¹⁹⁹ De um modo geral, aos olhos dos agentes do progresso o jogo é responsável por aviltar a moral e levar a outros vícios como a embriaguez, ao mesmo tempo em que expõe os indivíduos a uma vida ociosa e degradante, contribuindo para a destruição dos valores do trabalho.

Em Ipu, naquele momento, o delegado de polícia foi exonerado do cargo após diversas denúncias anônimas de que o carcereiro e o sub-delegado, seus subordinados, teriam participação, juntamente com outras pessoas, na fundação do tal “banco dos pobres”, hoje o popular “jogo do bicho”. A notícia é veiculada na edição de 25 de agosto de 1921. Foi escolhido para o seu lugar O Cel. José de Farias e para primeiro suplente (provavelmente o cargo de sub-delegado), José Soares de Oliveira. O jornal não apresenta o motivo.²⁰⁰

Diante da repressão policial aos “jogos de azar” no município, eles deslocam-se para as residências particulares. As reclamações contra a prática continuaram aparecendo nas edições posteriores do *Correio*, porém, os olhos agora recaem para as “jogatinas” as escondidas, em casas abandonados, em ruas escuras, no cemitério, em residências particulares e eventualmente em estabelecimentos comerciais.

Em edição do *Correio* de 17 de junho de 1920, dizem seus redatores: “consta-nos que em alguns casebres de nossos arrabaldes estão jogando as occultas á noite”, para afirmar em seguida que “apesar das múltiplas providencias tomadas pela polícia ainda não foi possivel se extinguir o jogo nesta cidade (...). O jogo em Ipú conserva-se a semelhança de fogo de monturo; de instante a intante accende, tomando novas e assustadoras proporções”.²⁰¹

¹⁹⁹ *Correio do Norte*, Ipu, p. 3-4, 2 jan 1921.

²⁰⁰ *Correio do Norte*, Ipu, p. 1, 25 ago. 1921.

²⁰¹ *Correio do Norte*, Ipu, p. 2, 17 jun. 1920.

Em outra reclamação, um repórter do *Correio* avisa a polícia e pede providências contra a jogatina praticada na cozinha de uma casa fechada, de propriedade do Sr. Neco Pedro, na Rua Pe. Correia. Ao passar por ali e perceber um sussurro, o dito reporte encaminhou-se para o local, onde encontrou “o grupinho de afamados jogadores (...) em admirada roda na mais franca alegria”. Lá estavam “sobre uma mesa velha, surrada pelo tempo, os viciados agressores da lei. Eles “passam noites esquecidas na arejada cosinha [curando] sua vida, enquanto, a policia ignora, e vive despercebida destas novidades”.²⁰²

O jornal e seus redatores eram vistos por todos como os guardiões dos “bons costumes” e da “moral” do ipuense e a quem se deveria recorrer para o ataque às práticas “desviantes”. Estando ligado ao poder, exercia pressões no sentido de cobrar das forças policiais, uma ação mais rigorosa contra todas as práticas e costumes entendidos como incompatíveis com a “moral” defendida.

Dentro desse espírito repressivo é que o Chefe de Polícia de Ipu baixa, em primeiro de março de 1923, um edital por meio de circular proibindo os jogos de azar em todo o município. Segundo o referido documento a repressão se faz necessária pelo fato dos jogos serem “perniciosos á sociedade” ao mesmo tempo “ofensivos”. No prazo de 30 dias a contar da divulgação da circular todos aqueles que desobedecessem à lei estariam “sujeitos a punição”.²⁰³

O mais importante de tudo é que a campanha defendida contra os jogos de azar da “gente miúda” tinha como argumentos defender os bons costumes e lutar contra a “vagabundagem”, a “ociosidade”, o “vício”, a “depravação” dos costumes e da moral, o seu efeito “degradante”, a “imoralidade pública” e em nome dos valores do trabalho e da civilização. A preocupação com a sua proliferação se deu, portanto, por ir contra os costumes de um povo em vias de “civilizar-se” ou que se auto-reconhecia como civilizado ou detentor de tais foros. Daí a necessidade de reprimi-lo e cobrar ações nesse sentido.

3.4 Namoros “indecorosos” e os “pasquins”

A busca pelo controle e a imposição de normas e regras sociais para a população ipuense, mormente para as camadas populares, não foram levadas a cabo única e simplesmente por meio da força policial e/ou da coerção. Se, de um lado, os redatores e colaboradores do *Correio* utilizaram suas páginas para cobrar da força policial ações duras

²⁰² *Correio do Norte*, Ipu, p. 4, 26 mai. 1921.

²⁰³ *Correio do Norte*, Ipu, p. 4, 1 mar. 1923.

para dissipar alguns costumes “desviantes” e “ilícitos”, também as utilizaram para chamar a atenção de seus leitores para a necessidade de se extinguir algumas práticas sociais que colocavam em risco os “nossos foros de terra” e “povo civilizado”.

Ainda que em alguns momentos façam ataques violentos às práticas que eram alvos de suas reclamações, o mais característico foi o uso de uma linguagem mais formal, técnica, erudita e dentro dos padrões “normais”, isto é, de respeito e obediência aos “bons preceitos”.

Por outro lado, esses mesmos agentes fizeram circular pasquins, nos quais usaram de uma linguagem mais ousada, algumas vezes violenta e insultora, como estratégia para atacar práticas e costumes, tidos como “desregrados”, desviantes”, “imorais”. Usaram suas penas, para ridicularizar, humilhar, provocar embaraço e vergonha como forma de buscar corrigir, consertar, emendar alguns costumes e práticas populares.

Como mostra Marco Aurélio Silva, era essa uma forma que buscava, em última instância, provocar naqueles elementos de práticas “desviantes”, uma sensação de vergonha e embaraço e que fosse capaz, a partir do momento que era ridicularizado, de contribuir para uma auto-reflexão e de mudança de comportamento. Qualquer pessoa que não se enquadrasse dentro das “regras” de civilidade poderia ser alvo de seus ataques o que, se acreditava, funcionava como uma arma para introjetar “normas” e comportamentos esperados por aqueles que atacavam.²⁰⁴

Foram os namoros em praças públicas e em locais sagrados ou próximos a eles, como a Igreja, o tema predileto dos pasquins editados em Ipu, pelo menos daqueles que tivemos acesso. Das diversas folhas pasquineiras publicados na *Terra de Iracema*, nas primeiras décadas do século XX, selecionamos algumas para a nossa análise, são elas: *A Espora* (um número), *A Futrica* (dois números), *O Bezouro* (um número), *O Binóculo* (um número), *O chicote* (um número) e *O Barbicacho* (oito números).

Essas folhas tinham como características, seu pequeno formato in-4º, com quatro páginas. Sua venda ou distribuição eram feitas em alguns estabelecimentos comerciais e na tipografia onde eram impressos. Em sua maioria não fazem uso de anúncios e nem aceitam assinaturas.

Não utilizam gravuras, com exceção do *O Barbicacho* que faz uso delas em apenas algumas edições. Sua periodização é irregular e seus redatores são “anônimos”, ou melhor, utilizam pseudônimos. A tiragem é reduzida e pelas referências e as brincadeiras em tom de gozações leves feitas aos seus pares é muito provável que na época se soubesse quem eram os

²⁰⁴ Ver, SILVA, Marco Aurélio da. *Corrige os costumes rindo*, op. cit.

seus redatores. Algumas dessas folhas, como é o caso do *O Barbicacho*, deixam transparecer quem são os responsáveis pela edição do pasquim.

De tiragem reduzida, algumas folhas foram impressas para serem distribuídas gratuitamente, bem como muitas delas, não apenas as que utilizamos aqui, não passaram do primeiro número. Aqueles pasquins que ultrapassaram a primeira tiragem tiveram, no entanto, uma circulação de curto período. Não há casos de perseguição política ou policial a essas folhas e a seus redatores, razão pela qual não se pode tomar essa questão como a explicação para sua curta duração. A explicação para isso diz respeito mais às dificuldades financeiras para mantê-las, uma vez que para a sua publicação não havia apoio financeiro de instâncias estatais nem o patrocínio por meio de anúncios. Estes ficavam com o *Correio do Norte*.

O seu conteúdo não teve característica político-partidária. Em todas as folhas são os costumes e a moral a razão principal de sua existência. Ataca-se, por exemplo, os namoros em praça pública das moças e rapazes da localidade, empreende-se uma perseguição aos romances das “casadinhas” e dos “casados”, do “fuxico” envolvendo as famílias “illustres”, da “sociedade” local, do jogo e de alguns costumes que iam contra os novos ideais de civilidade defendidos. O enfoque estava voltado para práticas cotidianas relacionadas ao lazer, festas e a vida privada daqueles que eram alvos de ataque.

Faz-se uso de diálogo entre dois personagens fictícios ridicularizando práticas e costumes de algumas pessoas, de versos poéticos rimados utilizando os nomes daqueles que se queria ridicularizar ou dando pistas, como o modo de andar, os locais que freqüentam e coisas de sua intimidade, de modo que todos que liam, sabiam de quem se tratava.

A maioria dessa folhas, senão todas, foi impressa na *Tipografia d'O Campo*, a mesma que imprimia o *Correio do Norte*. Apenas para *O Binóculo* não é possível afirmar com toda a certeza que era impressa ali, mas todas as evidências apontam para isso, uma vez que um dos que assinam suas pilherias é um tal Zé Pombo, tipógrafo daquele estabelecimento.

Em todas essas folhas, seus redatores e colaboradores fazem brincadeiras com seus próprios pares valendo-se de intimidades e coisas de seu cotidiano, mas sem ataques violentos. O tom é de gozação com seus companheiros, o que explica o fato de terem sido publicadas várias folhas, como respostas àquelas que o gozavam. Ao citar esses nomes e as trocas de “ataques”, em tom de brincadeira, é que foi possível a constatação de que seus redatores são, em sua maioria, os mesmos que escreviam no *Correio* ao lado dos tipógrafos que gozavam de certo prestígio.

O anonimato e o uso de pseudônimos garantia uma maior liberdade de expressão e de ataques às vezes violentos, tendo como alvo algumas práticas cotidianas dos populares.

Explica também o uso de uma linguagem mais despojada e pilhérica com frases e palavras de “baixo calão”.

A ironia e o riso foram amplamente usados por seus redatores. Na maioria das vezes invadem a intimidade daqueles que eram alvo da pilheria, bem como de suas vidas particulares.

Algumas dessas folhas traziam como epígrafe uma frase violenta, já demonstrando o seu “programa”. O próprio título já dizia muito. *O Binóculo* que se dizia impresso ou surgido no Alto dos Quatorze, bairro alto na subida da Serra da Ibiapaba, trazia a idéia de vigiar os costumes e atacar os “desvios” para corrigi-los. *O Chicote* fora fundado para dar “lapadas” em todos aqueles que não seguissem os preceitos da “boa moral” e da “boa conduta”, o mesmo pode-se dizer do *O Bezouro*, cujo ferrão era afiado, e d’*A Espora* cuja *rozêta* também era usada para “esporar”. Seguiu o mesmo raciocínio *O Barbicacho*.

Todos esses “pasquins” tinham como programas defender os bons costumes e os bons preceitos de civilidade. Vejamos o programa do *O Binóculo*, em seu primeiro número, “Jornal crítico, humorístico e noticioso”: “Para engrandecimento d’esta futura Ipu, surge hoje na arena jornalística este pequeno semanário crítico humorístico e noticioso ‘O Binoculo’ que se propõe defender a moral da terra ipuense”. Seu papel seria “reclamar contra os abusos d’estes d. Juans que infestam nossa urbs (...)”.²⁰⁵

O mesmo programa é defendido pelo *O Barbicacho*: “Apresenta-se hoje ao publico ‘O Barbicacho’, não de Barbicacho, mettido, mas simples, pacato e amigo, defendendo os bons princípios de moralidade, e ficando alerta contra a capirangagem”.²⁰⁶

Por último vejamos o programa da *A Espora*:

O nosso programma será defender a moral e corrigir as proesas dos nossos “moços bonitos” e demais assumptos que interessam a collectividade. Esperamos anciosos o melhor acolhimento e não irrite-se como nossas palestras e aconselhamos andarem bem direitinho para não desmantelarem a rozêta d’ “A Espora”.²⁰⁷

O tema dominante dessas folhas diz respeito aos namoros. Portanto, analisaremos apenas essa questão nesses pasquins. Os ataques a essa prática são feitos com base em um forte conteúdo e de um discurso moralizante. O jornal *A Futrica* que surgiu, principalmente, para atacar os namoros diz em um de seus “commentarios”:

²⁰⁵ *O Binoculo*. Ipu, p.1, jun. 1919.

²⁰⁶ *O Barbicacho*. Ipu, p.1, dez. 1919.

²⁰⁷ *A Espora*. Ipu, p.1, Jan. 1919.

Chamamos a atenção de um namoro mesmo danado de um cavalheiro que se diz casado com uma casadinha que mora em uma de nossas ruas. Faz horror o namoro, depois se marido souber...
Là o nosso grito de alarde.²⁰⁸

Antes, estampou em suas páginas: “Quando A Futrica aparece, muitos mocinhos que estão alto descem”,

O jornal crítico é uma arma do [contra o] abuso e intolerância deste pessoal que sem cabresto, quer viver a ufa em exploração com a moral
E não tenham queixa
“Quem não quer ser bobo não lhe veste a pelle”.²⁰⁹

Para essa folha aquele que não quiser ser alvo de censura que “caminhe na linha”. Na citação acima os redatores do jornal têm a plena consciência de que o jornal pilhérico, “crítico”, é uma grande arma capaz de corrigir os abusos e a “moral desviante” da população local.

Os pasquins utilizam-se do humor e do insulto como forma de ridicularizar comportamentos e assim corrigir um costume tido como desviante. Concordamos com Marco Aurélio Ferreira da Silva: os pasquins, por meio de um “humor costumbrista” buscaram, por meio do riso, “corrigir, regular e modelar hábitos”. O riso tinha, assim, uma função corretiva e o alvo eram os costumes. Através de uma prática cômica a intenção era provocar, no desviante, um sentimento de vergonha e embaraço que fosse capaz, por meio do constrangimento, corrigir, consertar um comportamento “desregrado” ou que aquele elemento “internalizasse” um tipo de conduta esperada e imposta pela “classe dominante”, “desejosa que estava de fazer reconhecer como necessária e incontestável a implantação de uma sociedade mais urbana, moderna e ajustada às regras de civilidade”.²¹⁰

A diferença é que em uma cidade pequena a violência simbólica dos ataques era sentida mais fortemente, pois todos se conheciam. A cidade de Fortaleza do entre séculos crescia, se diversificava e perdia o seu ar provinciano. É de se supor que os ataques dos pasquins não eram lá, sentidos da mesma forma que em Ipu. Nesta, a violência tornava-se ainda maior, da mesma forma que o embaraço.

Aquele que fosse alvo da pilheria sentia-se ridicularizado perante a cidade, seus amigos, familiares e a sociedade de um modo geral. O que torna ainda mais violento o ataque é que ele, embora fosse endereçado às camadas populares, centrava sua artilharia também em

²⁰⁸ A Futrica. Ipu, p. 3, 5 jun. 1921.

²⁰⁹ Idem, p. 2.

²¹⁰ SILVA, Marco Aurélio da. *Corrige os costumes rindo*, op. cit., p. 8.

indivíduos ou grupos abastados - que buscavam distinção e tinham modos “civilizados” - que quebravam as regras morais e de civilidades ao buscar relações amorosas fora do casamento ou usar o espaço público, embora longe dos olhares de todos ou as altas horas da noite, para a mesma prática.

Mesmo os jovens que faziam parte de “famílias distintas” foram alvos de ataque e de correção quando não seguiram as regras da boa moral, como aqueles que freqüentaram bailes populares pelas bandas do Matadouro (Cabaré) e dançavam “danças proibidas”, como analisamos acima.²¹¹

Para estes casos os ataques, inicialmente, se davam em tom de aviso: “Avisamos a uma amiga nossa, que os passeios de um senhor na rua Chico Novato já está muito comentado, e isso não fica bem a um senhor que se presa”; depois, se continuasse a ocorrer estampava em suas páginas os nomes dos envolvidos ou dava pistas de quem se tratava; “depois quando o cururu estiver mudo você não há de querer agüentar. Quem lhe avisa...”²¹²

Em outro caso, o ataque é mais violento ao estampar nas páginas do pasquim o nome do envolvido. “Avisamos ao Chico Rocha que sereno de baile não é portão de feira para ofender a moral e espero que não se reproduza a fita do contrário ‘a Espora’ pinica”.²¹³

Neste último caso, trata-se de um membro da “alta sociedade” local que não devia usar o “sereno do baile”, isto é, as suas imediações, para a prática do namoro ou conversa descontraída como os populares faziam freqüentemente em “portão de feira”.

O discurso dos pasquins era moralizador e o objetivo era corrigir costumes por meio de ataques, e de exposição por meio da pilheria daqueles costumes praticados por indivíduos que se queriam corrigir.

A Espora, já citado, publica versos atacando os namoros em praça pública e na Igreja:

Quem disser que amor doe
Planta ele num canteiro
E veja na rua da Estação
O namoro do Zeribeiro

Mais adiante:

As coisas que mais me irrita
E meu coração Negreja
E ver os Namoros bestas
Dos petit-maitres na Igreja.²¹⁴

²¹¹ São freqüentes as reclamações contra os bailes e danças populares, muito comuns na época, realizados nas proximidades do Cabaré e em outros locais. Foram eles alvos de sanções morais e ataques violentos, tanto nas páginas do *Correio do Norte* quanto em algumas folhas “pilhéricas”.

²¹² *O Barbicacho*, Ipu, 11 jan, 1920.

²¹³ *A Espora*, Ipu, p.3, 19 jan. 1919.

Os jornais pilhéricos se colocavam, também, como os guardiões da moral ipuense e se sentiam no direito de atacar o que fosse desviante, tendo com parâmetro os novos valores de civilidade. *O Barbicacho* não poupou ataques aos namoros “indecentes”. Era esse o tema dominante em suas páginas. Sempre suas edições traziam algumas trovas atacando aquela prática em público e os namoros dos casados e das casadinhas:

Vejamos alguns exemplos:

Está noite eu vi um bicho
Lá na rua dos Canudos
O bicho era cabeludo
E andava de chapéo
E um colete de viludo

Là pá banda da Estação
O negocio está danado
Tome cuidado senhores
Esse namoro agitado
De gente pobre com gente rica
O Fim da bom resultado

Fui no engenho do Marinho
Tomar da allienada
Passei no Reino de França
Vi uma casa safada
Menina tome cuidado
Com esta rapasiada
(...).²¹⁵

No número seguinte do *O Barbicacho*, os redatores deixam transparecer que os namoradores se sentiam incomodados com a sua presença:

Uma noite destas um grupo de moças brincava a prenda e o redactor d’*O Barbicacho*’ achegou-se e conseguiu presenciar tudo; quando aponta lá no canto da rua o Campos e o Aderbal²¹⁶, uma moça brada! “lá vem os redatores d’ “*O Barbicacho*!! Te esconde Vicente!!...” e Vicente não achando lugar acocou-se juncto a ella e ella cobriu elle com a saia de sorte que passaram os dois sem Vicente ser visto

Ora tamanha indecencia não se pode tolerar. Que moça!... e “*O Barbicacho*” tudo vê e tudo ouve, depois quando foge uma noiva de lá...²¹⁷

²¹⁴ Idem.

²¹⁵ *O Barbicacho*. Ipu, p.3, 14 dez. 1919.

²¹⁶ Tipógrafos, redatores do *O Barbicacho*.

²¹⁷ *O Barbicacho*. Ipu, p.3, 11 Jan. 1919.

Em outra edição, ainda, os redatores fazem vários ataques aos namoros avisando que caso continuem a ocorrer, estampará em suas páginas os nomes dos praticantes: “A quem couber a carapuça. A Igreja não é lugar destas coisas. Se continuar, no próximo número estamparemos o seu nome”.²¹⁸

Os pasquins, por meio do humor, portanto, defendia uma nova postura mais condizente com os ideais de modernidade e de civilidade que tomou conta de parte da população local nas primeiras décadas do século XX em Ipu. O que se queria era impor uma nova forma de conduta e moral e que os “costumes arcaicos” fossem banidos, afinal de contas para os agentes do progresso a cidade estava se civilizando, chegando ao progresso.

Seus redatores, em sua maioria, os mesmos que escreviam no *Correio*, se sentiam no direito de guardar os bons costumes. Eram como que uma “polícia secreta” na defesa da “boa moral”.

Aqui estamos da mesma forma como nascemos porque o nosso ideal é defender a moralidade que nestes tempos de calamidade, alguns pedantes querem fazer-se açambarcadores da humanidade pobre que esmola pelas ruas.

E aqui ficamos como policia secreta defensor da moral.²¹⁹

No número seguinte estampa em sua primeira página:

Nossa terra já não deve ser este montão de ignorância e nossos gentis patrícios bem sabem que não pode sem importância que não zela seu procedimento. E cumprindo esse dever, de zelo e de correção, “O Barbicacho” não ira se afastando como não se atreva a combater.

Apontaremos o erro do pequeno, do grande, do rico, do pobre, contanto que marchando na senda do progresso havemos de ser campeões da moralidade.²²⁰

Enfim, os pasquins foram utilizados como uma arma para inibir práticas que se queria extinguir. No que se refere aos namoros trabalharam no sentido de reprimir por meio da exposição e do riso essa prática, tida como incompatível com os novos tempos que se anunciavam.

A idéia de que a cidade caminhava nos trilhos do progresso e de que era civilizada, defendida por um grupo, levava-os (seus membros) a assumirem um papel de guardar a moral

²¹⁸ *O Barbicacho*. Ipu, p. 4, 29 fev. 1920.

²¹⁹ *O Barbicacho*. Ipu, p.1, 14 mar. 1920.

²²⁰ *O Barbicacho*. Ipu, p.1, 18 abr. 1920.

e os bons preceitos da “sociedade”. Cabia a eles criar um ambiente de convívio social pautado por valores, hábitos e costumes civilizados. Era preciso introduzir no seio mesmo da população, sobretudo dos populares regras e normas de conduta que disciplinassem o convívio social dos indivíduos. A circulação, as práticas sociais e as relações entre os indivíduos, sobretudo suas relações amorosas em público, deveriam ser alvo de sanções quando não seguiam as regras de sociabilidade e de civilidade defendidas pelos agentes do progresso.

Os pasquins ou as folhas pilhéricas foram uma das armas utilizadas por aqueles agentes para inibir, controlar ou ridicularizar práticas “desviantes”, cujo objetivo era a “correção dos costumes” por meio de sua exposição cômica, capaz de gerar embaraço e vergonha, tendo como norte uma sociedade urbana mais “moderna”.

E se atacava os “maus costumes” porque eles eram “uma vergonha no foco de uma cidade que tem foros de civilizada”.²²¹

3.5 O reverso da *Cidade do Progresso*

O mesmo discurso que na década de vinte diz o progresso da cidade, diz também sobre o seu reverso. A cidade de Ipu, que na fala de seus agentes aparece como progressista, mostra-se também como o espaço do atraso, da precariedade, da “barbárie” atacada.

A vontade de fundar e viver em uma nova/outra cidade acabou revelando a cidade que se queria destruir, isto é, a cidade “real”, que se mostra precária, ante o desejo de transformá-la. Esta cidade “real” aparece de forma mais nítida, na fala dos agentes do progresso, em duas situações: a) quando as reclamações recaem sobre as práticas culturais de seus “habitantes comuns”, as classes populares, que usam os espaços da cidade em seu cotidiano; b) quando os agentes do progresso se mostram indignados diante da “apatia” de seus habitantes em lutar e defender o progresso local.

Pelas limitações deste trabalho, discutiremos apenas o primeiro item.

No primeiro caso, já vimos acima como a prostituta e os jogadores aparecem como os indesejados, alvos do controle policial, uma vez que suas práticas se mostravam incompatíveis com a construção de um novo espaço.

Da mesma forma, outras práticas tidas como incompatíveis com a elaboração de uma outra cidade, foram alvos de reclamação e de controle efetivo. Aqui referimo-nos a criação de

²²¹ A *Espora*. Ipu, p. 4 jan. 1919.

animais soltos nas vias públicas e o uso de seus espaços para o depósito de lixo. Tais práticas são amplamente atacadas tendo em vista dois argumentos: a) porque são incompatíveis com “os nossos foros de cidadãos adiantados” ou nossos “foros de civilização e cultura”, e; b) porque uma cidade “moderna” e “progressista” deve apresentar-se limpa e ter seus espaços “salubres” e “higyenicos”.

Os redatores do *Correio do Norte* reclamam constantemente do grau de insalubridade da cidade, em função dos “muitos monturos” que populares teimam em criar em alguns becos e travessas da cidade. Em edição de agosto de 1920, um de seus redatores dirige-se ao Prefeito da cidade, pedindo-lhe providencias ante “as péssimas condições em que se acham as nossas vias publicas”, em função do lixo acumulado em suas ruas, travessas e outros logradouros públicos. O autor da matéria reclama “urgentes medidas” contra os “abusos imperduaveis” de se transformar a cidade em depósito de lixo. O autor do artigo se sente no direito de reclamar providências em função dos “nossos foros de civilização e cultura”.²²²

Em edição de maio de 1921, do mesmo jornal, diz um de seus redatores: “Em bem da esthetica e da salubridade chamamos a atenção do nosso digno Prefeito Municipal para o estado de immundicie em que se acham quase todas as travessas e até algumas praças de nossa urbs”. Depois de longamente discorrer sobre a existência dos “monturos” nos logradouros públicos e os seus efeitos nocivos à saúde e à *esthetica* da cidade, conclui o redator, dizendo que tal prática, “depõe contra os nossos foros de cidadãos adiantados”.²²³

Em uma terceira reclamação, agora contra os inúmeros porcos que se “chafurdam” nas lamas, soltos pela cidade, os redatores do *Correio* reclamam, providências severas, pedindo que o “nosso digno prefeito, ordene com severidade a apreensão e retirada dos porcos que nos emporcalham”, “em bem de nossos créditos de cidadãos civilisados, em bem da esthetica e do asseio de nossa cidade”.²²⁴

Embora o prefeito da cidade na ocasião, sr. Raimundo de Aragão Filho, e o Delegado de Higiene, Dr. Chagas Pinto, fizessem parte do mesmo grupo dos agentes do progresso, e estivessem imbricados com os acordos da política local, eles não ficavam imunes às cobranças de seus pares, e mais ainda dos redatores do *Correio*, no sentido de trabalharem na “construção” de uma nova cidade.

Cada um deveria fazer a sua parte, dentro de sua competência, no caminho de dotar a cidade de ares progressistas. Quando não correspondiam ao que se esperava deles, eram

²²² *Correio do Norte*, Ipu, p. 4, 6 de ago. 1920.

²²³ *Correio do Norte*, Ipu, p. 1, 5 mai. 1921.

²²⁴ *Correio do Norte*, Ipu, p. 2, 15 Fev. 1923.

lembrados e chamados a prestar contas de suas ações. As páginas dos jornais funcionavam como uma arma poderosa capaz de lembrar e cobrar das autoridades as respostas esperadas para a resolução dos problemas. Expô-las à cidade e sua população, por meio da imprensa, e a cobrança para resolvê-los, sugere que nem todos faziam a sua parte como deveriam. Sugere também, conflitos no seio de um grupo que se apresenta aparentemente coeso.

No entanto, sempre que se dirige a uma autoridade cobrando providências sobre determinado problema, de sua competência, como nos casos do Prefeito e do Delegado de Higiene, a retórica usada (como estratégia) pelos redatores do *Correio* é de respeito. Quase sempre, seus redatores iniciam suas reclamações com frases do tipo: “chamamos a atenção do nosso digno Prefeito Municipal (...)”²²⁵, ou, “O nosso illustre e digno Prefeito Municipal deve providenciar (...)”²²⁶, ou ainda, mais longamente, “Conhecedor do alto correctismo e largueza de vista do Sr. Prefeito do Ipú, sempre [devotado ao] bem commum dos seus municipes (...)”²²⁷

Quase sempre também, por outro lado, os redatores do *Correio do Norte*, concluem, ironicamente, lembrando sobre as providências que devem ser tomadas para sanar os problemas em questão e “acreditando” que serão atendidos. Outras vezes até, deixam transparecer que se não forem atendidos, algo ocorrerá contra a autoridade em questão, já que não fez a sua parte no “acordo”.

É o caso, por exemplo, de um longo artigo publicado na edição do *Correio* de 24 de março de 1921, endereçado ao prefeito, sob o título “Carta aberta ao Prefeito de Ipú”. Depois de longamente reclamar sobre a grande quantidade de animais soltos nas vias públicas e mostrar os efeitos nocivos disso, conclui questionando: “Os direitos da collectividade serão d’ora a vante defendidos? Eu espero.”²²⁸

Em outro longo artigo em que a reclamação recai sobre a falta de higiene e de estética de “nosso mercado público” e após enumerar as providências necessárias, conclui-se dizendo: “esperamos que o digno Governador Municipal prestará atenção ao que vimos de dizer”.²²⁹

Em outro artigo, ainda, cuja reclamação é do mesmo teor da anterior, conclui-se: “esperamos que o Sr. Prefeito attenderá a nossa reclamação”.²³⁰

As providencias eram invocadas em nome do interesse público, do “progresso” ou “prosperidade” da coletividade, quando na verdade o interesse era particular ou de um grupo.

²²⁵ Idem.

²²⁶ *Correio do Norte*, Ipu, p. 1, 6(?) abr. 1922.

²²⁷ *Correio do Norte*, Ipu, p. 4, 6 agos. 1920.

²²⁸ *Correio do Norte*, Ipu, p. 4, 24 de mar. 1921

²²⁹ *Correio do Norte*, Ipu, p. 1, 6(?) abr. 1922.

²³⁰ *Correio do Norte*, Ipu, p.1, dez. 1922 (data ilegível).

O interessante é que elas (as providências) atacavam duramente as práticas cotidianas da população menos abastada, que não era chamada ou consultada sobre o que deveria ser feito para melhorar a cidade.

Alguns redatores do *Correio* fazem amplo uso da ironia, da comicidade e do exagero, para chamar a atenção e cobrar providências na resolução de certos problemas da cidade, apontados por eles, parecem mesmo, debochar da situação e da falta de providência contra aquilo que estão denunciando.

Em reclamação contra os porcos soltos pelas principais ruas da cidade, um dos redatores do periódico em questão convida, ironicamente, “aos illustres Prefeito Municipal e Delegado de higiene, desta cidade, à virem apreciar connosco, na Praça S. Sebastião (...) um interessante espetáculo (...)”. O espetáculo refere-se a um passeio de uma “porca preta enlameada, acompanhada por 5 bacorinhos.” Que todos os dias passeiam por ali “as 8 horas da manhã e as 3 da tarde, de qualquer dia (...)”.

A porca é feia, ossuda e nada aceiada: os bacorinhos são uma lindesa, gordinhos, que fazem a gente desejar comel-os assados, com batatas e arroz.

No segundo tempo veremos duas parselhas de enormes capados, perambulando pela praça [...] e satisfeitos, escarnecendo do Vicente Baptista. Esperamos que o nosso convite seja acceito pela duas illustre autoridade.²³¹

Em outra irônica reclamação, intitulada “O Presepio”, contra animais soltos pelas vias públicas, o seu redator diz que os habitantes da Praça São Sebastião, a mais nobre da cidade, se *deleitam* com o “tradicional presepio” “que há tido, ultimamente, uma concorrência extraordinaria, parecendo que já estamos festejando o centenario da Independencia com uma exposição de animaes”. Continua dizendo:

Ali temos em profusão porcos, bodes, ovehas, vaccas, gallinhas, perus etc. e uma quantidade de jumentos libidinosos, atrevidos, que transformam aquelle local em uma confusão pornografica, cínica e fora do commum. A noite, então a coisa é peor: grupos de jumentos a soltar relinchos sinistros alternados com explosões exquisitas escaramuçam doidamente pelas calçadas e pelas ruas, fazendo a população despertar attonica sobressaltada com ímpeto de pegar no pau furado

São serenatas de mau gosto as que interrompem actualmente os dormidores da Praça S. Sebastião

O autor da reclamação acima, continua invocando o cumprimento de “uma lei que prohiibe taes preseprios (...)”, que não é cumprida. Sendo assim,

²³¹ Convite. *Correio do Norte*, Ipu, p. 4, 10 set. 1920.

O publico soffedor que tolere os absurdos dos animaes os tanseuntes que pisem com cuidado se não quizerem ter os sapatos borrados ou a roupa salpicada dos ‘taipeiros e queijos mantegosos’ que estrellam a verdejante Praça S. Sebastião.²³²

O autor conclui cobrando providências das autoridades, sobretudo do Prefeito, no sentido de que se proíba “esses hábitos rotineiros”.

Antes disso, o mesmo autor, ao que tudo indica, já havia chamado a atenção das autoridades para tomar providências contra a grande quantidade de animais soltos no principal logradouro da cidade, a Praça São Sebastião ou Praça da Matriz. A retórica irônica e o exagero são estratégias usadas para cobrar ações das autoridades na resolução do problema. Sob o título, “Presepe”, diz que nas ruas e na Praça da Matriz “desde muito que se acha em exposição permanente o mais animado e mais real dos presepes”. Continua dizendo que “os burricos as vaquinhas, cães e gallinhas, gattos, tudo em adorável radiação”, estão ali, “relembrando o nascimento do Menino Deus”. Mostra que logo que passam as “vaquinhas leiteiras em tonitruantes apelos aos seus bezerrinhos, lá vem o tropel de 20 interessantes jumentinhos que satisfeitos de tanta liberdade fazem resoar os cascos pelas calçadas e até pelo adro da Igreja”. Mais, “Esquecem as vezes o respeito às famílias e praticam coisa”,

Depois lá vem o bonitinho rebanho do M. Victor.

São umas ovelinhas e carneirinhos tão bonitinhos, que balam com tanta graça. O Peior é quando enchem as portas das casas com café em caroço.

Mas enfim para que se inventaram as vassouras! Depois uma centena de gallinhas e galloa vão entrando pelas portas abertas e não raro marcam a sua posse de uma maneira bem original.²³³

Os redatores do *Correio* constantemente reclamam e exigem providências contra a insalubridade da cidade, causada: a) pelos animais soltos pelas vias, em especial os inúmeros porcos, pois só “no perímetro urbano e no arrabalde Reino de França” foram encontrados “nada menos do que mil e tantos”;²³⁴ b) pela grande quantidade de monturos (depósitos de lixo) nas ruas, becos e praças da cidade, pois “o gosto de alguns habitantes desta cidade por monturos é enorme”;²³⁵ e, c) pela sujeira do Riacho Ipuçaba, fonte de abastecimento local, em função do lixo jogado ali, dos animais soltos, dos sujos quintais de muitas residências que ficam próximas ao riacho e dos banheiros que jogam seus dejetos nas “cristalinas águas do

²³² O Presepio. *Correio do Norte*, Ipu, p. 1-2, 30 mar. 1922.

²³³ Presepe. *Correio do Norte*, Ipu, p. 2, 1 Jan. 1921.

²³⁴ *Correio do Norte*, Ipu, p. 4, 23 jun. 1921.

²³⁵ Novos Monturos. *Correio do Norte*, Ipu, p. 1, jun. 1923. (Data ilegível).

Ipuçaba”, “essas águas, até alcançarem taes pontos (de abastecimento), ora vão lambendo as sujidades dos fundos de quintaes, ora atravessam logares de banheiros, onde tambem os porcos se chafurdam, fazendo-as ainda mais deleterias”.²³⁶

Diante de tantas reclamações contra a insalubridade da cidade, causada pelas práticas cotidianas de seus habitantes ou “por antigos costumes” que “representam o papel de inimigos do caminho acessível do que se chama adiantamente”,²³⁷ os redatores do *Correio* cobram o respeito às leis e as posturas municipais contra tais práticas e que as autoridades usem o poder de polícia para que tais leis sejam cumpridas pela população, porque seus “hábitos, [deitam] ao rebaixamento o nível de uma cultura”.²³⁸

O rigor da lei é defendido uma vez que os costumes são refratários ao respeito desta mesma lei

Diante da pressão e das reclamações endereçadas ao Prefeito, chamado a dar uma resposta, este baixa um edital, em maio de 1923, com “praso de 30 dias a contar desta data” para que os proprietários de terrenos urbanos procedam à limpeza de seus terrenos e os mantenham limpos, caso contrário serão multados na “importância de ...30\$000 de accordo com o art. 72 do coddigo de Posturas Municipais”.²³⁹

Em seguida, toma providências contra os animais soltos pelas vias públicas, sendo aplaudido pelos redatores do *Correio*. Porém não dura muito para que as mesmas reclamações voltem a tingir de tintas escuras as páginas do jornal.

Este fato mostra que mesmo diante do controle, os habitantes da cidade mantêm suas práticas sociais e seus costumes arraigados desde longa data, ante a vontade de um grupo em querer moldar, a seu modo, os espaços da cidade.

Mais importante ainda é o fato de que diante da vontade em querer revelar uma imagem de cidade limpa e higiênica, compatível com a representação de uma cidade progressista, elaborada pelos agentes do progresso, estes acabam revelando um outro espaço, o da “barbárie”, objeto de controle, de sanções morais e da coerção, palco das práticas cotidianas de sua população.

Assim, o mesmo discurso que fala sobre a cidade “moderna”, fala de seu reverso.

²³⁶ O Riacho Ipuçaba. *Correio do Norte*, Ipu, p. 4, 6 ago. 1920.

²³⁷ *Correio do Norte*, Ipu, p. , 7 set. 1922

²³⁸ Idem

²³⁹ *Correio do Norte*, Ipu, p. 3, mai. 1923. (Data ilegível).

3.6 Contradições e conflitos

Nas discussões em periódicos e nos relatos da época, várias temporalidades se insinuam e marcam o espaço citadino. A chegada da ferrovia e do telégrafo, o surgimento de personagens detentores de diplomas superiores, o aparecimento, ainda que incipiente, de uma cultura letrada, levam os diversos atores sociais a perceber uma realidade em transformações e lutar por mudanças. Sobressai a visão de duas cidades: uma ideal, almejada, identificada com o ideário moderno; e a cidade real, com todas as suas contradições e conflitos que gera. Sobre esta última, quer-se erguer uma outra.

Na vida urbana dos diversos grupos que moravam nas primeiras décadas do século XX em Ipu, suas experiências se evidenciam na construção de modos de viver. Alguns grupos buscam instituir modos de ser, pensar, agir e viver. Busca-se criar novos espaços de vivência e convivência, de sociabilidade, de lazer. Na ânsia por uma cidade e hábitos modernos, surgem como resultados da ação de indivíduos e grupos restritos, os espaços do clube, do Gabinete de Leitura, da praça e de uma cultura impressa.

Tais locais atuaram como importantes espaços de instituição de novas sociabilidades, bem como na definição e afirmação de princípios de absorção e distinção social de grupos restritos. Atuaram ainda como importantes instrumentos de busca e afirmação de novos projetos.

Os espaços de sociabilidades coletivos, associativos, porém restritos a membros de um grupo, ampliam-se no decorrer dos primeiros anos do século XX e adquirem novas conotações. As associações musicais, recreativas, literárias, teatrais, esportivas, são importantes espaços que articulam novos modos de viver não apenas no seio de grupos abastados.

Buscando viver de um novo modo, luta-se pela modelação da cidade: pavimentação das ruas, construção de prédios modernos e de estrada, teatro, cinema e escolas etc. Mais do que isso, se busca moldar a moral de seu povo.

Embora as fontes legadas daquele período sejam aquelas construídas por grupos “dominantes” locais, pelos agentes do progresso, que na maioria das vezes tentam esconder os conflitos e uma memória “popular” e legar a posteridade à visão de uma cidade e modos modernos, são nessas mesmas fontes que os conflitos gerados por modos diferentes de ser e viver, são possíveis de ser lidos. Às vezes aparece de forma explícita, mas na maioria das vezes apenas possíveis de uma leitura atentando para suas entrelinhas.

A busca por uma nova cidade não se fez sem conflitos. O espaço da cidade passa a ser um campo de disputas entre grupos, agora distintos ou que buscam uma distinção. Até então, isto é, antes da busca por uma cidade e hábitos modernos, a rua era o espaço por excelência de populares. A cidade e seus espaços eram o *locus* do convívio de homens, prostitutas e animais soltos. Porcos, cabras, vacas, gatos, cachorros, o lamaçal em inverno, associado ao lixo, era um ambiente que não incomodava ou parecia não incomodar a muitos.

A rua era ainda o espaço da diversão, do jogo descontraído, do passa tempo, de uma temporalidade que não era marcada pelo relógio mecânico, pelo trabalho, pela chegada do trem. Eis que surge a ânsia moderna e progressista. E eis que se torna necessário banir dos espaços centrais da cidade, porque agora incomodam, os animais soltos, as prostitutas, as práticas “arcaicas”, o jogo de azar. Eis, ainda, que passa a ser necessário construir novos espaços públicos.

Nas fontes a prostituta aparece como a indesejada. Esta passa a lutar pelo direito de também usar o espaço da cidade ao lado das senhoras e senhoritas “de família”, funcionários públicos e outros. Ela resiste. Mais do que isso, cria táticas para continuar exercendo, na cidade, a venda do sexo ou simplesmente fazer valer o seu direito de ir e vir, seja seduzido os policiais, seja praticando o comércio do corpo em espaços reservados e exercendo um chamamento aos jovens garotos de famílias abastadas. Nos relatos da época, parte deles se desloca para o “curral do matadouro” ou a “grota das cunhãs”, como no depoimento do então jovem João Mozart da Silva.

As memórias da época e a visão da imprensa, sugerem a existência de conflitos entre os personagens da cidade ideal (buscada) e aqueles da cidade real. São elas que dão visibilidade aos “indesejados” compostos por jogadores, prostitutas e o “populacho”.

É por meio, por exemplo, do relato de dona Maria Cajão (capítulo II) que percebemos a segregação dos espaços públicos como o *Jardim de Iracema*, construído para o deleite de grupos restritos. Foi por meio dele, que vimos uma outra faceta do Cel. Thomaz Corrêa, cuja memória dominante construída é a de um autodidata, amante dos livros, correto nos valores morais, de atitudes e princípios intocáveis. Na visão de D. Cajão, aparece como o intransigente, o guardião da moral recatada da elite, o “policial de cacete na mão”, pronto a expulsar todos aqueles que, de baixa condição, quisessem ocupar os mesmos espaços reservados a ele e seus pares.

Outros personagens que resistiram para manter suas práticas tradicionais foram os jogadores de “jogos de azar”. Alvos de ataques constantes e vistos como vagabundos, estes personagens souberam usar das mesmas armas para se defender e, também, contra-atacar.

Usaram das mesmas páginas do *Correio*. Pedrinho não apenas defendeu o direito de todos ao jogo, como também buscou mostrar, usado de uma retórica sarcástica e irônica, a incoerência e a contradição em se atacar o jogo da “gente miúda”. Defendeu com “unhas e dentes” o mesmo direito ao jogo - que todos tinham e não apenas aqueles que usavam “palitot” - da “arraia miúda”.

Pelas páginas do *Correio*, até sua extinção em março de 1924, ficamos sabemos que, mesmo ante a repressão policial e as sanções morais, o jogo praticado pela “gente miúda” não foi de todo banido. Deslocou-se do espaço público para o privado. Passou a ser praticado em locais fechados e residências de algumas pessoas. Mais uma vez a tática “burlou” o poder repressor.

O surgimento de uma incipiente cultura impressa, através, principalmente da publicação de folhas com destaque para o *Correio do Norte*, vozes ausentes conquistaram um canal de expressão. Mesmo aqueles que eram alvo de sanções, apareciam nas entrelinhas dos periódicos da época e, por meio deles, foi possível percebemos os embates sociais.

O *Correio*, veículo de difusão de um projeto e construção de uma memória para a cidade, foi também o espaço que deu voz aos “excluídos”. Por meio de suas páginas foi possível olharmos mais de perto o cotidiano da cidade. Existe uma estreita relação entre o periodismo e a vida cotidiana da cidade, sobretudo, as pequenas folhas. É através destas que melhor se percebem as transformações nos modos de vida informais, onde ganha visibilidade a busca por novos hábitos em formação e costumes urbanos.²⁴⁰

Por meio do *Correio* foi possível perceber, ainda, a fundação e difusão dos “salões”, os usos de novos espaços restritos a pequenos grupos, os projetos para uma nova cidade, os conflitos entre grupos e gerações, os embates sociais e o movimento em prol de uma nova cidade. Também foi possível perceber a “trajetória” de indivíduos e grupos.

Aos agentes do progresso estavam abertos à sua circulação os salões do *Grêmio*, localizado em bairro “nobre”, o Quadro da Igrejinha ou Praça São Sebastião, mais tarde deslocado para o centro da cidade para compor o *Palecete Iracema*, bem ao lado do *Jardim Iracema*. Este o local que, a partir de 1927, o mesmo público do *Grêmio* se reunia para as retretas e para conversas diversas sem ser importunados pelo “populacho”.

O “Grêmio Literário” ou *Gabinete de Leitura* era o espaço reservado para as discussões de obras e notícias, leitura de livros, revistas e jornais, ou para uma sociabilidade de fim de noite para parte dos agentes do progresso. Localizado inicialmente, também no

²⁴⁰ CRUZ, Heloisa de Faria. *São Paulo em tinta e papel: periodismo e vida urbana (1890-1915)*. São Paulo: EDUC: APESP; arquivo do estado de São Paulo; Imprensa Oficial de São Paulo, 2000, p. 93.

bairro nobre ao lado da igreja, foi mais tarde também compor os salões do *Palacete*. Ao lado dos saraus e *soirées*, jaziam os livros, jornais e revistas.

Alguns jovens nascidos em “berço de ouro”, no seio daquele grupo, ao lado de tipógrafos, viajantes chegados à cidade de várias localidades e desembarcados na gare da estação, vendedores e caixeiros viajantes, se deslocavam para uma noitada no “Curral do Açougue” ou na “Grotta das Cunhãs”. As meretrizes “expulsas” da Praça da Estação e do Mercado Público, ganhavam sua sobrevivência na periferia de uma cidade almejada como moderna pelos freqüentadores do *Gabinete* e do *Grêmio*. Faziam a alegria e proporcionavam o prazer de muitos daqueles que não ligavam muito para a construção de princípios morais e valores associados aos ventos de uma estética-filosófica moderna.

Outros não se importavam, às vezes protestavam, contra as constantes reclamações do *Correio* e teimavam em criar seus porcos, cabras, galinhas e outros animais, soltos pelas vias públicas, se alimentando de restos de comidas e os “dejetos” jogados nas vias públicas por seus “civilizados” moradores e “emporcalhando” a fonte “cristalina” de abastecimento local, o riacho Ipuçaba.

Houve aqueles ainda que não se importavam com os “repórteres” dos pasquins e do *Correio*, paqueravam na Igreja, namoravam às escuras ou em logradouros às vezes mal iluminados à luz de acetileno, traíram suas comparsas, adotaram práticas de “Dom Juans” e escandalizaram a “moral recatada”, “civilizada” e “superior” dos “verdadeiros ipuenses”, dotados de “incontáveis foros de povo civilizado”.

Aos jogadores, as páginas do *Correio* e outros periódicos deixaram transparecer que seus praticantes não apenas resistiam ao controle impulsionado pela moda progressista, como também adotaram o contra-ataque e táticas para burlar o controle coercitivo da qual eram alvos.

O que quero argumentar é que a imprensa surgida em Ipu nas primeiras décadas do século XX e cuja expressão máxima é representada pelo *Correio do Norte*, foi importante para dar visibilidade ao cotidiano da cidade, a novos e antigos hábitos e práticas sociais. Ela inaugurou novas formas de dizer e contar a cidade, de experimentar e afirmar visões discordantes.

Foi usada como importante instrumento a serviço de uma visão de mundo, como arma importante na busca pela construção e imposição de um projeto excludente, mas que dizia ser o melhor para a cidade, na construção de uma memória mítica para a terra onde nasceu Iracema. Foi usada ainda para legar à posteridade uma memória de que se a cidade atingiu o progresso, isso foi obra de seus mais “ilustres filhos”, representados pelo grupo do progresso,

de onde sobressaem como figuras “empreendedoras”, dinâmicas, detentores de novos valores, de ideais “progressistas” e “liberais”, como indivíduos cultos e amantes das letras, os quase “imortais”, Abílio Martins e Thomaz de Aquino Corrêa.

A partir do *Correio* foi possível, também, a percepção da relação muito estreita existente entre imprensa, cultura escrita, o cotidiano e novas formas de sociabilidades pensadas como modernas. As páginas daquele periódico, como vimos, sempre atentaram e deram visibilidade aos novos espaços agremiativos que surgiam. Na verdade seus principais fundadores eram redatores daquele periódico. Usaram as suas páginas para noticiar e fazer propaganda delas e de seus ideais. Mais do que isso, as suas páginas serviram como importante meio de articulação dessas agremiações.

Também diversas fontes utilizadas neste estudo dão conta de um primeiro movimento de segregação e hierarquização dos espaços da cidade. O bairro central, bem como o Quadro da Igrejinha, se configuram como espaços nobres reservados, principalmente, à circulação e moradia dos mais abastados. Outros bairros como o Corte e Pedrinhas estão se configurando como “periferias”.

O exemplo do *Jardim de Iracema* é bastante emblemático. Erguido bem na área mais central da cidade e erigido em seu centro um Coreto, era um logradouro reservado a circulação de apenas alguns grupos, pelo menos em dias de retretas. A área em volta do Coreto era cercada por uma “muralha”, vigiada por um funcionário que cuidava igualmente das “belas plantas”. Este em hipótese alguma poderia permitir o seu acesso por populares. Há relatos muito interessantes de que somente poderiam subir ao coreto em dias que não de concertos e mesmo durante as retretas, “pessoas estimadas”, da “melhor sociedade”. Apenas as meninas e senhoritas casadoiras da “elite” poderiam ali “brincar”. Para elevar-se até o coreto teriam que ser, para isso, virgens, puras.²⁴¹

Os agentes do progresso ao mesmo tempo em que buscaram instituir espaços sociais para sua circulação e hierarquização, mostraram-se igualmente preocupados com as práticas sociais das classes menos favorecidas. Por meio de seu veículo mais poderoso, o *Correio*, buscaram difundir no seio da população as luzes e as novas idéias de civilidade e progresso.

É dessa forma que a partir do número 299 até a extinção daquele periódico, passou a publicar semanalmente um artigo sobre regras de civilidade com o sugestivo título “Utilidade: elementos de civilidade”. Nele buscava mostrar como se deve proceder no asseio, em ocasiões de visitas, como se portar em *saraus*, à mesa, na Igreja, como comer, o que não se deve fazer

²⁴¹ Devo essa sugestão ao relato do memorialista Francisco de Assis Martins que guarda os documentos e apontamentos de seu Pai, também memorialista, seu João Chiquinho.

em público ou na casa de outros. Ainda, quais as regras de etiqueta que devem ser observadas como forma de mostrar que se é educado e civilizado.

A um povo que queria ser “civilizado”, um grande passo nesse caminho seria conhecer as regras de civilidade. Era preciso difundir-las

Ao lado da busca pela difusão de regras de civilidade, as mesmas páginas do jornal foram amplamente usadas para atacar comportamentos que se queriam extinguir, porque incompatíveis com o que se almejava. As constantes reclamações sugerem que a população, alvo de uma “educação” imposta e de sanções, pouco se importava se o seu modo de ser e viver, incomodavam a alguns ou muitos. Suas práticas culturais arraigadas resistiam ao controle, à imposição e aos argumentos que tentavam rebaixá-las à condição de “barbárie” e de arcaísmo.

Na maioria das vezes, essa resistência se traduzia simplesmente na não aceitação dos preceitos “modernos”. Os menos favorecidos resistiam buscando viver simplesmente a seu modo, como sempre fizeram. Algumas vezes a resistência se dava de forma mais explícita usando do contra-ataque ao rabiscar as mesmas páginas da imprensa local, como ficou patente no caso do jogo. Outras vezes, mais sutilmente, a resistência deu origem às táticas para burlar o poder repressor, a serviço dos agentes do progresso, como tivemos oportunidade de verificar no caso da circulação das meretrizes pelos logradouros públicos e na venda do sexo.

Em uma análise mais apurada e sofisticada, podemos dizer que as classes populares resistiam à imposição de normas e valores exteriores à sua cultura informados por valores, regras e normas de conduta circunscritas a seu próprio universo cultural. Todo e qualquer valor alienista, exterior aos círculos populares, se chocava com práticas e normas culturais arraigadas desde longa data. Existia entre as classes menos abastadas, que poderíamos chamar de classes populares, uma prática real de vida que se chocava com uma prática ideal de vida, que não deixava de ser excludente, objeto de imposição de um grupo. Chocaram-se no cotidiano da cidade um projeto que se queria impor de cima para baixo e as práticas sociais, reais, de grupos que estavam fora dos círculos “dominantes”, ou dos agentes do progresso local. Dito de outra forma, entrou em conflito um outro modo de ser, viver e agir ideais e que era objeto de imposição e o modo de viver efetivo, “real”, dos grupos menos abastados.

Se de um lado, os novos valores, antenados com a modernidade, exerciam um fascínio sobre parte da população local, sobretudo aqueles desejosos de distinção, por outro, se chocaram com o modo de vida da maior parte da população. Diante de uma tentativa de destruição de seu universo cultural, as classes menos abastadas resistiram tenazmente a um projeto alienígena e, mais do que isso, criaram mecanismos que possibilitaram burlar o poder

repressivo. Passada a “onda” progressista e ânsia moderna, permaneceram os valores, normas de conduta e modos de viver informados por uma cultura cujo horizonte é difícil divisar e datar.

Os jogadores dos “jogos de azar”, mesmo diante dos estigmas e rótulos atribuídos a eles pelos agentes do progresso como “vagabundos”, “ociosos”, “anti-civilizados” e “imorais” continuaram, não obstante, jogando. Se em determinado momento jogar abertamente no Mercado Público ou na Praça da Estação poderia valer-lhes alguns dias no “xilindró” e, talvez, algumas “cacetadas” e “bordoadas”, nada os impediria ou parecia não impedir, que jogassem em espaços particulares, como fizeram. Se em determinados momentos às prostitutas foram impedidas de circular livremente pelas principais ruas da cidade e lá exercerem sua profissão, e se a desobediência às autoridades poderia representar passeios nada agradáveis pelas dependências da delegacia e ceder “de graça” a alguns policiais suas preciosas mercadorias para livra-lhes da prisão, nada as impediram de praticar seus negócios em locais distantes dos olhos do poder e das sanções morais das “famílias recatadas” do lugar.

O surgimento do “cabaré” foi até um negócio mais lucrativo, uma vez que exerceu sobre os jovens da cidade e viajantes uma atração implacável. Ali, distantes dos olhos daqueles que consideravam à compra e venda do sexo algo imoral, libidinoso, se tinha mais liberdade de entrar e sair. Isso explica o intenso movimento diário do “curral do açougue” como sugere João Mozart, um inveterado freqüentador daquelas “casinhas caiadas”, que teve a coragem de dizer ir sempre ali, apenas em suas memórias, guardadas para si e só publicadas após sua morte, e muito tempo depois.

Os conflitos e lutas envolvendo projetos ou simplesmente modos de vida discordantes foi o desenrolar inevitável, trágico até, daquilo que Hobsbawm chama de o “drama do progresso”.²⁴² O processo de “modernização”, a percepção da realidade como transformação e as construções representativas sobre o ser e viver, informados pela modernidade não se restringiram no Brasil aos grandes centros urbanos do país no entre séculos, notadamente a capital federal e a “paulicéia desvairada” ou aos locais que estavam passando por reformas urbanas. A idéia de progresso, que absolutamente não é a mesma em todo local, estava bastante generalizada no país. Ela aportou em locais “distantes” por meio, por exemplo, das ferrovias que transportavam pessoas, livros, revistas, jornais, a moda, o falar diferente, o ser diferente, o viver diferente. Evidentemente que os trilhos não foram os únicos agentes que

²⁴² HOBBSAWM, Eric. J. *A era do capital*, op. cit., p. 22-23.

permitiram a difusão de novas idéias, mas sem dúvida teve um papel destacado nesse processo.

A idéia de progresso se traduziu em algo tão poderoso por trazer em seio, também, a idéia de civilização. Ambas carregam uma espécie de mística capaz de seduzir amplos grupos que sonhavam em parecer com a secular “civilização européia”. Embora tais idéias fossem anteriores à República no Brasil, sem dúvida que esta contribuiu para a sua difusão e, neste sentido, o Estado teve papel destacado. Segundo alguns autores a República se imbuíu da ação de civilizar o País e levar o progresso aos mais recônditos locais do Brasil com a idéia de construir a nação brasileira. O objetivo principal seria incorporar a nação brasileira no âmbito das “nações civilizadas” do mundo.²⁴³

Mas se a idéia de civilizar o Brasil como uma ação do Estado foi levada a cabo, muitos grupos sociais foram seduzidos pelos novos tempos e se imbuíram, eles mesmos, da tarefa de dotar o local onde viviam de signos do progresso, da “civilização” e da “modernidade”. Queriam que eles próprios e sua cidade fossem reconhecidos como civilizados e nunca o contrário, como “bárbaros”.

Mas, afinal, quem era o civilizado e o incivilizado? Apenas em parte, as representações construídas eram as de que o civilizado era aquele dotado de conhecimento, das luzes, capaz de reconhecer na técnica e na ciência valores superiores, observar as “regras de civilidade”, ser comedido nas atitudes, ter uma educação superior, observar as regras do “bem viver”. O “bárbaro”, incivilizado era todo aquele que desconhecedor das luzes, da técnica e da ciência e do trabalho, estava fadado ao fracasso. Para transformá-lo em civilizado era necessário, primeiro, educá-lo, fazê-lo conhecer e reconhecer no trabalho, um valor supremo.

Há entre os agentes do progresso em Ipu duas preocupações centrais já delineadas acima; urgia em primeiro lugar elevar o trabalho como um valor superior, porque atributo do ser civilizado; em segundo, era preciso educar e trazer as luzes à população local. Daí a preocupação, ao menos no âmbito discursivo, de erguer em Ipu escolas primárias para a população pobre. De um lado era possível banir a “indolência”, de outro, a “barbárie”.

Os valores do progresso e da civilização, indissociáveis, nortearam as práticas sociais daquele grupo. Era preciso erguer no meio dos “sertões”, este também uma representação cultural, uma cidade que no discurso deveria ser moderna ou ter atributos e equipamentos

²⁴³ Ver a respeito, MACIEL, Laura Antunes. *A nação por um fio: caminhos, práticas e imagens da ‘Comissão Rondon’*. Tese (Doutoramento em História – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), 1997, e, ARRUDA, Gilmar. *Cidades e Sertões: entre a história e a memória*. Bauru. São Paulo: EDUSC, 2000.

urbanos do ser moderno. O espaço sobre o qual se queria erguer o novo, era estigmatizado como atrasado, bárbaro, incivilizado, inculto. O novo espaço desejado não deixou de ser, também, uma representação cultural. Devia ser limpo, higiênico, possuir signos modernos e justificar seu futuro progressista.

A pequena cidade de Ipu passa a ser objeto de um novo imaginário. Era preciso reprimir tudo que estivesse ligado ao atraso, ao incivilizado e erguer/valorizar o seu oposto, ou seja, o progresso e a civilização. Mas ao mesmo tempo em que se queria criar um conjunto de novas imagens relacionadas ao novo, o espelho passou a refletir a sua inversão. A mesma fala que dizia uma nova cidade, dizia também o seu contrário. Se no imaginário de um grupo a cidade estava se civilizando, por outro, este mesmo imaginário passou a revelar o lado oposto. Este era representado pelas práticas culturais de seu povo, vistos como uma “mancha” no retrato que se queria revelar.

O discurso do progresso e do ser moderno é, em si, contraditório. Pois ao mesmo tempo em que dizia que a cidade estava se modernizando, mostrava que ela estava repleta dos signos do atraso, como bem mostraram os pasquins, os reclames e os ataques do *Correio* às práticas populares “arcaicas”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta dissertação procuramos problematizar algumas questões relacionadas à construção do discurso do progresso em Ipu, professado por um grupo de pessoas ligadas ao poder local, tais como: como foi possível esta construção? Quem eram os agentes desta construção? Que significados eles conferiam ao mundo em que viviam? De que forma tal construção informou as práticas sociais de seus agentes? Que cidade eles queriam fundar? E que cidade eles queriam destruir? Que projetos estavam por trás do desejo de viver uma outra realidade?

Instigou-me à pesquisa algumas indagações feitas a partir da realidade vivida, hoje, pela cidade de Ipu. Existe ainda, bastante nítida, uma memória que associa a cidade de Ipu à visão mítica de que foi ela sempre uma “cidade intelectual”, berço de grandes artistas, personalidades e pessoas importantes. Quando se aponta quem eram essas personalidades, os intelectuais e artistas de nossa terra, recorre-se àqueles homens que viveram no início do século XX.

Mais do que isso, são eles lembrados, sempre, como aqueles que mais se dedicaram ao desenvolvimento da *Terra de Iracema*, que fundaram os clubes, gabinetes de leitura, a imprensa local, construíram praças, empreenderam grandes obras, “modernizaram” a cidade.

Ainda hoje, se vive à nostalgia de que, um dia, nossa “terra já foi grandiosa”. Algumas pessoas das mais idosas querem revivê-la, defendendo um retorno ao passado ou buscando reedificar associações nos moldes daquelas do início do século XX, como recentemente fez um grupo dos descendentes daqueles intelectuais de outrora, ao fundar uma *Academia de Letras*. Seus patronos são parte dos “agentes do progresso” do início do século passado.

Essa memória tende a desaparecer à medida que outras memórias forem construídas por outros “homens do poder”, desligados dos “intelectuais” de outrora.

Mas, instigante foi chegar à conclusão de que, essa memória que ainda persiste, foi construída pelos próprios agentes do progresso. Enquanto homens que detinham o poder e os meios de contar e dizer sobre o presente e o passado, eles buscaram silenciar as vozes vencidas e legar para a posteridade uma outra memória, a dos vencedores. Essa memória apresentava a cidade de Ipu, de seu tempo, como uma terra rica, progressista, de homens empenhados em seu desenvolvimento, ligados às letras, ciência, à técnica, aos valores superiores.

Mais ainda, que a *Terra de Iracema* progrediu e os seus agentes foram eles, homens preocupados com o crescimento de seu torrão natal, que não mediam esforços para o seu

engrandecimento, que gastaram suas energias e dividendos em nome do “progresso” de sua cidade.

As fontes daquele período, que chagaram em nossas mãos, foram todas, escritas por eles, guardadas em arquivos de algumas instituições, como no *Gabinete*, nas oficinas do *Correio do Norte*, na Prefeitura e na Câmara Municipal, por exemplo. E que foram recolhidas por seus membros quando tais instituições se desfizeram ou foram apropriados por outros.

Essas fontes guardam uma memória: a memória dos vencedores. Ainda hoje, a cidade de Ipu dos primeiros anos do século XX, é vista como aquela do “progresso”, das “famílias ilustres”, dos heróis de nossa cidade. Como memória, é sagrada, não deve ser tocada, senão para endeusá-la.

No entanto, nas entrelinhas dos documentos que nos foram legados daquele período, percebemos outros atores sociais, que usavam os espaços públicos da cidade em sua vida cotidiana.

A prostituta, o “homem comum” que jogava e namorava nas praças à luz do dia ou à noite nos escurinhos, que criava seus animais soltos pelos logradouros “públicos”, apareciam nos periódicos da época como os indesejados e com tradições culturais que feriam o orgulho de homens que queriam viver algo novo, diferente da “barbárie”. Eles representavam uma mancha em um retrato ou imagem que se queria revelar.

Esses mesmos periódicos, que quiseram construir uma imagem da cidade como urbe do progresso, revelaram, por outro lado, os conflitos entre dois mundos: o mundo dos populares, o chão da cidade; e o mundo do desejo, objeto de imposição de um grupo e para um grupo.

Eles revelam também que o discurso de que a cidade caminhava na senda do progresso, aparentemente coeso, mostrou-se contraditório. Ao mesmo tempo em que dizia e contava sobre uma “cidade moderna”, dizia e contava, igualmente, sobre o seu cotidiano. Revelava um espaço precário frente ao desejo de construí-lo como limpo, higiênico, livre de sujeiras e de práticas identificadas como “arcaicas”.

A construção de uma imagem de cidade progressista e o desejo em fundá-la, levou os seus agentes a práticas efetivas de intervenção da realidade local, a mudar atitudes e moldar comportamentos.

A intervenção no espaço urbano da cidade, dotando-o de signos do progresso e a instituição de espaços de sociabilidades capazes de estabelecer um novo padrão de comportamento, foram apenas duas das práticas levadas a cabo pelos agentes do progresso.

A elaboração de uma representação social do mundo em que viviam os agentes do progresso, criada e reforçada pelo processo de socialização vivido nos salões de seus “clubes”, foi também objeto de imposição. Esta prática, ao lado daquelas descritas no parágrafo precedente, foi também informada pela idéia de viver em uma cidade do progresso.

A cidade “real”, isto é, aquela em que seus habitantes vivem e usam seus espaços em seu cotidiano, passou a ser objeto de intervenção para moldá-la de acordo com uma imagem de cidade elaborada, tendo por base, referenciais progressistas.

O resultado foi o conflito entre dois mundos diferentes: um elaborado e objeto de imposição, que respondia aos anseios de um grupo; e outro, a cidade real, o chão de seus habitantes mais humildes, as classes populares.

A cidade real colocava, para os agentes do progresso, uma série de problemas que deveriam ser resolvidos, uma vez que, ela não apresentava uma imagem próxima daquela que se buscava. Essa imagem deveria tornar-se real mediante a intervenção em seu espaço físico. Essa intervenção se consubstanciou em práticas sociais.

Tais práticas revelavam os significados que os agentes do progresso conferiam ao mundo, seus anseios e projetos.

FONTES

1. Periódicos

a) Jornais

A Espora (1919)

A Futrica (1921)

Correio do Norte (1920-1924)

Ipu Grande (2007-2008)

O Barbicacho (1919-1920)

O Bezouro (1919)

O Bonoculo (1919)

O Chicote (1919)

Jornal dos Tabajaras (1995-1996)

b) Revistas

Revista dos Municípios (1929).

Vida dos Municípios (sem data)

Sinopse Estatística do Município de Ipu. IBGE. (1948).

c) Almanques, Álbuns, Documentos Oficiais (do governo) e Outros

Almanaque Ipuense para o ano de 1900

Almanaque Ipuense para o ano de 1961.

Almanaque Ipuense para o ano de 1963.

Almanaque do Estado do Ceará (1933).

Álbum do Centenário de Ipu (1840-1940).

Estatuto do Centro Artístico Ipuense (1921).

Estatuto do Grêmio Recreativo Ipuense (19

Poliantéia. Documento escrito pelo *Grêmio Recreativo* como homenagem póstuma a Thomaz de Aquino (1942).

Datas de Sesmarias. Volumes 10º e 11º (1926).

A Administração Municipal em Ipu no Regime Revolucionário (1935).

Associação Comercial do Ipu: ata de Comemoração do cinquentenário da Estação Ferroviária de Ipu.

2. Discursos

Discurso de inauguração da estrada ferroviária pronunciado pelo Dr. Antonio Ibiapina: 10 de outubro de 1894. Documento do acervo particular de Maria do Socorro Paz. Ipu, 2003.

Discurso do prefeito Municipal, Humberto Aragão, em 10/10/1944: cinquentenário da Estação Ferroviária. Documento do acervo particular de Maria do Socorro Paz. Ipu, 2003.

3. Obras Literárias

Esta minha terra, 1981: coletânea de poesias de Francisco das Chagas Paz; manuscritos datilografados.

Reminiscências de Ipu, 1974: poesia(s) de Francisco das Chagas Paz; Manuscritos datilografados.

HINO IPUENSE. Letra e música de Thomaz de Aquino Corrêa.

BIBLIOGRAFIA

1. Bibliografia Geral

ABREU, Maurício de A. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. IPLANRIO. Jorge Zahar Editor, 1978.

ALBUQUERQUE JR. Durval Muniz. Palavras que calcinam, palavras que dominam: a Invenção da seca no Nordeste. IN: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH / Marco Zero / MCT – CNPq – FINEP, 14 (28): pp. 111-120, 1994.

ALBUQUERQUE, Durval Muniz. *A invenção do Nordeste e outras artes*. Recife: FJN, Massangana; São Paulo: Cortez, 1999.

ARRUDA, Gilmar. *Cidades e Sertões: entre a história e a memória*. Bauru. São Paulo: EDUSC, 2000.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. IN: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. (Antrophos/homem, v. 5).

BAECHLER, Jean. Grupos e Sociabilidades. In: BOUDON, Raymond (Dir). *Tratado de Sociologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.

BENCHIMOL, Jaime. *Pereira Passos, um Haussmann tropical: a renovação urbano da cidade do Rio de Janeiro, no início do século XX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1992 (Biblioteca Carioca).

BENJAMIN. Walter. *Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo*. 1ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. (Obras escolhidas; v. 3).

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das letras, 1986.

BEZERRA, Antônio. *Notas de Viagem*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará (UFC), 1965.

BLOCH, Marc. A história, os homens e o tempo. In: *Introdução à história*. 4ª ed. Lisboa: Europa-América, /s.d/, p. 25.

BOAVENTURA, Edivaldo M. *Metodologia da pesquisa*: monografia, dissertação, tese. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

BOURDIEU, Pierre. *A distinção*: crítica social do jugamento. São Paulo: Edusp: Porto Alegre, RS: Zouk, 2008.

_____. *A economia das trocas simbólicas*. 6ª Ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

_____. *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 3004.

_____. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

_____. *Razões Práticas: Sobre a teoria da ação*. 8ª Ed. Campinas, SP: Papirus, 1996.

BRESCIANI, Maria Stella. *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BURKE, Peter. *A escola dos annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

BURKE, Peter (Org.). *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora Unesp, 1992.

_____. *História e teoria social*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

_____. *O que é História Cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARDOSO, Ciro Flamarion e PEREZ, Hector. *Os Métodos da História*. 6. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2002.

CARDOSO, Ciro Flamarion e MALEMA, Jurandir (orgs). *Representações: Contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas, SP: Papirus, 2000.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*: 1. artes de fazer. Petrópolis, Rio de Janeiro: vozes, 1994.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril*: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHARTIER, Roger. *A história cultural*: entre práticas e representações. 2ª Edição. Lisboa: Difel. 2002.

_____. *À beira da falésia*: a história entre incerteza e inquietudes. Porto alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

CONDORCET, Marquis de Jean-Antoine-Nicolas de Caritat. *Esquisse d'un tableau historique des progrès de l'esprit humain*. Classiques des sciences sociales. Disponível em <http://www.uqac/Classiques_des_sciences_sociales>. Acesso em: 15. fev. 2007, 15:34:45.

CRUZ, Heloisa de Faria. *São Paulo em tinta e papel*: periodismo e vida urbana (1890-1915). São Paulo: EDUC: APESP; Arquivo do Estado de São Paulo; Imprensa Oficial de São Paulo, 2000.

DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos, e outros episódios da história cultural francesa*. 5. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1996.

DARNTON, Robert e ROCHE, Daniel (orgs). *A Revolução Impressa*: A Imprensa na França, 1775-1800. São Paulo: EDUSP, 1996.

DOSSE, François. *A História em migalhas*: dos annales à Nova História. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

_____. *O Império do Sentido*: a humanização das Ciências Humanas. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

ECO, Humberto. *Como se faz uma tese*. 21. ed. São Paulo: Perspectivas, 2008.

FALCON, Francisco José Calazans. *História cultural*: uma visão sobre a sociedade e a cultura. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

FERREIRA, Benedito Genésio. *A Estrada de Ferro de Baturité: 1870-1930*. Fortaleza. Edições UFC, 1989.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: história da violência nas prisões*. 23ª edição. Petrópolis: vozes, 2000.

_____. Michel. *Microfísica do poder*. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 27ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional: Publifolha, 2000.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GIRÃO, Gloria Giovana S. Mont'alverne. *As Transformações Socioculturais em Sobral (1870-1920)*. Dissertação de mestrado. Centro de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2001.

GIRÃO. Raimundo. *Evolução Histórica Cearense*. Fortaleza: BNB, ETENE, 1985.

_____. *Pequena História do Ceará*. 3ª edição. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1971.

HARDMAN, Francisco Foot. *A ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

HOBBSBAWM, Eric J. *A Era do Capital 1848-1875*. 8ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

_____. *Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo*. 5ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

_____. *Sobre História*. São Paulo. Cia. das Letras, 1998.

INÁCIO FILHO, Geraldo. *Monografia sem complicações: métodos e normas*. Campinas, SP: Papirus, 2007.

LANDS, David S. *Prometeu desacorrentado: transformação tecnológica industrial na Europa ocidental, desde 1750 até nossa época*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

LEEBVRE, Henri. *Introdução à modernidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5ª ed. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2003.

LUSTOSA, Isabel. *Insultos Impressos: A guerra dos Jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2000.

MACHADO, Humberto Fernandes. A voz do morro na passagem do império para a república. IN: BATISTA, M.R e CAMPOS GRAF. M. E. (Org.). *Cidades Brasileiras II: políticas urbanas e dimensão cultural*. IEB, USP, 1999.

MACHADO, Humberto Fernandes e NEVES, L. M. B. P das. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999.

MACIEL, Laura Antunes. *A nação por um fio: caminhos, práticas e imagens da 'Comissão Rondon'*. Tese (Doutoramento em História – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), 1997.

MEMÓRIA FILHO, Péricles. *Archimedes Memória: o último dos ecléticos*. Rio de Janeiro: Interage, 2008.

NEEDELL, Jeffrey D. *Belle époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Cia das letras, 1993.

NEVES, Frederico de Castro. *A multidão na história: saques e outras ações de massa no Ceará*. Rio de Janeiro. Universidade Federal Fluminense. Tese de doutoramento, 1998.

_____. Curral dos Bárbaros: os Campos de Concentração no Ceará (1915 e 1932). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.15, nº 29 AMPUH: Editora Contexto, 1995.

OLIVEIRA, André Frota de. *A Estrada de Ferro de Sobral*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora LTDA, 1994.

ORTIZ, Renato (Org.). *A sociologia de Pierre Bourdieu*. São Paulo: Olho d'Água, 2003

_____. *Cultura e modernidade*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O Imaginário da Cidade: visões literárias do urbano - Paris*, Rio de Janeiro, Porto Alegre. 2ª Ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

_____. *História & História Cultural*. 2ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica 2005.

PIMENTEL FILHO, José Ernesto. *Urbanidade e cultura política: a cidade de Fortaleza e o liberalismo cearense no século XIX*. Fortaleza, UFC, Casa de José de Alencar, 1998.

PONTE, Sebastião Rogério. *Fortaleza Belle Époque*. Reformas urbanas e controle social (1860-1930). 3ª Edição. Fortaleza, Fundação Demócrito Rocha, Typ. Econômica, 2001.

REIS, José Carlos. *Escola dos annales: a inovação em história*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

RESENDE, Antônio Paulo. *(Des)encantos modernos: histórias da cidade do Recife na década de vinte*. Recife: FUNDARPE, 1997.

RIOS, Kênia Sousa. *Campos de concentração do Ceará: isolamento e poder na seca de 1932*. Fortaleza; Museu do Ceará / Secretária de Cultura e Desporto do Ceará, 2001.

RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François (Dir). *Para uma história cultural*. Editorial estampa, Lisboa, 1998.

ROSEN, George. *Uma história da saúde pública*. São Paulo: Hucitec, 1994.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SILVA, Marco Aurélio Ferreira da. *Corrige os costumes rindo: humor, vergonha e decoro na sociabilidade mundana de Fortaleza (1850 – 1900)*. Tese (Doutoramento em História – Universidade Federal de Pernambuco). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 2004.

SINGER, Paul. Um histórico da globalização. IN: *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*. Nº 1, 1997.

SOUZA, Simone. (Org.). *História do Ceará*. Fortaleza: UFC / Fundação Demócrito Rocha / Stylus Comunicações, 1989.

_____. *Uma Nova História do Ceará*. 2ª edição. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

TKEYA, Denise Monteiro. *Europa, França e Ceará: origens do capital estrangeiro no Brasil*. Natal: ed. Universitária (UFRN), 1995

2. Escrito sobre Ipu

ARAÚJO, Francelina Martins. *Cascatas de Cristais*. Fortaleza: SENAI-CE / Oficinas de Artes Gráficas, 1994.

ARAÚJO. Francisco. *Entre o verbo e o verso*. Fortaleza: Imprensa Universitária (UFC), 1974.

ARAÚJO. Francisco Sadoc. *História Religiosa de Guaraciaba do Norte*. Fortaleza-Ce: Imprensa Oficial do Ceará, 1988.

ARAÚJO, Oswaldo. Descendência do casal José Lourenço de Araújo-Maria do Carmo de Araújo. *Revista do Instituto do Ceará*. Tomo LXXXI, Ano LXXXI – 1967.

_____. Imprensa de Ipu. *Revista do Instituto do Ceará*. Tomo LXXX, ano LXXX, 1966.

ARAÚJO, Raimundo Alves de. *Ipu: Da Ocupação do Espaço Urbano ao Campo de Concentração*. Monografia de graduação em história (UVA). Sobral, 2003.

BARROS, Antonio Iramar Miranda. *Formação coronelista em Ipu - Ceará (1840 – 1914)*. Monografia de graduação em história (UVA). Sobral, 2005.

CAVALCANTI, José Pompeu de A. *Chrographia da Província do Ceará*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1888.

FARIAS, Maria Edina de. *História e Memória dos Índios do Ipu: (rememoração: século XVII para o presente)*. Monografia de Graduação em História (UVA). Sobral, 2004.

LIMA, Francisco Petrónio Peres. *“Iracema”*: trilhas e memórias de um mito. Da literatura ao espaço urbano de Ipu. Monografia de Graduação em História (UVA). Sobral, 2005.

LIMA, Lauro Sérgio Paz. *Estação Ferroviária: memória e desenvolvimento do espaço urbano de Ipu. (1920-1930)*. Monografia de Graduação em História (UVA). Sobral, 2005.

LIMA, Jorge Luiz Ferreira. *Livros, homens, uma cidade: uma discussão sobre o Gabinete de Leitura Ipuense (1886-1919)*. Monografia de Graduação em História. Sobral, 2007. , 85.

LIRA, Francisco de Assis. *Intendentes e Prefeitos*. Trabalho inédito.

_____. *Reminiscência do meu Ipu*. No prelo.

MAGALHÃES, Josa. Recepção de Novos Sócios. [Discurso da posse de] Josa Magalhães. In: *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Tomo LXII, 1948.

MARTINS, Francisco de Assis. *Monografia de Ipu*. Produção independente. Ipu, 2001.

_____. *Meu pé de serra, o Ipu*: Poesias, Crônicas e Outros. Fortaleza: INESP, 2008.

_____. *Documentário*: praças e ruas de Ipu. Sobral: Global Gráfica, 2007.

MARTINS, Francisco Magalhães. *Ídolos, Heróis e Amigos. Ensaios e Críticos*. Fortaleza: Gráfica Editorial Cearense, 1982.

_____. *Mundo Agreste*: Contos. Rio de Janeiro: Editora Itambé, [s/d].

_____. *O Coronel João Martins da Jaçanã*. Fortaleza: Henriqueta Galeno, 1997.

MELLO, Maria Valdemira Coêlho. *A Saga de uma Família*. Produção independente, 1997.

_____. *O Ipu em Três Épocas*. Fortaleza: Editora Popular, 1985.

PASSOS, Augusto. *Para a História: 'O Caso de Ipu', 1914*. Ipu: Tip. Ipuense, 1948.

_____. *Suplementos, ou adenda aos 'Excertos sobre a História de Ipu'*. Ipu: Tipografia Ipuense, 1951. Ipu: Tip. Ipuense, 1948.

PAZ, Francisco das Chagas (Direção). *Almanaque Ipuense*. Nº 2, Ipu: Oficinas Gráficas da Escola Profissional de Ipu, 1963.

SILVA, João Mozart da. *Ipu do meu xodó*: memórias. Fortaleza: Nacional, 2005.

SOUSA, Eusébio. Um pouco de história (Chronica do Ipú). *Revista do Instituto do Ceará*. Tomo XXIX Ano XXIX, 1915.